

Organizadora
Dayana Aparecida Marques de Oliveira Cruz

Geopolítica e Integração Regional na América Latina



Organizadora

Dayana Aparecida Marques de Oliveira Cruz

Geopolítica e Integração Regional na América Latina



1ª Edição

Foz do Iguaçu

2021

© 2021, CLAEC

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 5988 de 14/12/73. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida para fins comerciais, sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros. Aplica-se subsidiariamente a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

Editoração: Laura Valerio Sena

Diagramação: Laura Valerio Sena

Capa: Lucas da Silva Martinez

Revisão: Lucas da Silva Martinez

ISBN 978-65-89284-10-9

Disponível em: <https://doi.org/10.23899/9786589284109>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C957 Cruz, Dayana Aparecida Marques de Oliveira
Geopolítica e Integração Regional na América Latina / Dayana
Aparecida Marques de Oliveira Cruz (Organizadora). 1. ed. Foz do Iguaçu:
CLAEC e-Books, 2021. 143 p.

PDF - EBOOK

Inclui Bibliografia.

ISBN 978-65-89284-10-9

DOI: 10.23899/9786589284109

1. Geografia. 2. História. 3. Relações Internacionais. 4. Ciências
Sociais. I. Cruz, Dayana Aparecida Marques de Oliveira. II. Título.

CDU: 91

CDD: 91

Observação: Os textos contidos neste e-book são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores, incluindo a adequação técnica e linguística.

Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura – CLAEC

Diretoria Executiva

Me. Bruno César Alves Marcelino
Diretor-Presidente

Me. Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo
Diretora Vice-Presidente

Dra. Cristiane Dambrós
Diretora Vice-Presidente

Me. Weldy Saint-Fleur Castillo
Diretor Vice-Presidente

Editora CLAEC

Me. Bruno César Alves Marcelino
Editor-Chefe

Me. Fábio do Vale
Editor-Assistente

Me. Lucas da Silva Martinez
Editor-Chefe Adjunto

Me. Giovanni Orso Borile
Editor-Assistente

Dra. Alessandra Fontes Carvalho da Rocha
Kuklinski Pereira
Editor-Assistente

Bela. Laura Valerio Sena
Editora-Assistente

Ma. Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo
Editora-Assistente

Me. Ronaldo Silva
Editor-Assistente

Dra. Dayana A. Marques de Oliveira Cruz
Editora-Assistente

Bela. Valéria Lago Luzardo
Editora-Assistente

Ma. Édina de Fatima de Almeida
Editora-Assistente

Conselho Editorial

Dra. Ahtziri Erendira Molina Roldán
Universidad Veracruzana, México

Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

Dra. Denise Rosana da Silva Moraes
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Dra. Marie Laure Geoffray
Université Sorbonne Nouvelle – Paris III, França

Dr. Djalma Thürler
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Dra. Ludmila de Lima Brandão
Universidade Federal do Mato Grosso, Brasil

Dr. Daniel Levine
University of Michigan, Estados Unidos

Dr. Marco Antonio Chávez Aguayo
Universidad de Guadalajara, México

Dr. Fabricio Pereira da Silva
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Dra. Sandra Catalina Valdetaro
Universidad Nacional de Rosario, Argentina

Dr. Francisco Xavier Freire Rodrigues
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Dra. Susana Dominzaín
Universidad de la República, Uruguai

Dra. Isabel Cristina Chaves Lopes
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Dra. Suzana Ferreira Paulino
Universidade Federal Rural de Pernambuco, Brasil

Dr. José Serafim Bertoloto
Universidade de Cuiabá, Brasil

Dr. Wilson Enrique Araque Jaramillo
Universidad Andina Simón Bolívar, Equador

Sumário

Apresentação	5
<i>Dayana Aparecida Marques de Oliveira Cruz</i>	
Geopolítica e integração regional na América Latina: permanências, crises e perspectivas	8
<i>Dayana Aparecida Marques de Oliveira Cruz</i>	
O regionalismo pós-hegemônico e a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano	18
<i>Regiane Nitsch Bressan e Maria Luísa Bandeira Oliva</i>	
Questões geopolíticas na América do Sul e sua difícil integração regional	35
<i>Dante Severo Giudice, Mariana de Oliveira Santana e Michele Paiva Pereira</i>	
Intervenção externa, reflexos locais: interesses estadunidenses na reconfiguração geopolítica do conflito colombiano	54
<i>Luciano Alexandrino dos Santos Junior</i>	
O Livro Branco de Defesa Nacional: uma abordagem de geopolítica clássica	65
<i>Caio Cursini</i>	
Desdemocratizando o Brasil no contexto latino-americano: isolamento, subordinação e construção de uma agenda de extrema direita sob o Governo Bolsonaro	81
<i>Danilo Uzêda da Cruz</i>	
As migrações latino-americanas para o Brasil no limiar do século XXI	97
<i>Adriano Amaro de Sousa</i>	
Complexo portuário de Santana (Amapá-Brasil): da interação regional à conexão internacional	111
<i>Jocianny Carla da Silva Sardinha, Roni Mayer Lomba e Jadson Luís Rebelo Porto</i>	
Marxismo e integração indo-americana: possibilidades e perspectivas na obra de José Carlos Mariátegui	132
<i>Vinicius Oliveira Santos</i>	

Apresentação

Esta obra coletiva está sendo publicada no ano de 2021, o segundo ano da pandemia de COVID-19, no qual estamos imersos em meio à crise política, econômica e sanitária que afeta todos os países latinos, em especial o Brasil. Em meio ao negacionismo do governo Bolsonaro, os ataques à ciência e as tensões decorrentes da crise, este é um cenário difícil e incerto para pesquisadores e cientistas no país.

Gostaria de ressaltar que o projeto de publicação deste livro não poderia ter sido levado adiante sem que houvesse a colaboração e dedicação dos autores e autoras que generosamente contribuíram para tal. São pesquisadoras e pesquisadores de diferentes áreas de formação e de diferentes instituições brasileiras que, com seus respectivos referenciais, metodologias e recortes analíticos trouxeram discussões relevantes sobre a Geopolítica e a Integração Regional na América Latina.

O primeiro capítulo do livro “Geopolítica e integração regional na América Latina: permanências, crises e perspectivas” é de minha autoria. O capítulo é resultado do amadurecimento das minhas ideias como pesquisadora sobre o tema. A partir da análise dos papéis que os países latinos ocupam no sistema-mundo moderno colonial busquei analisar a geopolítica e a integração regional, indicando permanências, crises e perspectivas.

Após este primeiro capítulo introdutório ao tema do livro, podemos dividir a obra em três grupos. O primeiro grupo de capítulos discute sobre os conflitos e a questão da defesa na América do Sul, o segundo grupo procura analisar o papel do Brasil no contexto regional, e o último grupo dedica-se à discussão teórica sobre a integração no subcontinente.

Fazem parte do primeiro grupo os seguintes capítulos: “O regionalismo pós-hegemônico e a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano”; “Questões geopolíticas na América do Sul e sua difícil integração regional”; “Intervenção externa, reflexos locais: interesses estadunidenses na reconfiguração geopolítica do conflito colombiano”; “O Livro Branco de Defesa Nacional: uma abordagem de geopolítica clássica”.

Em “O regionalismo pós-hegemônico e a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano”, Regiane Nitsch Bressan e Maria Luísa Bandeira Oliva discutem sobre a criação do Conselho de Defesa Sul-americano (CDS) no contexto do regionalismo pós-hegemônico do século XXI.

Dante Severo Giudice, Mariana de Oliveira Santana e Michele Paiva Pereira apresentam alguns aspectos que dificultam a integração regional, indicando os principais conflitos (Colômbia-Ecuador, Conflito de Beagle, Peru-Ecuador, Conflito das Guianas) e iniciativas de integração no subcontinente (CAN, MERCOSUL, UNASUL, PROSUL) no capítulo “Questões geopolíticas na América do Sul e sua difícil integração regional”.

Em seguida, o capítulo “Intervenção externa, reflexos locais: interesses estadunidenses na reconfiguração geopolítica do conflito colombiano” de Luciano Alexandrino dos Santos Junior discute os interesses externos no conflito histórico colombiano, destacando o processo histórico do conflito de interesse das elites nacionais e sua relação com o processo de “internacionalização” das questões internas da Colômbia.

Caio Cursini analisa a aplicabilidade do Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), consolidado durante o governo da ex-presidente Dilma Rousseff. O autor analisa detalhadamente cada capítulo do LBDN e discute a influência da geopolítica clássica brasileira no documento, no capítulo “O Livro Branco de Defesa Nacional: uma abordagem de geopolítica clássica”.

O segundo grupo é composto pelos seguintes capítulos: “Desdemocratizando o Brasil no contexto latino-americano: isolamento, subordinação e construção de uma agenda de extrema direita sob o Governo Bolsonaro”, “As migrações latino-americanas para o Brasil no limiar do século XXI”, “Complexo portuário de Santana (Amapá-Brasil): da interação regional à conexão internacional”.

Danilo Uzêda da Cruz em “Desdemocratizando o Brasil no contexto latino-americano: isolamento, subordinação e construção de uma agenda de extrema direita sob o Governo Bolsonaro” analisa a mudança no cenário político nacional com o governo Bolsonaro e a nova fase de isolamento do país em relação à política externa.

Em seguida, Adriano Amaro de Sousa analisa o caso da mobilidade dos imigrantes no Sul Global a partir do caso do Brasil em “As migrações latino-americanas para o Brasil no limiar do século XXI”. O autor destaca a centralidade do Brasil como semiperiferia, doravante espaço luminoso, tornando-se a partir da virada do século XXI um dos destinos das migrações de haitianos, e mais recentemente, venezuelanos.

O capítulo “Complexo portuário de Santana (Amapá-Brasil): da interação regional à conexão internacional” de Jocianny Carla da Silva Sardinha, Roni Mayer

Lomba e Jadson Luís Rebelo Porto analisa o Complexo Portuário de Santana como ponto de conexão entre o circuito superior e inferior da economia no Amapá.

Por fim, o capítulo “Marxismo e integração indo-americana: possibilidades e perspectivas na obra de José Carlos Mariátegui” de Vinícius Oliveira Santos foi definido como único integrante do terceiro grupo de capítulos. O autor discute sobre a contribuição teórica do peruano José Carlos Mariátegui, que é fundamentada no materialismo histórico-dialético.

Agradeço aos integrantes da editora do Centro Latino-Americano de Estudos sobre a Cultura (CLAEC) que apoiaram a condução do projeto deste livro do início ao fim, unindo esforços necessários para viabilizar a publicação.

Que essa obra traga importantes reflexões e contribuições para estudos futuros. Boa leitura!

Dayana Aparecida Marques de Oliveira Cruz

Salto/SP, junho de 2021.

Geopolítica e integração regional na América Latina: permanências, crises e perspectivas

Dayana Aparecida Marques de Oliveira Cruz*

Introdução

O objetivo deste capítulo é refletir sobre o atual cenário da integração regional na América Latina a partir do caso do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) destacando as permanências, crises e perspectivas. Defendemos que o atual cenário não pode ser analisado isoladamente, mas precisa ser entendido à luz da conformação do processo de integração regional, bem como dos interesses (geo)políticos na/da região, e ainda, dos antecedentes externos e internos que impulsionaram a criação do bloco.

Para tanto, este capítulo está dividido em duas partes principais. A primeira trata sobre o papel que os países mercosulinos ocupam no sistema-mundo moderno colonial. Tal discussão nos ajuda a compreender os motivos e padrões que orientam a integração regional no MERCOSUL. Já a segunda parte discute sobre o processo de integração regional no MERCOSUL, buscando compreender seus principais desafios e mudanças ao longo de sua história.

Por fim, cabe ressaltar que em 2021, ocasião em que este texto foi escrito, o MERCOSUL acaba de completar trinta anos. Este é um período propício para reflexões acerca dos avanços e desafios que permeiam a iniciativa, já que o debate pode indicar novas possibilidades e perspectivas futuras.

A América Latina como subalterna no sistema-mundo moderno colonial

A invenção da América foi basilar para a estruturação do sistema-mundo moderno colonial. Sem a conformação geosocial da América seria impossível estabelecer os padrões de dominação/exploração/acumulação que garantiu à Europa sua consolidação como o centro do sistema-capitalista, pois a América foi o ato constitutivo do sistema-mundo moderno colonial (QUIJANO; WALLERSTEIN, 1992).

* Doutora, mestra e graduada em Geografia pela UNESP. Professora no Instituto Federal de São Paulo (IFSP/Registro).

E-mail: d.dayana@hotmail.com

A invenção da América veio acompanhada pelos estigmas impostos pelos padrões de colonialidade e modernidade, os quais garantiram uma organização da estrutura do poder mundial que vigora até hoje, ainda que o colonialismo tenha sido finalizado. A organização da estrutura do poder mundial está assentada na colonialidade do poder, ou seja, em como as relações internacionais e internas seguem o processo de dependência histórico-cultural em relação ao centro do sistema capitalista (QUIJANO, 2012).

Foi a partir da invenção da América que os padrões de dominação/exploração/acumulação foram mundializados (PORTO-GONÇALVES, 2006). A estrutura de poder hierarquiza o papel que os países desempenham no sistema mundial, a partir do *ranking* estabelecido entre: centro, semiperiferia e periferia. Essa estrutura está diretamente relacionada à posição que ocupam na divisão internacional do trabalho, e o nível de dependência e subordinação que exercem.

Embora a América Latina seja enquadrada como periférica, no contexto regional, alguns países desempenham um papel de liderança em relação a outros. O papel político de tais países os classificam como semiperiferias. O papel da semiperiferia é complexo e ambivalente. Isso quer dizer que, se na escala regional as semiperiferias são consideradas líderes, na escala global elas assumem o papel de subordinadas quando se relacionam com os países centrais. No caso do MERCOSUL, essa lógica é demonstrada não só do ponto de vista político, mas também econômico, sobretudo no que se refere à balança comercial entre os membros maiores (Argentina e Brasil) e os membros menores do bloco (Paraguai e Uruguai) (CRUZ, 2015).

Podemos citar como casos ilustrativos das semiperiferias na América Latina a Argentina, o Brasil e o México. Nos três casos, consolidar-se como semiperiferia demandou afirmar o papel político de liderança regional não só diante dos países periféricos como Bolívia, Paraguai ou Guatemala, mas diante das semiperiferias já consolidadas. Vimos este movimento do Brasil com o projeto político para a modernidade, que implicou, dentre outras coisas, na expansão das infraestruturas para a integração do território nacional e no atrelamento à política externa estadunidense. A expansão das infraestruturas serviu para promover uma integração seletiva daqueles espaços capazes de atender às demandas verticais, criando espaços de concentração de fluxos, poder e acessibilidade, organizados por um princípio hierárquico (RAFFESTIN, 1993). Para Becker (2000), ao aderir o projeto político para a modernidade, o Brasil colocou em prática uma proposta da classe burguesa, com

ideologia nacionalista, e de motivações políticas e estratégicas de unificação do território.

O padrão de modernidade vinha do espelhamento no desenvolvimento das economias europeia e estadunidense. O espelhamento no desenvolvimento europeu é presente desde o início da colonização, inclusive a imposição da modernidade como um padrão a ser seguido foi o trunfo que possibilitou a sustentação da Europa como centro do sistema-capitalista. Já o padrão de desenvolvimento estadunidense passou a ser seguido, sobretudo, após a Segunda Guerra Mundial e vinha acompanhado pela união em torno da “ameaça comunista”.

Especificamente no caso brasileiro, como dito anteriormente, o projeto político para a modernidade configurou-se como um fator fundamental na tentativa de internalização de um modelo alheio de desenvolvimento. Embora encontremos em momentos anteriores essa mesma tentativa, o projeto político para a modernidade teve o diferencial de consolidar o papel do Brasil como liderança regional na América Latina. Tal meta vinha sendo alvo da geopolítica formal desde as primeiras décadas do século XX, sobretudo a partir das ideias de Mário Travassos (TRAVASSOS, 1935; MELLO, 1987; CRUZ, 2017). Travassos propunha a neutralização da influência argentina na Bacia do Prata a partir da expansão das redes de infraestruturas e satelitização de Uruguai, Paraguai e Bolívia. Paulatinamente, as ideias de Travassos tomaram forma na geopolítica prática entre os anos de 1930 a 1970, porém o escopo maior aconteceu com o General Golbery do Couto e Silva durante a ditadura militar (BECKER, 2000). Couto e Silva defendia que a única forma do Brasil se sustentar como liderança regional seria a aposta na aliança com os Estados Unidos.

A mesma década em que o Brasil se tornou semiperiferia também foi marcada pelo início da crise hegemônica estadunidense e pela revolução científico-tecnológica (AGNEW, 2008). A revolução científico-tecnológico trouxe uma mudança qualitativa ao modo capitalista de produção, acompanhado pela adoção do neoliberalismo por conta da crise keynesiana (MARTINS, 2018). Junto com a adoção de um novo modelo econômico, aprofundaram-se os processos ligados à globalização. Neste contexto, o próprio Estado teve seu papel remodelado. Apesar de continuar sendo imprescindível, sobretudo do ponto de vista normativo, o Estado-nação inicia na década de 1970 um processo de transferência de parte de sua soberania para escalas superiores – acordos macrorregionais ou supranacionais – ou inferiores – cidades globais (FONT; RUFÍ, 2006).

Para Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006), o cenário de crise foi atenuado com o fim da Guerra Fria e a ascensão de uma lógica multipolar que combinou o jogo de

ordem e (des)ordem, um verdadeiro caos sistêmico, um constante processo de des-re-territorialização que, se por um lado propiciou a coesão e a convergência do sistema internacional, por outro, levou à desagregação e fragmentação (COSTA, 2019).

Em meio ao caos sistêmico, as estratégias de adaptação dos países latinos resultaram na polarização e centralização de capitais, e conseqüentemente, no aumento do abismo entre ricos e pobres. As estratégias de crescimento econômico para adaptação ao novo contexto de mudanças estão em torno da aceleração do processo de modernização, o qual estava em curso desde os anos de 1960, conforme menciona Trindade Júnior (2010) ao analisar as transformações no espaço amazônico brasileiro. A modernização dos anos de 1960 e 1970 consistiu na criação de objetos artificiais seguindo as demandas verticais ligadas à racionalidade da lógica de acumulação flexível. Do ponto de vista normativo, a modernização resultou na flexibilização da legislação em torno da atuação das empresas multinacionais.

O custo dessa modernização veio na década seguinte (1980): a crise econômica que fez a década ser conhecida como “década perdida”. No processo de reestruturação/crise das economias semiperiféricas e periféricas, fatores internos e externos corroboraram para que os países criassem blocos econômicos e acordos regionais preferenciais a fim de buscar fortalecer suas economias, dos quais o MERCOSUL é um exemplo.

A busca pela internalização de um padrão alheio: o caso do MERCOSUL e o recente rumo da integração regional

O MERCOSUL é um dos acordos mais consolidados da região. Criado em 1991, a partir da assinatura do Tratado de Assunção por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, o MERCOSUL tem desempenhado um papel de destaque entre os acordos regionais na América Latina, ao longo de seus trinta anos de existência.

Os países que compõem o MERCOSUL formam uma região de grande potencial geoestratégico que desperta a atenção internacional, sobretudo por conta da presença de petróleo e gás natural na costa do Atlântico (EGLER, 2019), da configuração estratégica da Tríplice Fronteira e das conexões entre Paraguai, Argentina e Brasil (ARELLANO, 2012), da abundância de recursos hídricos do Aquífero Guarani (OLIVEIRA, 2008) e da biodiversidade da Amazônia brasileira (BECKER, 2005; ALBAGLI, 1998).

A criação do bloco ocorreu em meio a uma convergência de fatores internos e externos, sem que houvesse a criação de um modelo próprio de integração, o que resultou em uma série de consequências que perduram até os dias atuais.

Do ponto de vista econômico, o MERCOSUL foi criado em um contexto de retomada do crescimento econômico pós-década perdida. A economia dos países na região passava por um momento de reestruturação/crise, cuja decisão tomada para a superação da crise foi a adoção do neoliberalismo. Esse processo fez parte de um contexto mais amplo de movimentação cíclica da economia mundial, que teve como um de seus resultados a quebra dos acordos cobertos pelo Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) e a conseqüente combinação da liberalização das economias, por meio do regionalismo aberto, aliada à estratégia de confluência das economias regionais em blocos econômicos (CHESNAIS, 1996). Este é o contexto externo que apoia a criação do MERCOSUL. Todavia, não seria possível compreender as motivações que levaram à criação do bloco sem considerar também os fatores internos que permitiram a aproximação entre os Estados Partes (membros-efetivos do MERCOSUL que assinaram o Tratado de Assunção).

Segundo Oliveira (1998), o MERCOSUL foi resultado da aproximação entre Argentina e Brasil, os quais disputavam anteriormente a liderança regional e a satelitização de Paraguai, Bolívia e Uruguai (MELLO, 1987). Cessado o período de conflito entre os dois países, a aproximação de Argentina e Brasil rendeu dois diferentes acordos: O Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE), criado em 1986; e o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento (TICD), que vigorou entre 1988 e 1991. Resumidamente, esses acordos setoriais visavam promover uma zona de livre comércio entre os dois países com foco na circulação de produtos industrializados. Esses dois acordos foram responsáveis por despertar a atenção de Paraguai e Uruguai para possíveis impactos econômicos que a integração poderia resultar em suas respectivas economias.

Para criar o MERCOSUL, os Estados Partes usaram a experiência europeia como ideal a ser alcançado e não como apenas uma referência. Nesse sentido, vemos reforçados os padrões de colonialidade e modernidade sendo impostos à região a partir de um modelo de integração *top-down*. Com isto, as particularidades regionais, a herança colonial e as assimetrias existentes entre os países foram desconsideradas. Obviamente, o ideal de integração não foi alcançado e o MERCOSUL permanece como um acordo em que a permanência de planos e protocolos é maior do que os resultados práticos indicados por eles. Como exemplos, podemos citar o fato de o MERCOSUL não ter se consolidado como um mercado comum, a dificuldade na

solução de controvérsias e as argumentações em torno da flexibilização do bloco (CRUZ, 2017). Todavia, não há como negar que, mesmo estando aquém dos resultados estabelecidos como metas pelo próprio bloco, o MERCOSUL configura-se como um importante espaço de cooperação do ponto de vista geopolítico e geoeconômico (COSTA, 2019; EGLER, 2006). Prova disto, é que até mesmo os países sul-americanos que não fazem parte do bloco como membros-efetivos (Estados Partes), participam do MERCOSUL como Estados associados. Chile, Equador, Peru, Colômbia, Suriname e Guiana, na condição de Estados associados, não possuem poder de veto e voto, porém, o fato de acompanharem as reuniões e discussões demonstra o interesse que o bloco desperta nos países vizinhos. Ademais, a Bolívia encontra-se em processo de adesão ao bloco desde 2012, com a assinatura do Protocolo de adesão do Estado Plurinacional da Bolívia ao MERCOSUL.

A Venezuela foi o único país que aderiu oficialmente o MERCOSUL além dos quatro Estados Partes que assinaram o Tratado de Assunção em 1991 (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai). A adesão da Venezuela ao bloco foi iniciada em 2006 com a assinatura do Protocolo de adesão da República Bolivariana da Venezuela ao MERCOSUL. O processo foi concluído em 2012 quando a Venezuela começou a participar ativamente de todos os órgãos do MERCOSUL.

Mas, a participação ativa da Venezuela durou pouco. Em 2017, o país foi suspenso oficialmente por tempo indeterminado do bloco. A suspensão já havia sido colocada em prática no ano anterior (2016). Tal fato ocorreu devido à quebra do Protocolo de Ushuaia que trata sobre o compromisso democrático dos Estados Partes (MERCOSUL, 2017). Esse foi também o motivo de suspensão do Paraguai em 2012, na ocasião do impeachment do ex-presidente Fernando Lugo. Cruz (2018) chama a atenção para o fato de não ocorrer a mesma interpretação com o Brasil, pois não houve suspensão na ocasião do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. A suspensão não foi sequer discutida por conta dos possíveis impactos econômicos e políticos no bloco (CRUZ, 2018). Voltando ao caso do Paraguai, após um ano de sua suspensão, o país retornou sua participação ativa no MERCOSUL, já a Venezuela permanece por quase quatro anos sem o retorno previsto.

Verificamos que desde 2016 a mudança no cenário político regional tem contribuído para o enfraquecimento do MERCOSUL. A mudança inaugurada pela vitória nas eleições argentinas de Mauricio Macri e pelo impeachment da ex-presidente brasileira Dilma Rousseff, marcou uma nova fase de crise no bloco, que por sua vez seguia a orientação política à direita do subcontinente. Ademais, os efeitos na economia foram agravados ainda em 2020 com a atual pandemia e com os membros

efetivos do MERCOSUL sem nenhuma capacidade de apresentar propostas que minimizem os impactos causados pela COVID-19.

Estamos diante de uma crise política, sanitária e econômica, cujos efeitos estão sendo sentidos em todas as escalas geográficas e nos diferentes níveis da vida social. A frágil capacidade de governança do MERCOSUL na coordenação de políticas macrorregionais tem mostrado que, apesar dos impactos atuais da crise, a falta de coordenação das políticas macrorregionais não é um problema que surgiu na atual conjuntura, mas é uma realidade que se faz presente no bloco desde a sua criação.

Neste sentido, ainda que o MERCOSUL tenha avançado em algumas questões com a criação do Parlamento do MERCOSUL (Parlasul) e do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), esses avanços não foram suficientes para gerar impactos estruturais no bloco. Isso ajuda a explicar também por que a partir de 2016 o enfraquecimento do bloco tem sido acelerado. Para Castro (2021), estamos vivenciando uma fase preocupante de paralisia e destruição do bloco. A autora cita como exemplo o posicionamento do Uruguai na reunião de trinta anos de comemoração do MERCOSUL. O presidente do país, Luis Lacalle Pou, defendeu a flexibilização do bloco por meio da criação de acordos bilaterais com países não-membros. Tal postura, apesar de rechaçada pela Argentina, foi endossada pelo Brasil. Este não é um posicionamento novo do Uruguai, pois é recorrente desde a mudança do quadro político regional, e principalmente, após a suspensão da Venezuela (CRUZ, 2017).

Cabe ressaltar que a crise da integração regional não é um caso específico apenas do MERCOSUL, mas é uma tendência que afeta todos os acordos latinos. Podemos citar como exemplo o caso do desmantelamento da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) para a criação do Foro para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul (PROSUL). O acordo foi formalizado através da Declaração Presidencial sobre a Renovação e o Fortalecimento da Integração da América do Sul, assinada pelos presidentes dos países Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai e Peru, no dia 22 de março de 2019.

O argumento que fundamentou a criação do PROSUL esteve baseado na desburocratização e neutralidade, além de um processo de integração regional de “estrutura flexível, leve, que não seja custosa, com regras de funcionamento claras e com mecanismo ágil de tomada de decisões” (PROSUL, 2019, não paginado). Todavia, a real motivação para a criação do PROSUL esteve distante do discurso político apresentado. Encontramos diferentes análises que indicam a criação do PROSUL como fruto de um novo rumo da integração regional, caracterizado pelo acirramento

entre posicionamentos ideológicos, advindos das transformações no cenário político regional (FORTI NETO, 2020; MARQUES JÚNIOR, 2020, CRUZ, 2020). O PROSUL ignorou as iniciativas anteriores e reduziu-se à criação de uma estrutura superficial que pouco atende às diferentes demandas dos países que fazem parte do acordo.

O enfraquecimento dos acordos e blocos regionais deverá ser o caminho trilhado nos próximos anos pelos países latinos, em decorrência do contexto político regional, bem como dos efeitos recentes da crise ocasionada pelo COVID-19.

Considerações Finais

O intuito deste texto foi levantar questões pertinentes para a discussão sobre integração regional no MERCOSUL. Ressaltamos os aspectos ligados à geopolítica e ao papel que os países desempenham no âmbito regional e global. Observamos que estes papéis estão ligados à atuação na divisão territorial do trabalho e na hierarquização que os países ocupam no sistema-mundo moderno colonial.

A herança imposta à América Latina como subalterna está presente também nos próprios objetivos em torno da integração, sobretudo na tentativa de internalizar um padrão alheio, impossível de ser alcançado. O fracasso na busca por moldar-se às referências do centro do sistema capitalista denuncia a falta da construção de um referencial latino de integração que esteja alinhado aos anseios da região, e principalmente, dos cidadãos que nela residem.

A consolidação de mudanças estruturais no MERCOSUL não ocorreu, mesmo com os avanços conjunturais que aconteceram no bloco. Estas mudanças incluem: ampliação dos temas na discussão sobre a integração regional (cultura, direitos humanos, saúde, educação etc.), criação de um espaço para a discussão sobre as assimetrias regionais a partir da criação do FOCEM (2004), indicação da necessidade de ampliação da participação cidadã com a criação do Parlasul (2005). Nota-se que três décadas após a criação do bloco, a participação cidadã ainda não é consolidada, a falta de uma infraestrutura que promova a integração física entre os países continua sendo uma preocupação e, apesar de diferentes temas estarem incluídos na agenda política do bloco, não há coordenação das políticas macrorregionais em torno da saúde, por exemplo. Estamos vendo, como resultado, a falta de respostas aos efeitos econômicos e sociais causados pela pandemia.

Se as mudanças conjunturais adotadas entre 2003 e 2015 não foram capazes de mudar efetivamente a integração regional mercosulina, a partir de 2016 vimos um desmantelamento dos avanços conquistados anteriormente. Como visto ao longo do

texto, este não é um aspecto específico do MERCOSUL, mas uma tendência regional que abrange outros blocos e acordos na América Latina. Sendo que, o caso mais emblemático é a saída da maior parte dos membros da UNASUL para fundar o PROSUL.

Referências

AGNEW, J. A nova configuração do poder global. **Caderno CRH**, v. 21, p. 207-219, 2008.

ALBAGLI, S. **Geopolítica da Biodiversidade**. Brasília: Edições Ibama, 1998.

ARELLANO, D. B. **La triple frontera del Paraná (Paraguay-Brasil-Argentina)**. Condiciones endógenas institucionales e ilegalidad. Santiago: RIL editores, 2012.

BECKER, B. K. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, I. E; GOMES, P. C. da C; CORRÊA, R. L (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 271-308.

BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos avançados**, v. 19, n. 53, 2005.

CASTRO, M. S. P. **30 años del Mercosur: entre las posibilidades y la supervivencia**. 2021. Disponível em: <<https://nuso.org/articulo/30-anos-del-mercosur-entre-las-posibilidades-y-la-supervivencia/>>. Acesso em: 30 abr. 2021.

CHESNAIS, F. **Mundialização do Capital**. Tradução Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

COSTA, W. M. Crise da integração e tendências geopolíticas na América do Sul. In: COSTA, W. M.; VASCONCELOS, D. B. (Orgs.). **Geografia e geopolítica da América do Sul: integrações e conflitos**. São Paulo: FFLCH, 2019. p. 16-34.

CRUZ, D. A. M. O. O comércio intra-regional no Mercosul: uma discussão a partir do intercâmbio entre Brasil e Paraguai. **Geosaberes: Revista de Estudos Geoeducacionais**, Fortaleza, v. 6, número especial 2, p. 209-221, 2015.

CRUZ, D. A. M. O. **Geopolítica e integração regional: uma análise dos projetos de infraestrutura de transportes entre Brasil e Paraguai**. Tese (Doutorado em Geografia). 133 f. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 2017.

CRUZ, D. A. M. O. O papel do Brasil no processo de integração regional no MERCOSUL. **Revista Formação**, v. 25, n. 46, p. 27-45, 2018. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/5506/0>>. Acesso em: 30 abr. 2021.

CRUZ, D. A. M. O. Os rumos da integração regional no subcontinente: da UNASUL ao PROSUL, o que mudou? **Revista de Geopolítica**, v. 11, p. 111-122, 2020.

EGLER, C. A. G. MERCOSUL: um território em construção? **Ciência e Cultura**, v. 58, n. 1, p. 24-28, 2006.

EGLER, C. A. G. Crise e (des)integração regional na América do Sul. In: Encontro Nacional da ANPEGE, 13. **Anais...** São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia, 2019.

Geopolítica e Integração Regional na América Latina

Geopolítica e integração regional na América Latina: permanências, crises e perspectivas

DOI: 10.23899/9786589284109.8

FONT, J. N.; RUFÍ, J. V. **Geopolítica, identidade e globalização**. São Paulo: Annablume, 2006.

FORTI NETO, O. Da UNASUL para o PROSUL: a visão do Estado de Direito e o regionalismo latino-americano. **Conjuntura Global**, v. 9, n. 1, p. 130-149, 2020.

HAESBAERT, R.; PORTO-GONÇALVES, C. W. **A Nova Des-Ordem Mundial**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

MARQUES JÚNIOR, W. P. Mudanças no multilateralismo regional sul-americano: perspectivas da substituição da UNASUL pelo PROSUL. **Revista Brasileira de Direito Internacional**, v. 6, n. 1, p. 122-144, 2020.

MARTINS, C. E. O Sistema-Mundo Capitalista e Os Novos Alinhamentos Geopolíticos No Século XXI : Uma Visão Prospectiva O Ciclo Longo Atual e a Economia Mundial. **Caderno MetrÓpole**, v. 20, p. 673-696, 2018.

MELLO, L. I. A. **A geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata**. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas). Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1987.

MERCOSUL. **Decisão sobre a suspensão da Venezuela no MERCOSUL**. 2017. Disponível em: <<https://www.mercosur.int/pt-br/decisao-sobre-a-suspensao-da-republica-bolivariana-da-venezuela-no-mercosul/>>. Acesso em: 30 abr. 2021.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 7. ed. Brasília: Civilização Brasileira, 2006.

PROSUL. **Declaração Presidencial sobre a Renovação e o Fortalecimento da Integração da América do Sul**. 2019. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20203-declaracao-presidencial-sobre-a-renovacao-e-o-fortalecimento-da-integracao-da-america-do-sul>>. Acesso em: 13 mai. 2020.

OLIVEIRA, M. G. **A fronteira Brasil-Paraguai**: principais fatores de tensão do período colonial até a atualidade. Dissertação (mestrado em Geografia). 110 f. Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2008.

OLIVEIRA, M. O. A integração bilateral Brasil-Argentina: tecnologia nuclear e MERCOSUL. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 41, n. 1, p. 5-23, jan./jun. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291998000100001>. Acesso em: 24 fev. 2017.

QUIJANO, A. Colonialidade Do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, B. S.; MENEZES, M. P. (Orgs.). **Epistemologias Do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2012. p. 5-10.

QUIJANO, A., WALLERSTEIN, I. Americanity as a concept, or the Americas in the modern world-system. **International Social Science Journal**, Paris, n. 134, p. 549-557, 1992.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

TRAVASSOS, M. **Projeção continental do Brasil**. São Paulo: Companhia editora nacional, 1935.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressão do meio técnico-científico-informacional no espaço amazônico. **Revista do IEB**, n. 50, p. 113-138, 2010.

O regionalismo pós-hegemônico e a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano

Regiane Nitsch Bressan*

Maria Luísa Bandeira Oliva**

Introdução

O objetivo deste capítulo é apresentar a construção do Conselho de Defesa Sul-americano (CDS) no contexto do regionalismo pós-hegemônico ou pós-liberal que marcou o cenário sul-americano no início do século XXI. O CDS almejou consolidar de forma pioneira uma zona de segurança na América do Sul acomodando todos os países da região a despeito de suas diferenças políticas e ideológicas. A estratégia geopolítica do CDS foi marcada por certo distanciamento dos Estados Unidos na região, somado à maior autonomia e aproximação entre os países da América do Sul.

O contexto regional foi bastante favorável à conformação dessa e de outras iniciativas de cooperação e regionalismo. No início do século XXI, governos considerados neopopulistas emergiram apoiados nas insatisfações da população com políticas econômicas dos anos 1990. Estes atores passaram a enfatizar as questões políticas e sociais baseadas no discurso político-ideológico em detrimento dos assuntos comerciais e econômicos que predominaram na agenda do fim do século passado, provocando mudanças nas estruturas do regionalismo sul-americano e a criação de novos projetos e iniciativas regionais.

O capítulo discorreu sobre o contexto do regionalismo pós-hegemônico que marcou a região, suas características e implicações na estrutura das relações internacionais da América do Sul. Na sequência, o trabalho apresentou as tratativas para a criação do CDS, considerando o contexto regional e explicitando os fatores para sua instituição. Em seguida, houve a explanação da instauração do CDS, que

* Professora Adjunta do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Professora do Programa Interinstitucional (UNESP, UNICAMP e PUC-SP) de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas. Coordenadora do Observatório de Regionalismo. Doutora e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (USP).

E-mail: regianebressan@gmail.com

** Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

E-mail: marialuisa.oliva8@gmail.com

impactou na nova configuração da geopolítica sul-americana, representando uma iniciativa ímpar à região. Por fim, o trabalho explanou sobre o enfraquecimento do CDS diante à nova ordem conservadora que assolou diversas partes do globo e impactou na maioria das organizações regionais. Conquanto, o momento atual da pandemia pelo Sars-CoV-2 impõe desafios sem precedentes às relações internacionais atuais, o que deve incidir em mudanças profundas nas estruturas globais, podendo haver uma retomada na ordem regional de maior autonomia e cooperação.

O novo cenário sul-americano: o regionalismo pós-hegemônico

Com o fim da Guerra Fria, a emergência da nova ordem internacional transformou as relações internacionais dos países latino-americanos. Ainda na década de 1980, esses Estados recuperaram gradativamente a democracia, ao mesmo tempo em que abandonaram completamente a política de substituição de importações e o modelo de supremacia do Estado na economia das décadas anteriores. A debilidade das economias latino-americanas e a persistente instabilidade macroeconômica na região facilitaram a adesão completa às receitas neoliberais propostas pelas agências multilaterais e pelos Estados Unidos. Assim, durante os anos 1990, a política econômica dos países latino-americanos caminhou para abertura comercial e liberalização econômica. Era o neoliberalismo instalando-se na região por meio do “Consenso de Washington”, o qual propunha reformas econômicas estruturais, incluindo privatizações, desregulamentação financeira e disciplina fiscal.

Embora a adesão ao neoliberalismo tenha sido generalizada, os países adotaram estratégias nacionais diversificadas no que tange à liberalização comercial. Enquanto o Chile privilegiou a abertura unilateral com acordos bilaterais, outros países, como o México, firmaram acordos preferenciais com os países desenvolvidos, e muitos se aproximaram dos países vizinhos, estabelecendo acordos aduaneiros e formando projetos de integração, como foi entre Brasil e Argentina.

Neste contexto, vislumbraram os processos de integração na região da segunda fase. O regionalismo aberto denotou um novo momento do sistema internacional contemporâneo. Esse movimento visou estreitar as relações comerciais entre países de uma região, aumentando as condições de competitividade e fortalecendo-se diante da intensificação da globalização, a qual propunha maior liberalização comercial. As iniciativas regionalistas variavam entre a proposta hemisférica da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) pelos Estados Unidos, e propostas regionais, como o

Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), marco do regionalismo aberto na América do Sul.

Não obstante, na década de 2000, cresceu o desencanto da sociedade sul-americana com as reformas neoliberais da década de 1990. As críticas às políticas econômicas adotadas na região na década anterior agravaram-se, sobretudo a partir da sucessão de crises econômicas na virada do século, como a crise da desvalorização do real no Brasil em 1999, e a crise argentina em 2001. Além disso, a constatação do fraco desempenho das economias sul-americanas culminou no questionamento às estratégias nacionais e no papel do Estado na economia. Os maiores países da região revisaram suas escolhas econômicas, e as políticas liberalizantes comerciais, sobretudo com os países desenvolvidos, entraram em erosão.

No plano doméstico, esse cenário propiciou a ascensão de governos considerados, em diferentes medidas, progressistas e de “esquerda”, como Hugo Chávez na Venezuela, Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil, Nestor Kirchner na Argentina, Tabaré Vazquez no Uruguai, Michelle Bachelet no Chile, Evo Morales na Bolívia, Daniel Ortega na Nicarágua e Rafael Correa no Equador. A série de vitórias eleitorais desses governos refletiu a insatisfação ao modelo neoliberal no âmbito social. Mesmo que o neoliberalismo beneficiasse alguns setores da economia desses países, prevaleceu o desagrado populacional advindo das ineficiências internas. Assim, a expressão popular passou a reivindicar maior atenção dos Estados às necessidades das classes mais baixas, discurso ofertado justamente pelos políticos de esquerda.

Embora tais governos defendessem necessidades imperiosas de transformação social, apresentaram disparidades entre suas políticas e ideologias, como os governos do Brasil e da Argentina. Ou seja, embora eles fossem contrários ao arranjo neoliberal, algumas diretrizes desse modelo perpetuaram na região, marcada por governos com projetos políticos econômicos heterogêneos, que mesclaram prerrogativas sociais, embasadas no nacionalismo, com políticas econômicas ortodoxas. Tal disparidade entre política e ideologia, dentro da vertente esquerdista, conformou nos primórdios do século XXI, uma nova forma política, o “neopopulismo” (WEYLAND, 2004).

Ainda que sua definição exata seja bastante controversa e complexa, o neopopulismo é considerado um modelo político pós-moderno (TRAINE, 2004). Inspirados no populismo clássico, os líderes neopopulistas se aproveitaram da insatisfação populacional com as reformas econômicas liberais e dos governos instáveis na região que não lograram êxito nas promessas de desenvolvimento social. Dessa forma, tais lideranças usufruíram desse descontentamento, sustentando-se como novos representantes do povo (WEYLAND, 2004).

Portanto, a América do Sul presenciou uma alteração gradativa nas lideranças, principalmente políticas, no núcleo do poder doméstico (STEFANONI, 2012). Ademais, assistiu-se à renovação da participação da sociedade civil. Organizações não governamentais e movimentos sociais eclodiram no final dos anos 1990, ganhando novos espaços de atuação e reivindicação nos anos 2000. Esses novos atores começaram a conformar mudanças no plano doméstico, e no entendimento do que deveriam ser os processos de integração regional.

Nas relações internacionais, após a estagnação das negociações multilaterais da Organização Mundial do Comércio na Conferência de Seattle, de 1999, somada às dificuldades econômicas vividas pelos países da região, redefiniu-se a estratégia de inserção internacional dos países latino-americanos. A convergência de abertura comercial regional esmaeceu em detrimento de estratégias diversas adotadas por esses países de inserção internacional.

Alguns Estados buscaram ampliar sua inserção na economia internacional, através de políticas de abertura comercial para bens e serviços e proteção aos investimentos estrangeiros, como Peru e Colômbia. Outros grupos de Estados firmaram acordos comerciais com os Estados Unidos, como o Tratado de Livre Comércio entre Estados Unidos, América Central e República Dominicana. Por sua vez, perante os obstáculos comerciais impostos pelos países desenvolvidos, como os subsídios agrícolas e medidas *antidumping*, acordos com os países em desenvolvimento foram firmados, especialmente pelo Brasil, que assim o fez com a África do Sul e Índia (TUSSIE; TRUCO, 2010).

No âmbito do Mercosul, Argentina e Brasil firmaram o Consenso de Buenos Aires, em alusão ao Consenso de Washington. A intenção do documento foi balizar as ações dos dois países, abrangendo vários temas de interesse comum. O Consenso de Buenos Aires apresentou forte ênfase política e social, reafirmando os princípios da democracia, da justiça e da equidade, em detrimento do tema econômico. Neste pacto, Brasil e Argentina prometeram coordenar objetivos comuns, reforçando a integração regional para lograr interesses nacionais e atingir resultados equilibrados nas negociações multilaterais (ALMEIDA, 2003).

Portanto, o cenário internacional intensificou a crítica do projeto liberal de abertura dos mercados e desregulamentação econômica e exacerbou os novos rumos latino-americanos. A crise econômica de 2008 agravou a sensação dos riscos da interdependência e provocou novas tensões e conflitos econômicos, dificultando a cooperação internacional. Assim, nos países em desenvolvimento, revigorou o ideal do Estado forte na economia, com instrumentos de provisão da segurança e coesão

social, ameaçadas pelas incertezas e instabilidades econômicas internacionais (VIGEVANI; RAMANZINI JÚNIOR, 2010; VEIGA; RÍOS, 2011).

Desta forma, um grupo de países mostrou-se cada vez mais resistente à maior abertura comercial, assumindo, em contrapartida, compromissos de outras naturezas no âmbito dos processos de integração regional, como Argentina, Bolívia, Equador e Venezuela (VEIGA; RÍOS, 2011). Inclusive, alguns deles provocaram fortes alterações em suas políticas econômicas ao enrijecer o protecionismo comercial e expropriarem ativos estrangeiros, como aconteceu na Venezuela e na Bolívia, além do posicionamento intensificado, após a crise econômica mundial de 2008, quando se iniciou um processo global de revisão de paradigmas de política econômica.

Em resposta à crise da liberalização comercial por meio de iniciativas heterogêneas, surgiram outros projetos de integração como a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TPC), conhecidos como “regionalismo pós-liberal” (VEIGA; RÍOS, 2007) ou pós-hegemônico. Este novo conceito expressa uma nova ordem de prioridades regionais, e uma agenda deslocada à esquerda do eixo do poder político. A principal característica é a crítica ao paradigma liberal, em que se basearam tanto as iniciativas de integração latino-americana nos anos 1990, quanto às políticas econômicas domésticas dos países da região. Segundo seus precursores, no regionalismo aberto, os processos de integração ignoraram temas relacionados às assimetrias estruturais entre os países-membros, bem como desprezaram preocupações com as dimensões produtivas e de desenvolvimento. Portanto, esse fenômeno decorreu do ressurgimento do nacionalismo econômico e politização das agendas econômicas externas de vários países da região. Tal fenômeno se insere em um marco internacional amplo, que favorece o protecionismo e o nacionalismo econômico, inclusive nos países desenvolvidos.

O regionalismo pós-liberal ou pós-hegemônico é composto tanto por uma agenda integrativa de cunho desenvolvimentista, resistente à abertura comercial, quanto por uma agenda antiliberal, que propicia a formação de coalizões entre países afins ideologicamente. A hipótese primordial é que a liberalização dos fluxos de comércio e os investimentos nos acordos comerciais não foram capazes de promover o desenvolvimento no interior do processo, de reduzir o espaço para implantação de políticas nacionais desenvolvimentistas, além de dificultar a adoção de uma agenda de integração voltada aos temas de desenvolvimento e equidade social. Por conseguinte, a segunda proposta desse paradigma foi a ampliação temática da agenda de integração, abrangendo assuntos econômicos não comerciais e temas não

econômicos. Os novos temas foram selecionados segundo critérios diversificados, mas sempre relacionados com os ideais do novo paradigma, como necessidade pelo desenvolvimento, busca da equidade social, superação da pobreza e desigualdade, bem como a manutenção da estabilidade e segurança regionais (VEIGA; RÍOS, 2007).

Portanto, no marco do regionalismo pós-liberal, surgiram novos processos de integração sub-regionais e regionais, como a ALBA-TPC, a UNASUL, o próprio CDS, além da renovação de outras iniciativas de cooperação e regionalismo.

Contexto e fatores para a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano

Conforme explicado anteriormente, a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) aconteceu em razão do novo regionalismo adotado na região, em paralelo a uma série de iniciativas de regionalismo na América do Sul. Sua criação foi facilitada pela percepção compartilhada sobre a importância da cooperação na área de segurança e desejo em estabelecer uma zona de segurança na região.

O CDS configura-se como a primeira iniciativa de regionalismo voltada para a discussão específica da defesa e da segurança regional que inclui todos e unicamente os países da América do Sul. O adensamento na cooperação militar no Cone Sul desdobrou-se na criação do CDS. Notoriamente, o consenso em torno da necessidade da cooperação na área de segurança aconteceu em virtude do novo regionalismo e ascensão de governos ideologicamente próximos como explicado anteriormente. Ademais, “as décadas de 1990 e 2000 serviram para consolidar o imaginário na América do Sul de espaço geográfico possível de desenvolver políticas mais independentes, advindas de uma maior margem de autonomia” (FUCCILLE; REZENDE, 2013, p. 86).

Na última década do século XX, justamente pelo fim da Guerra Fria, preponderou uma visão positiva ao futuro das Relações Internacionais, as quais tenderiam a ser mais pacíficas e cooperativas. Diversas organizações internacionais foram criadas e outras ganharam fôlego e renovação. Entretanto, esta atmosfera sofreu desgaste no início do novo século com os atentados de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, os quais inauguraram nova percepção de realidade do Sistema Internacional, sem otimismo em relação à paz e à segurança mundial (FUCCILLE, 2014).

O novo contexto internacional que se impunha evidenciou para a maioria dos países sul-americanos que não seria seguro aceitarem que a segurança e a defesa da região ficassem sob os cuidados das potências mundiais. Inclusive, os países da região

sofriam com problemas de segurança distintos e com necessidades específicas regionais que os países desenvolvidos não conseguiam assistir (FUCCILLE; BARRETO; GAZZOLA, 2016). Soma-se a este fato, a falência dos modelos de segurança coletiva continental, representados pela Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e pela Organização dos Estados Americanos (OEA). O TIAR e a OEA foram criados pelos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria de forma a garantir a segurança hemisférica e impedir intervenções externas na região. Entretanto, acabaram sendo mais utilizados como instrumento norte-americano para impedir a expansão do comunismo vindo da URSS, menosprezando questões relevantes à segurança dos países da América Latina (VITTE, 2013).

Por conseguinte, o Pós-Guerra Fria não findou os problemas de segurança da sub-região. A incapacidade dos organismos continentais em atender às necessidades dos países latino-americanos deixou evidente que o Sistema Hemisférico de Segurança Coletiva estava obsoleto e deveria ser substituído por um modelo de segurança regional (FUCCILLE, 2015).

Apesar de a América do Sul não ser foco principal da política externa estadunidense, sobretudo após 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos ainda exercem grande influência em todo o continente. O fato de a grande potência não interpretar a América Latina como ameaça à sua hegemonia, garantiu maior margem de autonomia para que os países articulassem iniciativas regionais independentes de cooperação em matéria de segurança e defesa, considerando os interesses e as necessidades da região (FUCCILLE, 2015).

O Conselho de Defesa Sul-Americano: criação e desafios

No marco da emergência dos governos progressistas na América do Sul, as reuniões entre os presidentes sul-americanos se repetiram com mais frequências. Na Terceira Reunião de Presidentes da América do Sul realizada em Cuzco, no Peru, foi sugerida a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), em 2004. O intuito principal era garantir maior periodicidade dos diálogos entre os Estados sul-americanos, sobretudo nos assuntos relativos à cooperação regional. Dentre as vantagens da CASA era o envolvimento e emprego dos diversos blocos e iniciativas regionais já existentes como base para sua atuação e evolução (BARRETO, 2016).

Durante a reunião que aconteceu em Cochabamba, em 2006, a Venezuela propôs a criação da Comissão Estratégica de Reflexão sobre o Processo de Integração Regional, o qual deveria discutir “as reais necessidades e preocupações da região e o

desenho de organismos que poderiam implantá-las” (ABDUL-HAK, 2013, p. 142). Nesta ocasião, aventou-se pelos Estados presentes, a necessidade de construção de um novo e mais amplo modelo de integração, que transpusesse os aspectos comerciais e econômicos, considerando as particularidades políticas, sociais, ideológicas e culturais da região e que tivesse por objetivo final o desenvolvimento da região como um todo (COUTO, 2010).

Em 2007, os países da região organizaram a Cúpula Energética Sul-Americana, em *Isla Margarita*, na Venezuela. A reunião representou um ponto de inflexão no processo de integração regional sul-americano, colocando em prática a proposta dos prelúdios da UNASUL. Neste evento, decidiram que a CASA, devido a sua falta de institucionalidade, deveria ser substituída pela UNASUL, sendo sua sede em Quito, no Equador. O Tratado Constitutivo da UNASUL foi assinado pelos doze países da região, em 23 de maio de 2008, em Brasília.

Sendo uma iniciativa pioneira em acomodar o maior número de países da América do Sul, superando a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), a UNASUL é uma organização internacional com personalidade jurídica. A organização tem por objetivo consolidar políticas sociais, de educação, energia, infraestrutura, e de meio ambiente, fortalecendo a democracia e reduzindo as assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e independência dos Estados (UNASUL, 2008).

Com objetivos amplos e abrangentes, a UNASUL consolidou-se como essencial para a aproximação entre os países da região. Dentre os diversos objetivos específicos da organização, a questão da defesa é brevemente mencionada, focando na questão do “intercâmbio de informação e de experiências em matéria de defesa” (UNASUL, 2008, p. 4). Apesar de não compor os objetivos essenciais da UNASUL, a organização serviu de base para a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), órgão basilar para o desenvolvimento da cooperação em defesa e em segurança na região.

A alteração na percepção da importância das questões de defesa e segurança na região aconteceu em 2007. Diversos fatores foram essenciais para a retomada das discussões em torno do tema, dentre os quais: a expansão das chamadas “novas ameaças”, como o narcotráfico e o crime organizado, que transbordam as fronteiras nacionais e passam a afetar a realidade de mais de um país da região; a exacerbação de conflitos fronteiriços entre Peru e Equador, e Bolívia e Chile; o fortalecimento de movimentos separatistas na Bolívia e no Paraguai e a tentativa de evitar uma corrida armamentista na região (FUCCILLE, 2015).

Além disso, dois eventos essenciais se somaram, reforçando o aumento na percepção da importância da defesa e segurança na região: o conflito envolvendo Colômbia, Equador e Venezuela e a reativação da Quarta Frota norte-americana (MEDEIROS FILHO, 2009). Em relação ao conflito entre Colômbia, Equador e Venezuela, desentendimentos entre os três países tiveram início quando o exército colombiano atacou um acampamento das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) em território equatoriano, resultando na morte de vinte e duas pessoas. Segundo o governo colombiano, a ação foi feita em legítima defesa para garantir sua segurança nacional. Entretanto, essa postura não foi bem interpretada pelos seus vizinhos, principalmente pelo Equador e pela Venezuela. No caso equatoriano, a reclamação era a respeito da violação da integridade de seu território e de sua soberania. No caso venezuelano, o país temia que a Colômbia utilizasse as alegações da presença de membros das FARC no território venezuelano para promover ataques ao país com o apoio dos Estados Unidos (ABDUL-HAK, 2013). Em relação ao caso da reativação da Quarta Frota norte-americana, essa gerou desconfiança nos países sul-americanos, pois poderia representar a tentativa dos Estados Unidos de voltar a atuar ativamente nos assuntos da região, principalmente nos temas de defesa e segurança (VITTE, 2013).

Em 2006, os presidentes da Argentina, Brasil e Venezuela, Kirchner, Lula e Chávez respectivamente, propuseram a criação de um Conselho que com caráter mais institucional às reuniões periódicas dos Ministros da Defesa da América do Sul (MEDEIROS FILHO, 2009). Retomada em outubro de 2007, esta agenda política triangular culminaria posteriormente na criação do CDS, fundamental à nova ordem da geopolítica que se desenhava na região.

No entanto, as negociações para a formação do novo conselho foram intensas e complexas. Coube ao Ministro da Defesa brasileiro, Nelson Jobim, junto ao presidente Lula, realizar uma peregrinação na América do Sul, empenhando-se em encontros com os líderes de cada um dos países da região para apresentar a nova proposta e conquistar o apoio formal ao CDS. Nesta nova proposta, dois elementos marcaram as negociações brasileiras: a proposta da construção de uma identidade regional de defesa, bem como a criação de uma indústria bélica sul-americana (MEDEIROS FILHO, 2009).

Além disso, dois grandes dilemas incidiram sobre o período de negociação para a criação do CDS. Uma delas se relaciona ao modelo de segurança que seria adotado pelo novo órgão. Na proposta venezuelana, defendia-se uma postura mais ativa e securitizada do Conselho, o qual deveria atuar conforme os moldes da Organização do

Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Por sua vez, a proposta brasileira detinha perfil moderado. Não havia a intenção de militarização da região, mas a formação de um fórum regional permanente de discussão das questões de defesa e segurança (ABDUL-HAK, 2008). A versão brasileira, mais cooperativa e menos conflitiva, já que representava embate direto aos Estados Unidos, foi acolhida para nortear a institucionalização da CDS.

O segundo desafio refere-se à adesão dos Estados sul-americanos. Em linhas gerais, o projeto foi deferido pela maioria dos países, sobretudo Argentina, Paraguai, Uruguai e Equador. A Colômbia atuou como o principal e grande opositor, pois além de não vivenciar a ascensão de um líder progressista ao governo, consiste em ser historicamente o principal aliado dos Estados Unidos na região. A Colômbia não interpretava como necessária a criação de um novo órgão de cooperação regional em defesa, mormente porque considerava que o CDS não seria capaz de superar a atuação da OEA (ABDUL-HAK, 2013). Considerando que sua ausência retiraria a legitimidade do novo arranjo que se conformava, a Colômbia barganhou sua entrada no CDS, realizando críticas e pressionando para que temas como o combate às guerrilhas e ao narcotráfico, fossem adicionados às agendas de atuação do CDS, ao mesmo tempo em que não confrontou diretamente seu grande aliado (FUCCILLE, 2015).

Em 2008, ao longo da reunião de criação da UNASUL, em Brasília, a proposta do CDS foi votada pelos Estados membros, mas rejeitada em razão do veto colombiano. Entretanto, após a revisão do Estatuto, guiado pela Michelle Bachelet, presidente chilena, e ao adicionar também tópicos de interesse da Colômbia, o CDS pode finalmente ser criado.

Na Cúpula Extraordinária de Chefes de Estado da UNASUL, realizada na Costa do Saúpe, em 16 de dezembro de 2008, finalmente o estatuto do CDS foi assinado pelos 12 membros sul-americanos, representando uma nova fase na geopolítica regional. Criado como instância de consulta, cooperação e coordenação em matéria de Defesa, o CDS apresenta os seguintes objetivos:

1. Consolidar América do Sul como uma zona de paz, base para a estabilidade democrática e o desenvolvimento integral de nossos povos, e como contribuição para a paz mundial.
2. Construir uma identidade sul-americana em matéria de defesa, que considere as características sub-regionais e nacionais e que contribua para o fortalecimento da unidade da América Latina e o Caribe

3. Gerar consensos para fortalecer a cooperação regional em matéria de defesa. (CDS, 2008a, p. 2).

Quanto à estrutura institucional, o CDS é conformado pelo Conselho de Ministros de Defesa, podendo ser representado pelos equivalentes de seus países. Esta é a instância mais elevada e responsável pelo cumprimento dos objetivos gerais e específicos do conselho. A Instância Executiva, formada pelos Vice-Ministros de Defesa, deve se reunir duas vezes ao ano, responsável pela elaboração dos Planos de Ação. Por último, existe a Presidência Pro Tempore, que corresponde à presidência em exercício da UNASUL, sendo a responsável pela coordenação das atividades do Conselho, podendo convocar reuniões extraordinárias quando houver interesse de mais da metade dos membros (CDS, 2008b).

Denominado Plano de Ação, este documento coordena a atuação do CDS, determinando os critérios e a direção estratégica do CDS, de acordo com os compromissos acordados nas atividades dos eixos de trabalho (CDS, 2008b). Tais eixos que balizam a formulação dos Planos de Ação são: políticas de defesa; cooperação militar, ações humanitárias e operações de paz; indústria e tecnologia de defesa; e formação e capacitação. Aprovado para o período de 2009-2010, o primeiro Plano de Ação detinha objetivos específicos numerosos e amplos, conseqüentemente não foram completados ao tempo pré-estipulado. Por sua vez, os Planos de Ação conseguintes foram mais pragmáticos em relação a seus objetivos e mais realistas em relação às ações e aos prazos (SOUZA, 2016).

Para além dos Planos de Ação, o CDS também detém dois órgãos complementares, o Centro de Estudos Estratégicos de Defesa (CEED), criado em acordo com o primeiro Plano de Ação, para os estudos estratégicos, sediado em Buenos Aires (UNASUL, 2010). O CEED tem como missão a consolidação dos princípios e objetivos estabelecidos no Estatuto do CDS, a partir da construção de conhecimento e difusão de pensamento estratégico sul-americano na área de defesa e segurança regional e internacional (UNASUL, 2010).

Como segundo órgão complementar, foi criada a Escola Sul-Americana de Defesa (ESUDE) junto ao Plano de Ação, de 2013, a qual tem como objetivo investir na formação e capacitação de civis e militares em matéria de defesa e segurança regional no nível político-estratégico (UNASUL, 2013). Com isso, a ESUDE auxilia na criação da identidade em matéria de defesa a ser compartilhada pelos países da região, contudo sem agir de forma impositiva ou buscando apagar as visões nacionais (SOUZA, 2016).

Vencido o período de conformação do CDS, o órgão continuou enfrentando dificuldades para sua consolidação. Há dois eixos centrais que desafiam o CDS: o primeiro é de natureza orgânica à instituição. Devido às diferentes realidades econômicas e sociais dos países membros, cada Estado possui diferentes visões sobre as políticas de defesa e segurança e, portanto, tem opiniões distintas sobre qual deve ser a agenda de discussão do CDS. O segundo tema acontece em relação ao entorno regional, mais especificamente os Estados Unidos. Enquanto alguns países apresentam proximidade política em relação à grande potência, outros a interpretam como ameaça à região. Não obstante, os desafios revelam que as situações enfrentadas pelo CDS não estão circunscritas apenas à questão da defesa e segurança, mas aos impasses políticos, econômicos e sociais. Superar tal heterogeneidade de concepções se coloca árduo ao CDS, em razão da deliberação por unanimidade ou sem oposição declarada de um dos membros (CDS, 2008).

Conquanto a região sul-americana seja considerada relativamente livre de conflitos entre seus países, o fato se contrasta com os elevados índices de violência interna aos Estados. Assim, os países sul-americanos buscam priorizar seus interesses em questões de segurança interna, preterindo iniciativas regionais. O grande paradoxo sul-americano – relativa paz externa e alto grau de violência interna – gera um cenário regional confuso, demarcado por necessidades de defesa e segurança difusas, as quais se interpenetram em uma complexa e simultânea convivência (MEDEIROS FILHO, 2009).

Não obstante a América do Sul não consista em região prioritária aos Estados Unidos, mormente por não significar uma zona de conflitos que afete sua posição hegemônica, a região faz parte de duas grandes alianças continentais, a OEA e o TIAR, ambas lideradas pelos Estados Unidos. Portanto, mesmo não consolidando ameaça direta ao domínio dos Estados Unidos na região, inegavelmente o CDS concede a seus membros, maior independência e autonomia na definição de políticas de defesa e segurança. Tal situação pode não ser bem interpretada pelos estadunidenses (ABDUL-HAK, 2013). A recente militarização da agenda dos Estados Unidos na região, com a reativação da Quarta Frota norte-americana, o fortalecimento do Comando do Sul e do Plano Colombo aumentaram as desconfianças regionais em relação às intenções dos Estados Unidos (BATTAGLINO, 2009).

A relação do CDS com os Estados Unidos ganhou complexidade ao considerar a relação de cada país membro com a grande potência (ABDUL-HAK, 2013). Por exemplo, a relação de proximidade que a Colômbia mantém com os Estados Unidos representa fragilidade ao CDS. A Colômbia é palco de um dos principais problemas

para a segurança da região, o narcotráfico. Sendo assim, o país firmou o Acordo Militar Colômbia-Estados Unidos, preferencialmente usado no enfrentamento deste assunto, o qual gera interdependência entre os Estados sul-americanos e afeta a agenda geopolítica da região (ABDUL-HAK, 2013).

A guinada conservadora e o esmorecimento do CDS

Com as mudanças enfrentadas pelo cenário sul-americano, marcadas pela guinada conservadora de grande parte dos governos da região, incluindo Argentina e Brasil; tensões em relação ao governo venezuelano que culminaram na suspensão dupla do país do Mercosul; e a retirada de participação da UNASUL por diversos países da região, dentre eles Brasil, Argentina, Paraguai, Chile, Colômbia e Peru, resultaram no esvaziamento do CDS, deteriorando a geopolítica regional de uma zona de segurança, de maior autonomia dos países sul-americanos e manutenção do distanciamento dos Estados Unidos.

A desarticulação dos Estados da região na área da defesa se estendeu a outras agendas e projetos regionais, incluindo a cooperação em campos como infraestrutura, saúde, ciência e tecnologia. Outros blocos foram severamente afetados, como o próprio Mercosul, considerado o núcleo duro da integração sul-americana; a Comunidade Andina que já enfrentava sérias dificuldades diante à criação da Aliança do Pacífico, que inaugurou a guinada atual liberal na região, além de iniciativas sub-regionais (BRESSAN; LUCIANO, 2017). Diversos países da região, inclusive o Brasil, passaram a vislumbrar a intensificação das relações com os países do Norte, mormente Estados Unidos e Europa, em detrimento das relações regionais. Não obstante, é preciso reconhecer a crescente militarização em cargos governamentais em diferentes âmbitos e estruturas vinculadas ao CDS (FUCCILLE, 2019), enfatizando a deficiência histórica do controle civil democrático nas instituições domésticas e regionais.

Outro fator que incidiu no enfraquecimento do CDS deve-se ao fato de os projetos regionais serem vinculados principalmente às políticas de governo e pouco às políticas de Estado. Este fator mantém os processos de integração e organizações regionais reféns das trocas de governos nacionais, de suas ideologias e interesses próprios, que nem sempre são coincidentes com os interesses que conformam o Estado-Nação.

A pandemia pelo Sars-CoV-2, declarada pela Organização Mundial de Saúde em 2020, provocou uma série de mudanças globais com impactos severos no plano

regional e doméstico das instituições e Estados. Ainda é cedo para preconizar quais seriam as alterações na estrutura geopolítica da América do Sul. Entretanto, novas ações de cooperação se desenham, enquanto os governos sul-americanos, derivados na onda conservadora que apregou o mundo na década de 2010, enfrentam resistência e impopularidade doméstica. Muito possivelmente será possível assistir uma nova configuração no contexto sul-americano na atual década, repleta de desafios impostos pela pandemia. O CDS, sendo essencial para a estratégia da agenda de segurança da região, pode ser retomado e reformulado de acordo com os interesses e necessidades advindas da agenda de interdependência que sempre existirá na geopolítica regional.

Considerações Finais

O contexto do regionalismo pós-hegemônico ou pós-liberal foi fundamental para o surgimento de novas iniciativas regionais que determinaram uma nova ordem na geopolítica na América do Sul. A criação da UNASUL e do CDS são frutos deste momento muito profícuo, de grande interlocução entre os governos regionais, que se aproximavam diante interesses coincidentes caracterizados pela semelhança política-ideológica que marcou as lideranças daquele período. O momento também foi marcado pelo distanciamento dos Estados Unidos na região, maior autonomia e cooperação regional em uma agenda de crescentes temas, incluindo a segurança e defesa.

A criação do CDS na estrutura da UNASUL é considerada uma iniciativa pioneira, pois acomodou todos os países da região em uma mesma organização, objetivando a instauração de uma zona de segurança à região.

O esmorecimento do CDS foi fruto principalmente da onda conservadora que acometeu a região e deteriorou as relações regionais sul-americanas em diversas dimensões e instituições. Não obstante, a crise pandêmica pelo Sars-CoV-2 gera desafios sem precedentes à nova ordem internacional, demandando cooperação e estreitamento das relações internacionais. A pandemia atual reforça a interdependência em uma vasta agenda de temas que desafia todos os países do globo. A retomada de cooperação em diferentes esferas se tornará cada vez mais urgente ao longo desta década, sendo que as iniciativas regionais pré-existentes ganharão oportunidade de reformulação e sobrevivência ao enfrentamento dos desafios pós-pandêmicos.

Referências

- ABDUL-HAK, Ana Patrícia Neves. **O Conselho de Defesa Sul-Americano: objetivos e interesses do Brasil (CDS)**. Brasília: FUNAG, 2013. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/1051-Conselho_de_Defesa_Sul_Americano.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2021.
- ALMEIDA, Paulo Roberto. **'Una sombra pronto seras...'**: Idealpolitik e o Consenso de Buenos Aires. 2003. Disponível em: <<http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1135ConsBAires.html>>. Acesso em: 04 mar. 2021.
- BARRETO, Lis. **A dimensão da defesa na política externa dos Governos Lula da Silva (2003-2010) e Rousseff (2011-2014)**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). 120 f. UNESP/UNICAMP/PUC-SP, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/144188/barreto_1_me_mar.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 09 mar. 2021.
- BATTAGLINO, Jorge. O Brasil e a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano: Uma convergência de vantagens. **Nueva Sociedad** – Especial em Português, Buenos Aires, p. 79-89, dez. 2009. Disponível em: <http://nuso.org/media/articles/downloads/p7-6_1.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2021.
- BRESSAN, Regiane Nitsch; LUCIANO, Bruno Theodoro. A Comunidade Andina no século XXI: entre bolivarianos e a Aliança do Pacífico. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 26, n. 65, p. 62-80, mar. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782018000100062&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 31 mar. 2021.
- CDS. Conselho de Defesa Sul-americano. **Estatuto do Conselho de Defesa Sul-Americano da Unasul**. 2008a. Disponível em: <http://www.ceedcds.org.ar/Portugues/09-Downloads/PORT-ESTATUTO_CDS.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2021.
- CDS. Conselho de Defesa Sul-americano. Regulamento do Conselho de Defesa Sul-Americano da Unasul. 2008b. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/relacoes_internacionais/unasul/normativa_unasul_2017.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2021.
- COUTO, Leandro Freitas. Política externa brasileira para a América do Sul - As diferenças entre Cardoso e Lula. **Civitas**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 23-44, jan./abr. 2010. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/6591>>. Acesso em: 17 mar. 2021.
- FUCCILLE, Alexandre. O Brasil e a América do Sul: (re)pensando a segurança e a defesa na região. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, Porto Alegre, ano 1, n. 1, p. 112-146, jul./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/rbed/article/viewFile/49245/30868>>. Acesso em: 30 jan. 2021.
- FUCCILLE, Alexandre. O Brasil e o Conselho de Defesa Sul-Americano da Unasul: um novo modelo de defesa sub-regional? In: Congresso Latinoamericano de Ciencia Política da Pontificia Universidad Católica del Perú, 8. **Anais...** Lima: Universidad Católica del Perú, 2015. Disponível em: <<http://files.pucp.edu.pe/sistema-ponencias/wp-content/uploads/2015/01/Full-Paper-ALACIP-Fuccille.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- FUCCILLE, Alexandre; BARRETO, Lis; GAZZOLA, Ana Elisa. Novos Tempos? Considerações sobre diplomacia e defesa no Governo Lula (2003-2010). **Boletim de Economia e Política Internacional (BEPI)**,

Geopolítica e Integração Regional na América Latina

O regionalismo pós-hegemônico e a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano

DOI: 10.23899/9786589284109.18

Brasília, n. 22, p. 79-93, jan./abr. 2016. Disponível em:

<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6736/1/BEPI_n22_Novos.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2021.

FUCCILLE, Alexandre. A vacilante atuação brasileira na integração regional: O (o) caso do Conselho de Defesa Sul-Americano. **Agenda Política**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 62-85, 2019. Disponível em:

<<https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/245>>. Acesso em: 31 mar. 2021.

FUCCILLE, Alexandre; REZENDE, Lucas Pereira. Complexo Regional de Segurança da América do Sul: uma nova perspectiva. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 77-104, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292013000100003>. Acesso em: 30 jan. 2021.

MEDEIROS FILHO, Oscar. Conselho de defesa sul-americano: origens, demandas e propósitos. In: Encontro Nacional da ABED, 3. **Anais...** Londrina: ABED, 2009. Disponível em:

<www.uel.br/pos/mesthis/abed/anais/OscarMedeirosFilho> Acesso em: 17 mar. 2021.

SOUZA, Tamiris. As razões de existência do Conselho de Defesa Sul-Americano da Unasul. **Revista Carta Internacional**. Belo Horizonte, v. 11, n. 3, p. 124-148, 2016. Disponível em:

<<https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/viewFile/485/331>>. Acesso em: 09 fev. 2021.

STEFANONI; Pablo. Posneoliberalismo cuesta arriba. Los modelos de Venezuela, Bolivia y Ecuador en debate. **Nueva Sociedad**. Buenos Aires, n. 239, mai./jun., 2012. Disponível em:

<<http://www.nuso.org/>>. Acesso em: 08 mar. 2021.

TRAINE, Martin. Neopopulismo. O estilo político da pop-modernidade. In: LODOLA, Germán et al.

Neopopulismo na América Latina. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2004, ano 5, v. 2. p. 45-60.

TUSSIE, Diana; TRUCCO; Pablo. **Nación y Región em América Del Sur**: los actores nacionales y la economía de La integración sudamericana. Buenos Aires: Teseo, 2010.

UNASUL. União das Nações Sul-Americanas. **Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas**. 2008. Disponível em:

<http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_integracao/docs_UNASUL/TRAT_CONST_PORT.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2021.

UNASUL. União das Nações Sul-Americanas. **Estatuto do Centro de Estudos Estratégicos em Defesa do CDS - Unasul**. 2010. Disponível em: <<http://ceed.unasursg.org/Portugues/09-Downloads/Regulamentos/Estatuto-CEED-Port.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2021.

UNASUL. União das Nações Sul-Americanas. **Estatuto da Escola Sul-Americana de Defesa do CDS - Unasul**. 2013. Disponível em: <http://esude-cds.unasursg.org/lecturas/esude/estatutos/2016.11.23%20ESTATUTO%20ESUDE_PORT_%20com%20correc%CC%A7o%CC%83es_Final.pdf> Acesso em: 09 jan. 2021.

VEIGA, Pedro da Motta; RÍOS, Sandra. O Brasil como vetor de integração sul-americana: possibilidades e limites. In: **Política Externa**. São Paulo: Paz e Terra, v. 20, n. 2, 2011.

VIGEVANI, Tullo; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo. Autonomia e integração regional no contexto do Mercosul: Uma análise considerando a posição do Brasil. **Debates, Clacso**, Buenos Aires, n. 27, p. 46-65, 2010.

Geopolítica e Integração Regional na América Latina

O regionalismo pós-hegemônico e a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano

DOI: 10.23899/9786589284109.18

VITTE, Claudete. A integração regional e hemisférica em segurança e defesa na América do Sul, a partir da Guerra Fria, e o protagonismo brasileiro: algumas considerações. **Terra Livre**, São Paulo, ano 29, v. 1, n. 40, p. 99-129, jan./jun. 2013. Disponível em:

<<http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/viewFile/456/431>>. Acesso em: 04 jan. 2021.

WEYLAND, Kurt. Neoliberalism and democracy in Latin America: a mixed record. In: **Latin American Politics and Society**. Miami: Blackwell Publishing, 2004.

Questões geopolíticas na América do Sul e sua difícil integração regional

Dante Severo Giudice*

Mariana de Oliveira Santana**

Michele Paiva Pereira***

Introdução

A integração da América é uma questão difícil, pois, apesar de ser composta por países que apresentam alguma similaridade, envolve a nação mais rica do planeta que quer impor suas normas e regras, numa atitude geopolítica de dominação, que vem da Doutrina Monroe, e se apropriaram do nome “América” como se autodenominam, assim como do gentílico “americanos” como se todos demais não o fossem. Esse fato dificulta também uma integração latino-americana, pois não só o México está intimamente a eles atrelados político e economicamente, graças à proximidade geográfica, mas também toda a América Central. A criação dos blocos que visavam incentivar essa integração causou mais disputas entre os países, por questões de vaidades políticas e mentalidade imperialista daqueles mais fortes economicamente. Na América do Sul não foi diferente, sobretudo pela fragilidade das democracias na região, e a ameaça constante de intervenções militares, favoráveis a regimes de extrema direita, com forte influência fascista. Foram muitos conflitos regionais, e a

* Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (2011). Professor adjunto da Universidade Católica do Salvador, ligado ao curso de Geografia. Tem experiência na área de Geociências, com ênfase em Geologia e Geografia, atuando principalmente nos seguintes temas: geopolítica, geografia política, geodiversidade e lógicas territoriais, dinâmica ambiental e meio ambiente.

E-mail: dasegu@gmail.com

** Licenciada e Bacharel em Geografia pela Universidade Católica do Salvador. Mestranda em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social na mesma instituição, na linha de pesquisa Territorialidade e Planejamento Urbano e Regional. E, ainda, membro pesquisadora do GEPOGEO e do GAM.

E-mail: mariana_oliveira018@hotmail.com

*** Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFBA). Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (UCSAL). Licenciada em Geografia pela Universidade Católica do Salvador (2017). Atualmente, é Mestranda em Geografia (UFBA). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Agrária.

E-mail: pmichele765@gmail.com

formação de blocos não serviu para aproximá-los num objetivo comum – fortalecimento regional.

Esse estudo é uma pesquisa exploratória, tem sua importância ligada ao fato de que se procura estudar as dificuldades da integração americana, com foco na América do Sul, região na qual estamos inseridos. Tem como objetivo compreender esse processo, oferecendo contribuições que possam facilitar o entendimento dessas dificuldades.

Fundamentação Teórico Metodológica

O termo geopolítico se tornou, no pós-guerra, “apócrifo” por ter sido usado pelos alemães como “instrumento” de guerra e como justificativa para sua política de expansão, que era baseada no princípio racista da superioridade ariana, e no conceito de espaço vital, ficando assim estigmatizada como, do ponto de vista da política externa, voltada aos interesses expansionistas dos Estados. Segundo Andrade (1996)

o saber geopolítico compreende uma tentativa de análise científica da importância dos Estados em face da sua extensão, da sua população e da sua posição geográfica, integrada com ideologias que procuram estimular e provocar a realização de objetivos de expansão territorial e de dominação de Estados vizinhos que impedem ou dificultam a realização das aspirações da classe dirigente.

A partir da década de 1940, ainda segundo Vesentini (1997), surgiu a concepção de que a geopolítica seria ideológica, um instrumento dos Estados totalitários, e a geografia política seria uma ciência. Esta interpretação passou a ser aceita à princípio por geógrafos como A. Hettner e Leo Waibel, e a partir da 2ª Guerra pela quase totalidade deles, bem como por inúmeros outros cientistas sociais. É desta época a afirmativa de Pierre George, talvez o geógrafo francês mais conhecido dos anos 50 aos anos 70, que a geopolítica seria uma “pseudociência”, uma caricatura da geografia política. Essa ideia se consolidou entre inúmeros autores dos 50 e 60.

O resgate da geopolítica se deu na década de 1970, com Yves Lacoste que afirmava ser “a geopolítica a verdadeira, ou fundamental, geografia”, interpretação que ele utilizou na sua obra – *A Geografia: isso serve em primeiro lugar, para fazer a guerra* – de 1976. A partir dos anos 1980, a geopolítica passa a ser considerada uma área ou campo de estudos interdisciplinar, tornando-se quase um consenso nos dias atuais.

Costa (1992) afirma que

à geopolítica caberia a formulação das teorias e projetos de ação voltados às relações de poder entre os Estados e às estratégias de caráter geral para os territórios nacionais e estrangeiros, de modo que estaria mais próxima das ciências políticas aplicadas, sendo assim interdisciplinar e utilitarista.

Uma questão importante no debate sobre geopolítica é o controle do território. Segundo Gonçalves (2004), o controle do território coloca-se como fundamental para garantir o suprimento da demanda sempre em ascensão, por recursos naturais, apesar dos avanços dos novos materiais. Para ele, tornar própria a natureza é, rigorosamente, apropriar-se da matéria na sua espaço-temporalidade, conformando territórios diversos cujos limites, essência da política, resolvem a situação temporariamente.

Segundo Souza (1995), território é fundamentalmente um espaço definido e delimitação por e a partir de relações de poder. Já Faissol (1994), considera que território ainda é a forma de organização política, onde um sistema de autoridade pode ser instituído, seja pelo consentimento, seja pela força.

Por outro lado, se faz necessário a discussão do termo integração, que não é consolidado, conforme afirma Rodrigues (2020),

não possui uma definição e delineamento tão consolidados, sendo comumente considerado, ainda que de modo equivocado, uma expressão autoexplicativa. Até mesmo recorrendo ao dicionário, os significados são muito genéricos, como ato ou efeito de integrar (-se), condição de constituir um todo pela adição ou combinação de partes ou elementos e, ainda, ajustamento recíproco de grupos, de modo a formar uma sociedade organizada.

Conforme Padula (2010), as primeiras contribuições sistematizadas da teoria das relações internacionais à teoria da integração regional foram realizadas por Karl Deutsch e David Mitrany, marcadas pela “primeira onda” iniciada após a Segunda Guerra Mundial e que teve a experiência da integração europeia como seu ícone na década de 1950. Ou seja, Estados competidores no sistema internacional poderiam cooperar em áreas específicas, apoiando o argumento da integração.

Ainda segundo Rodrigues (2020), tanto Santos (2014) quanto Malamud (2012) se apoiam nesta visão, onde a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), a partir do Tratado de Paris, em 1951, até a constituição da Comunidade Econômica Europeia (CEE), com o Tratado de Roma, de 1957, foram fatores determinantes.

Padula (2010), comenta,

O Tratado de Paris em 1951 constituiu a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) e estabeleceu um poder decisório independente supranacional (a “Alta Autoridade”, cujo primeiro Presidente foi Jean Monet). Em 1957, o Tratado de Roma buscou, entre outros objetivos, ampliar as áreas de integração dos países membros da CECA, criando a CEE - Comunidade Econômica Europeia) e a EURATOM - Comunidade Europeia de Energia Nuclear.

Com a emergência do pensamento neoliberal na década de 1980, o tema da integração ressurgiu de forma intensa na América do Sul, e incentivou a criação de blocos econômicos que trabalhariam pela ampla liberação dos mercados e pela privatização das empresas públicas.

Questões Geopolíticas na América do Sul

A América do Sul tem grande importância geopolítica no contexto mundial graças aos seus recursos naturais, mas os países que a compõem não procuram tirar proveito econômico deste fato, e sempre estão envolvidos em disputas. Estas acontecem desde a época colonial, mas neste trabalho abordamos os conflitos mais recentes que tiveram lugar a partir do século XX, e que acirraram as disputas, incentivadas pelos regimes totalitários que dominaram toda a porção sul do continente, por grande parte do século.

Conflitos Colômbia-Ecuador

Em março de 2008, forças militares colombianas atacaram o acampamento das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), matando guerrilheiros. Por erro estratégico e por ser difícil a delimitação de fronteiras, esse ataque se deu em território do Ecuador, o que provocou bravatas por parte tanto do Ecuador quanto da Venezuela. O fato é que o combate à FARC, ligada ao narcotráfico – sua base de sustentação econômica – é levado a cabo pela Colômbia com ajuda dos EUA, o que levou a indignação dos vizinhos, ditos/considerados de esquerda. Esse é um conflito longo, já que a FARC foi formada na década de 1960, como braço militar do Partido Comunista Colombiano. Duas décadas depois, os ricos proprietários de terras começaram a formar grupos paramilitares de extrema direita, para proteger suas propriedades dos guerrilheiros, e violentamente eliminarem a dissidência local. Apesar de todo o esforço de negociação para um acordo, e dos guerrilheiros terem

formado um partido político – União Patriótica – o processo de paz ainda não se consolidou, pois, o poder econômico do narcotráfico não permite tal solução. Os vizinhos em questão, apoiam a guerrilha que tem na origem um viés de esquerda, mesmo sabendo que, na verdade, ela tornou-se uma “rede de narcotráfico”, mas como represália ao governo colombiano, muito sincronizado às políticas estadunidenses.

Conflito de Beagle

O conflito pela posse do Canal de Beagle teve sua origem na disputa pela soberania das ilhas Picton, Lennox e Nueva, situadas entre a entrada oriental do Beagle e o Cabo Horn, entre os Oceanos Atlântico e Pacífico. Esta disputa ocorria desde o século XIX.

Os limites entre a Argentina e o Chile foram fixados no Século XIX tomando em conta a linha divisória natural que forma a Cordilheira dos Andes, numa extensão aproximada de cinco mil quilômetros. O problema apareceu nas discussões sobre a delimitação da região sul, que inclui o canal de Beagle, o Estreito de Magalhães e a Terra do Fogo.

Para dirimir a questão pacificamente, se nomeou como árbitro em 1970, a Rainha Elizabeth II, da Grã-Bretanha, que, em 1977, considerou como chilena a posse das três ilhas em litígio, pois eram vistas como uma unidade, somando ainda a ilhota Snipe. À Argentina, caberia a posse da Ilha Becasses e a livre navegação para o acesso a Ushuaia. Para os argentinos, através da projeção territorial, a posse chilena destas ilhas atrapalharia sua reivindicação futura e seus direitos na divisão da Antártida. A decisão pró-Chile não foi bem recebida pelos argentinos que declararam no início do ano seguinte inválido o laudo arbitral, mostrando disposição de tomar pela força a posse das ilhas.

Visando buscar um inimigo externo para desviar a atenção popular dos desmandos da ditadura militar, envolvida com denúncias de violação de direitos humanos, o General Videla, usando a Copa do Mundo de Futebol de 1978, e a vitória da seleção argentina, que serviram para consolidar o sentimento nacionalista, já muito forte entre os argentinos, usou técnica comum das ditaduras enfraquecidas, decidiu por eleger o Chile como alvo, subestimado militarmente.

Os dois países se articularam para a guerra, com os seus respectivos exércitos em prontidão e tomando providências para o eminente combate. Durante todo o ano de 1978 os "preparativos" continuaram e algumas vezes quase foi desencadeado o

confronto. Paralelamente ocorriam as negociações bilaterais sob a chancela dos EUA, pois se o conflito se consolidasse poderia se estender por todo o continente.

Em dezembro de 1978, o conflito por pouco não eclodiu, graças a uma questão climática, pois o mau tempo impediu o confronto entre os dois exércitos. Como cada país queria manter sua tradição de nação pacífica, e a Argentina temia ser rotulada de “País Agressor”, procurou-se enveredar pela negociação pacífica. Tendo em vista que ambos eram países católicos, se aceitou a mediação do então Papa João Paulo II.

Em 8 de janeiro de 1979, os chanceleres da Argentina e Chile firmaram a Ata de Montevideu, onde se estabeleceu a mediação papal. As conversações entre o representante do Papa e dos dois países se iniciaram dois meses depois e mantiveram-se paradas por dois anos. Em 12 de dezembro de 1980, o Papa João Paulo II enviou sua proposta de paz onde reafirmava a soberania chilena sobre as ilhas localizadas ao sul do Canal de Beagle. A proposta aceita por Augusto Pinochet foi rejeitada pelo governo argentino, que a considerou injusta. Quatro anos depois, após a realização de um plebiscito, a proposta do Vaticano foi aceita e, em 1984, os dois países selaram um Tratado de Paz e Amizade que pôs fim a uma disputa centenária.

Conflito Peru-Ecuador

O conflito Peru-Ecuador pode ser considerado um conflito eleitoreiro, como na época o escritor Vargas Llosa o denominou, pois afirmava-se ser uma manobra política do então presidente peruano Fujimori, para contornar problemas políticos internos. Também conhecido como a “Guerra do Cenepa”, por ter se desenrolado na região denominada “Alto Cenepa” abrangendo a Cordilheira Condor e a província peruana de Condorcanqui, numa área de apenas 75 km², de acesso difícil e clima adverso. Conflito de histórico militar, como na Guerra das Malvinas, e que apesar de se desenvolver em área pouco promissora economicamente, se mostrou intenso e agressivo, levando a supor a existência de algum interesse econômico envolvido.

Os atritos na região datam da época pré-colombiana, mas antes do conflito aqui tratado, no mesmo século XX na “Guerra de Paquisha”, em breve conflito militar que ocorreu entre janeiro/fevereiro de 1981 entre os dois países, o Ecuador conseguiu deter o avanço peruano, tomando providências para não mais ficar em desvantagem em relação ao vizinho. No entanto os conflitos se sucederam, pois, a questão territorial continuava a ser o maior foco de dificuldades, e o Brasil enquanto País Garante, participou ativamente dessa negociação, inclusive, em alguns momentos, por meio de contatos diretos entre o Presidente da República e suas contrapartes do

Equador e Peru, assim como dos primeiros mandatários dos demais Países Garantes (Argentina, Chile, EUA). Após intensas e tensas negociações, foi assinado, em 26 de outubro de 1988, o Acordo Global e Definitivo de Paz entre o Equador e o Peru. No bojo do acordo, foi registrada a provação de acordos bilaterais que consubstanciavam/consolidavam o acordo global de paz, e conforme Biato (1999), abrangiam:

a) Tratado de Comércio e Navegação: atende à aspiração equatoriana de ter “acesso livre, contínuo, gratuito e perpétuo” ao rio Maranhão/Amazonas e seus afluentes setentrionais, de forma a maximizar as potencialidades e os benefícios econômico-comerciais de sua condição de país amazônico. Prevê regime favorecido de acesso fluvial, terrestre e aéreo do Equador àquela região, cujo elemento fulcral são os “Centros de comércio e navegação equatorianos” a serem estabelecidos às margens do rio Maranhão (em território peruano);

b) Navegação nos Setores dos Cortes dos Rios e no Rio Napo: devido à imprecisão dos mapas usados por ocasião da negociação do Protocolo do Rio de Janeiro de 1942, as linhas geodésicas que unem os pontos da fronteira assinalados naquele instrumento por vezes geraram resultados inadvertidos e inconvenientes, obrigando pessoas e embarcações a atravessarem seguidas vezes uma fronteira, com embaraços para o comércio e a integração. O Governo peruano compromete-se a fazer respeitar, dentro do espírito do Tratado de Comércio e Navegação, os princípios da livre navegação e circulação, limitando ao mínimo necessário o controle e fiscalização sobre a circulação de embarcações e pessoas de origem equatoriana nesses pontos;

c) Acordo Amplo de Integração Fronteiriça, previa projetos a serem executados ao longo de dez anos, destinados a prover o desenvolvimento integrado e sustentável das regiões de fronteira mediante o aproveitamento conjunto e racional de recursos naturais compartilhados;

d) Comissão Binacional sobre Medidas de Confiança Mútua e Segurança que objetivava reduzir e eliminar a desconfiança mútua e, por conseguinte, diminuir o risco de hostilidades geradas por percepções errôneas das intenções recíprocas;

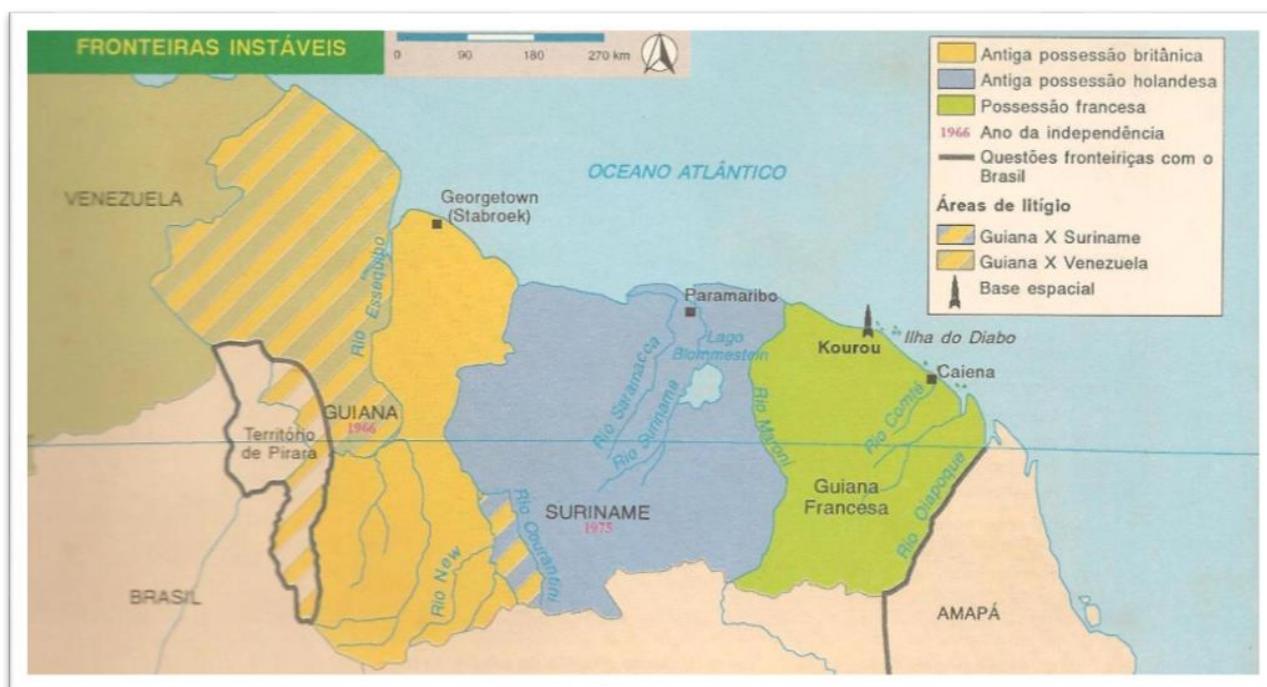
e) Acordo sobre o Canal de Zarumilla: objetiva garantir a utilização ótima das águas que fluem pelo Canal. Para tanto, o Peru obriga-se a fazer passar uma parte das águas do rio pelo Canal (leito seco), atribuindo-se à Comissão a responsabilidade de distribuir o fluxo de água na proporção de 55% para o Peru e 45% para o Equador, assegurando assim o abastecimento das populações equatorianas ribeirinhas;

f) Fixação da Fronteira Terrestre (demarcação) que reafirma os termos do Laudo Dias de Aguiar, que determinou que a linha fronteira nesse trecho passaria pela Cordilheira do Cóndor. Nesse sentido, fica reconhecida em definitivo a soberania peruana sobre a área contestada pelo Equador no Alto Cenepa. Em contrapartida, a proposta dos Países Garantes prevê a criação nessa região de dois parques nacionais (santuários ecológicos) colindantes em ambos os lados da fronteira, os quais serão totalmente desmilitarizados.

Conflito nas Guianas

Os conflitos de fronteiras com as Guianas e entre elas foram resolvidos entre o fim do século XIX e início do século XX (Figura 1).

Figura 1 – Conflitos de fronteira das Guianas



Fonte: Scalzaretto e Magnoli (1996).

Em relação ao Brasil, foram resolvidos através de dois episódios. O primeiro, a Questão do Amapá, foi resolvido em dezembro de 1900. Apesar da França ter renunciado à posse do território contestado desde o século XVIII (1713 – Tratado de Utrecht), continuava a fazer incursões, provocando permanentes atritos. O Barão do

Rio Branco, com arbitragem do governo da Suíça conseguiu demarcar as fronteiras favoravelmente ao Brasil, incorporando cerca 80.000 km² ao território brasileiro (Figura 2).

Figura 2 – Questão do Amapá

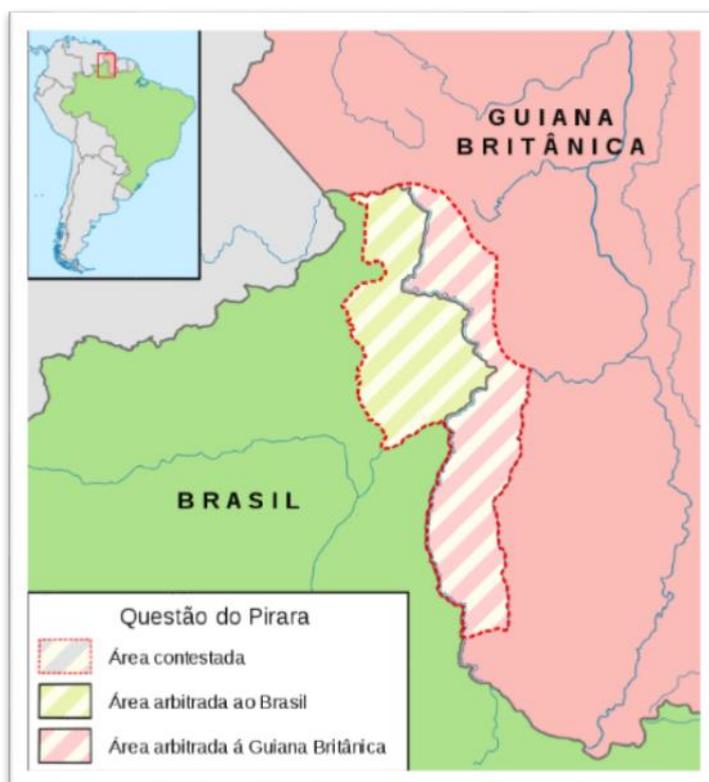


Fonte: Jorge (1999).

A segunda questão dizia respeito ao território de Pirara, reivindicado pela Inglaterra. Apesar dos esforços de Joaquim Nabuco e do barão do Rio Branco, a

arbitragem do Rei Vitor Emanuel, da Itália, em 1904, favoreceu a Inglaterra, que ficou com cerca de 65% das terras em disputa (Figura 3).

Figura 3 – Questão de Pirara



Fonte: Jorge (1999).

Entretanto muitas das velhas questões de fronteiras continuam ainda não resolvidas, como a que envolve a Guiana e a Venezuela, e data de 1904.

Segundo Castro,

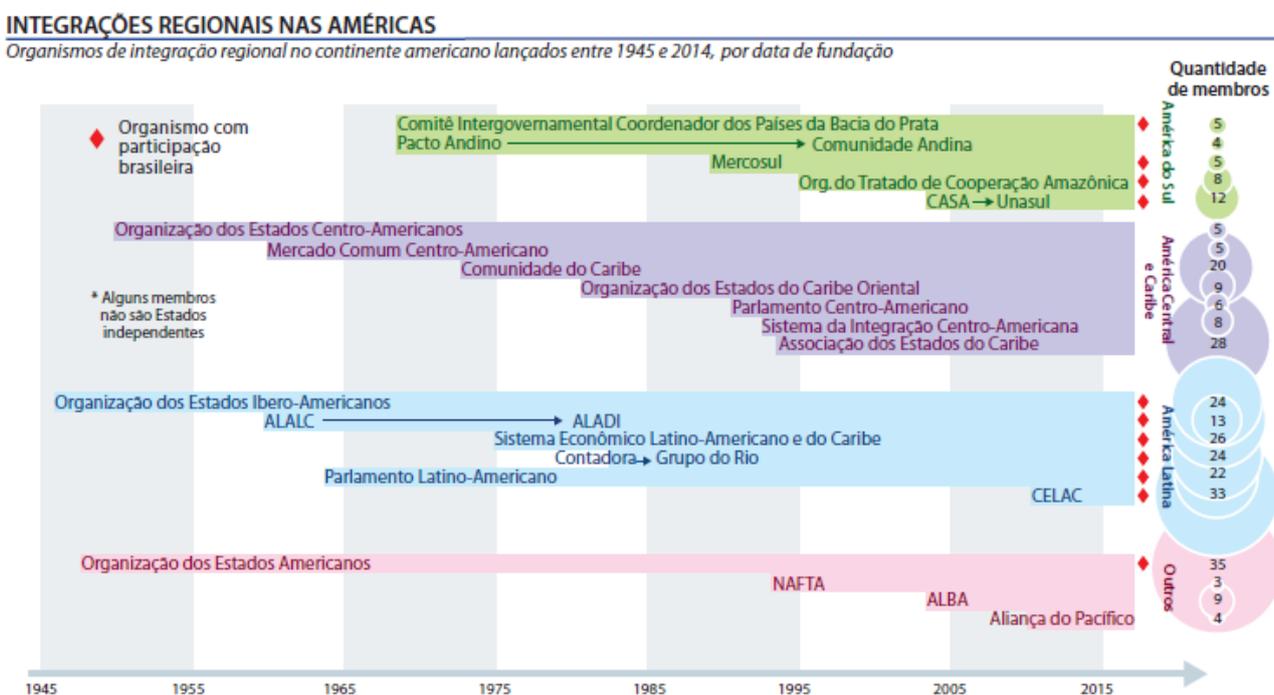
Em 1904, a Guiana Inglesa expandiu seu território para oeste, ocupando imensa região florestal praticamente despovoada e reivindicava pela Venezuela. Ao longo do século, os atritos pela posse da região foram se agravando, até que o Protocolo de Porto Espanha, de 1970, estabeleceu uma moratória de 12 anos, em que as partes evitariam conflitos e ocupação da região. Em 1980, no entanto, novos conflitos estouraram na região. Desde então os atritos têm sido constantes (CASTRO, 1981).

Outra antiga região de litígio envolve o sudoeste do Suriname e o sudeste da Guiana, onde se situam os rios Courantini e New, enclave reivindicado pelo Suriname, e invadido em meados da década de 1960, sob alegação de que havia bases comunistas na região. O conflito se estendeu até 1970, mas continua sem solução.

A Formação dos Blocos Econômicos

Foram criados muitos blocos econômicos na América (Figura 4), visando a integração continental, mas todos com forte influência dos EUA, que sempre procura impor suas exigências. O principal deles foi a ALCA que previa um “mercado livre” das Américas, onde os países emergentes seriam os grandes prejudicados, tendo em vista a ideia predatória dos EUA, de livre circulação de mercadorias, produzidas a custo muito baixo no México com exploração da mão de obra local, importada sem taxas, graças ao NAFTA, e colocadas no mercado a preços sem precedentes, e impossíveis de serem batidos.

Figura 4 – Blocos Regionais nas Américas



Fonte: Milani et. al. (2014)

Mesmo levando em consideração que a ideia de formação de blocos (integração) ser nova, ela tem origem no período da colonização e visava superar a relação desigual de dependência, em relação às metrópoles.

A integração foi efetivamente criada em 1960, com a Associação Latino-Americana de Livre Comércio – ALALC, e pretendia evoluir, num período de 12 anos, em Zona de Livre Comércio. Mesmo tendo alcançado algum sucesso, como, por exemplo, o crescimento da taxa de comércio entre seus membros (Argentina, Brasil, Chile, México, Peru, Uruguai, e posteriormente Equador e Colômbia), o fluxo do comércio regional estava voltado para os principais polos econômicos (Europa e EUA), e um fato caracterizava tudo, a disputa entre os membros, o que passaria a ser a tônica em todas as tentativas subsequentes de se constituir outros blocos.

Na América Latina, a noção de integração, segundo Oliveira e Salgado (2011), considera que,

os países latino-americanos formam um espaço distinto, em termos políticos, econômicos e culturais, das demais regiões do globo e que uma das implicações desta distinção é justamente a necessidade de se formar um espaço unificado, seja na forma de uma federação de Estados ou na forma de um bloco político, não é uma noção nova na história do pensamento latino-americano.

Ainda segundo Oliveira e Salgado (2011),

A cooperação política regional, por sua vez, seguiu uma tendência histórica de menor destaque na América do Sul. Sua essencialidade somente começou a ser notada pelos países da região recentemente, por volta da década de 1980. A formação do Grupo de Contadora (1983), composto por Venezuela, Colômbia, Panamá e México, como resposta a política intervencionista norte-americana na América Central, e a formação do Grupo de Apoio à Contadora (1985), formado por Argentina, Brasil, Peru e Uruguai, são destaques na evolução da cooperação política regional. Com a junção de ambas as instâncias foi formado o Grupo do Rio (1986). Além desses, destaca-se também ainda a assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica (1978).

Na América do Sul, quatro blocos exclusivamente sul-americanos se consolidaram: Comunidade Andina de Nações (CAN) e/ou Pacto Andino, o MERCOSUL, o UNASUL, e o PROSUL.

Comunidade Andina de Nações

O primeiro bloco a se formar na América do Sul foi criado em 1969, denominado primeiramente de Pacto Andino, e formado por Peru, Bolívia, Colômbia e Equador, mas já teve a participação de Venezuela e Chile, voltando a sua configuração inicial em 2006. Atualmente, tem como membros associados, Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai, e como observadores, México e Panamá.

Segundo Arana (1999), o bloco foi criado com o propósito de,

alcanzar los objetivos generales del Acuerdo de Cartagena, éste propuso la implementación de los siguientes mecanismos y medidas, entre otros: a) la armonización de políticas económicas y sociales, así como la aproximación de legislaciones nacionales em materias correspondientes; b) La programación conjunta y la intensificación del proceso de industrialización sub-regional; c) La adopción de um programa de liberación del intercambio interestatal; d) La adopción de um arancel externo común; e) La canalización de recursos para facilitar la financiación de las inversiones requeridas em el proceso de integración; y f) Tratamiento preferencial em favor de Bolivia y Ecuador.

O bloco obteve avanços, e em 1992, ensaiaram a inauguração de uma zona livre de mercado e comércio entre os membros, que previa, posteriormente, a livre circulação de pessoas, inicialmente para visitas, mas podendo se estender para moradia. Em 1996, adotou-se a denominação atual, com a pretensão de avançar no processo de integração, com a criação de órgãos para a execução correta das ações do bloco.

Questões geopolíticas levaram o Chile a deixar o bloco em 1976, e a Venezuela em 2006, vindo posteriormente aderir ao MERCOSUL, mas os problemas entre os membros também dificultam uma real integração.

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

Apesar das constantes disputas/conflitos pelas pretensões de liderança entre Argentina e Brasil, em 1991, através do Tratado de Assunção, e no rastro da corrente liberal, foi criado o MERCOSUL.

A restauração de governos democráticos na década de 1980, na América do Sul fez com que surgisse movimentos de aproximação entre as duas maiores economias regionais, sendo o último em 1988 – que projetava a contribuição de um mercado comum num prazo de dez anos. Como as relações estavam evoluindo bem,

vislumbrou-se a adesão de Uruguai e Paraguai, o que seria bom para o equilíbrio e estabilidade regional, tendo em vista que num contexto econômico internacional, desfavorável, as economias regionais deveriam trabalhar de forma a se complementarem.

Para Bouzas (2001)

a história do Mercosul tem três momentos relevantes. O primeiro, chamado de “período de transição” (1991-1994), caracterizou-se pelo aumento de fluxos e da interdependência entre os países formadores do bloco. O segundo momento, chamado de “era dos mercados” (1994-1998) iniciou-se com a aplicação do Plano Real, em 1994, aumentando ainda mais os fluxos intrarregionais e a chamada “Brasil-dependência” por parte da Argentina. Ele ainda coloca um terceiro momento, que não encerrou seu ciclo, iniciado a partir do ano de 1998. Apesar do Mercosul ter trazido para seus membros, benefícios econômicos, durante pelo menos, sete anos da década de 1990, os ambientes externo e interno prejudicaram o andamento do bloco. A crise mexicana em 1994, e posteriormente a crise asiática em 1997 e a russa, em 1998, fizeram com que a liquidez se enxugasse e a situação do Mercosul enfrentasse problemas. Internamente, os planos de estabilidade brasileira e argentina davam sinais de incapaz continuidade.

A crise econômica afetou o bloco, e mesmo com a ascensão de governos de esquerda, com forte tendência social, na Argentina e no Brasil, no início do século XXI, não se conseguiu superar os problemas que afetavam o bloco desde a década de 1990, o que, associado às retomadas da guerra comercial entre esses países e ao pouco caso como eram tratados o Uruguai e o Paraguai que começaram a buscar acordos bilaterais, com a União Europeia e Nafta, levou ao enfraquecimento e um retrocesso no processo de integração.

O UNASUL – União das Nações Sul-americanas

Com o enfraquecimento dos blocos mais regionais, surgiu, em 2008, a tentativa de um bloco que reunisse todos os países que formam a América do Sul, o UNASUL que tinha pretensão não só comercial, mas também de investimentos em diversas áreas, sobretudo infraestrutura, ciência e tecnologia, e educação e cultura.

Para Oliveira e Salgado (2011)

Dois aspectos são relevantes na Unasul. Primeiramente, seguindo uma tendência já existente na CASA, a Unasul se propõe a ser uma estrutura capaz de articular e integrar os diferentes blocos econômicos e países existentes na América do Sul. O Mercosul, a CAN, o Chile, a Guiana e o Suriname, viriam a

formar uma área de livre comércio sul-americana. Outro elemento importante é que, a despeito dos objetivos ambiciosos do bloco, este deve ter uma característica flexível, respeitando as diferentes dinâmicas existentes nos países. Dentre os objetivos específicos, destaca-se a busca do fim das assimetrias, apontando a necessidade de uma integração mais igualitária, com integração industrial e produtiva, com decisões consensuais.

Com sede na cidade de Quito, o UNASUL foi consolidado em 2011, com a assinatura de todos os doze países sul-americanos, sucedendo a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), criada em 2004. Previa a consolidação de uma identidade e cidadania sul-americana, com autonomia regional e combate a assimetrias, sem influência dos interesses dos EUA, sendo, muito provavelmente, esse o ponto que levou ao seu esfacelamento, solapada por aquele país que sempre teve pretensões imperialistas no continente, e promoveram um desmonte dos governos que o sustentavam.

O PROSUL – Fórum para o Progresso e desenvolvimento da América do Sul

A ascensão da extrema direita na porção sul do continente, motivada/incrementada por razões econômicas, e respaldada pela influência dos EUA nestes novos governos, fez com que se buscasse criar um bloco que atendesse as intenções do próprio país norte-americano. Desta forma, a chamada Declaração de Santiago só difere na linha, dita ideológica, embora no nosso ponto de vista, nada mais seja que uma imposição do sistema capitalista liberal.

Na essência, o PROSUL nada mais é que uma versão ideológica unilateral do UNASUL, com mesma proposta de defender um fórum regional de diálogo que, no entanto, exclui países de linha política diferente numa contradição ao que se propõe. Desta forma, decide pela exclusão da Venezuela, e não consegue a adesão de todos os países, nascendo, então, já como bloco fadado ao insucesso.

Segundo Junqueira (2019, não paginado)

é cabível afirmar que o PROSUL não possui parâmetros de se consolidar como um bloco regional sul-americano. E talvez suas lideranças, baseadas no discurso de uma integração flexível, também não desejem que ele seja um arranjo de longo prazo. Seria, assim, um fórum de diálogo sem mais pretensões. Criar instituições novas demanda tempo, diálogo político e dinheiro. Seu maior erro é desconsiderar arranjos passados e pretender começar tudo da estaca zero. Os blocos são processos, têm altos e baixos, erros e acertos. O regionalismo da América do Sul é muito recente e se cada vez mais forem desconsiderados tanto os acertos quanto os erros do passado,

difícilmente haverá progresso nesse sentido. Se, para algumas análises a UNASUL fracassou desde os primórdios, podemos afirmar, com base nas variáveis expostas, que o PROSUL acaba sendo uma iniciativa natimorta, sem perspectiva de perenidade.

Assim, a proposta foi assinada pelos representantes da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai e Peru. Os representantes da Bolívia, do Uruguai e do Suriname não assinaram a declaração, mas se colocaram dispostos ao diálogo. Entretanto, a exclusão da Venezuela foi o principal fator da não assinatura por parte da Bolívia, pois esse país considerou o PROSUL como um organismo que não une, nem integra os países, mas exclui baseado em premissas como a dita por um participante: “[...] os principais pilares do bloco serão a democracia, a prosperidade e o respeito às soberanias, opostos ao avanço totalitário” – o que não representa a realidade, já que vem sendo largamente desrespeito no contexto regional.

A integração sul-americana

A integração da América de modo abrangente seria um processo complicado pela heterogeneidade. Na América do Sul, apesar de certa homogeneidade, também não é um processo fácil, e tem muitas peculiaridades e desafios. A proposição de integração da porção sul do continente remonta os conflitos pela independência e só começa a se delinear em fins do século XX. As linhas que norteavam esse processo se fundamentavam em bases flexíveis do denominado “regionalismo aberto” que estreita as integrações regionais, sobretudo na rede dos acordos de livre comércio, sem, no entanto, se afastar da integração no plano global, ainda que envolva países com níveis bastante diferentes de desenvolvimento.

Segundo Medeiros (2008)

O caminho da cooperação regional – quando dirigido por uma vontade política comum, pela preocupação com as assimetrias entre os diferentes parceiros, com uma abordagem muito mais ampla do que o mero intercâmbio de mercadorias – surge, neste início de século XXI, como uma via promissora de avanços na direção do desenvolvimento.

Este caminho de cooperação regional, também denominado por alguns autores como “regionalismo pós-liberal”, teve grande influência na rejeição da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) nos moldes propostos pelos EUA, e no apoio à criação dos demais blocos. Houveram muitos percalços durante o processo, dentre eles os baixos e oscilantes índices de intercâmbio de mercadorias entre os membros.

Sobre isso, Biancarelli (2010) comenta,

a despeito de todas as imperfeições das bases de dados utilizadas, eles pintam um quadro ainda mais decepcionante. Fazendo uso de dados de estoques de ativos e passivos externos de portfólio e investimento direto estrangeiro (IDE), além de correlações e diferenciais de preços nos mercados financeiros, constata-se que o grau de integração financeira realmente existente na região é insignificante. Tomando um dos indicadores sintéticos lá fornecidos, o grau de compartilhamento de ativos externos de portfólio entre as principais economias sul-americanas é de apenas 3,61% na média ponderada entre 2001 e 2007. Trata-se, novamente, de um quadro muito distinto do verificado para um conjunto de oito economias dinâmicas da Ásia – para as quais o mesmo indicador registra o valor de 19,7%.

Assim, a dissonância entre o plano de intenções dos blocos e do que realmente acontece nas transações regionais, que engloba o setor privado, promoveram níveis baixos, além do esperado para integração comercial intra-regional, sendo superado, em muito, pelo comércio com blocos externos. Esse é um dos fatores alegados para o desmonte e enfraquecimento dos blocos existentes.

Considerações Finais

A integração através da criação de blocos é sempre um processo difícil, e na América do Sul não é diferente, já que os conflitos entre os países datam da época colonial, e foram perpetuados após as independências, com disputas à princípio por território, e depois, quando a dominação deixou de ser pela expansão territorial, passando a ser econômica (comercial) e vinculada a interesses da economia global.

Surgiram muitos percalços para impedir o processo de integração, dentre eles, cita-se os já bastante comentados, conflitos comerciais entre os países signatários dos blocos. É bastante comum existir vários acordos superpostos que extrapolam a existência simultânea de acordos de livre comércio e diferem em aspectos chave, com efeitos finais praticamente imprevisíveis, em termos dos ganhos para os diversos países direta e/ou indiretamente envolvidos, resultando numa profusão de novas instituições e tratados, invariavelmente sem grandes consequências práticas. Como é o caso do PROSUL, criado simplesmente por caprichos ideológicos e que nada acrescenta ao que se propunha o UNASUL, mostrando uma típica disputa de projetos de lideranças regionais.

Pode-se resumir simplesmente afirmando que o principal entrave a uma perfeita integração sul-americana é a condução do processo pela iniciativa política,

sem o suporte do setor privado que, neste caso, apenas sustenta e respalda incondicionalmente o político, diferentemente do que ocorre em outras regiões, como no caso asiático no qual os grandes grupos multinacionais e suas redes regionais de fornecedores comandam a integração produtiva e comercial.

Concluindo, podemos afirmar que a integração sul-americana só será possível quando o poder político sair da mão de oligarquias, velhas ou novas, que comandam o econômico, e haja, então, um amadurecimento político-econômico.

Referências

- ANDRADE, M. C. de. Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades: os limites do poder local. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. de; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- ARANA, R. G. El Pacto Andini (1969 – 1999): un balance a tres décadas de su fundación. **Investigaciones y desarrollo**, Barranquilla, v. 10, 1999.
- BIANCARELI, A. M. **The financial dimension of South American integration: an assessment of the initiatives and a tentative quantification**. 2010.
- BIATO, M. Processo de Paz Peú-Ecuador. **Revista Parcerias Estratégicas**, n. 6, mar. 1999.
- BOUZAS, R. El processo del ALCA: incertidumbres y desafios. **Indicadores Economicos FEE**, Porto Alegre, v. 29, n. 3, p. 9-24, 2001.
- CASTRO, T. de. América do Sul: Aspectos fisiopolíticos em confronto. In: **A Defesa Nacional**. n. 696. Rio de Janeiro: Ed Bibliex, 1981.
- COSTA, W. M. **Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre Território e o Poder**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1992.
- FAISSOL, S. **O espaço, território, sociedade e desenvolvimento brasileiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.
- GONÇALVES, C. W. P. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- JORGE, A. G. de A. **Rio Branco e as fronteiras do Brasil: uma introdução às obras do Barão do Rio Branco**. Brasília: Senado Federal, 1999.
- JUNQUEIRA, C. Afinal, e o que é e como entender o Prosul? **Observatório de Regionalismo**, 2019. Disponível em: <<http://observatorio.repri.org/2019/05/27/afinal-o-que-e-e-como-entender-o-prosul/>>. Acesso em: 19 fev. 2021.
- MEDEIROS, C. A. Os dilemas da integração sul-americana. **Cadernos de Desenvolvimento**, v. 3, n. 5, 2008.
- MILANI, Carlos et al. (Orgs.). **Atlas da política externa brasileira**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires/Rio de Janeiro: CLACSO/EDUERJ, 2014.

Geopolítica e Integração Regional na América Latina

Questões geopolíticas na América do Sul e sua difícil integração regional

DOI: 10.23899/9786589284109.35

OLIVEIRA, A. C. V. de; SALGADO, R. S. Modelos de integração da América do Sul: do Mercosul à Unasul. In: Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais, 3. **Anais...** Belo Horizonte: PUC-MG, 2011.

PADULA, R. **Integração regional de infra-estrutura e comércio na América do Sul nos anos 2000**: uma análise político-estratégica. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

RODRIGUES, B. S. Integração Contemporânea na América do Sul: hemisférica, regional e multilateralista. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 87-113, 2020.

SCALZARETTO, R.; MAGNOLI, D. **Atlas de Geopolítica**. São Paulo: Ed. Scipione, 1996.

SOUZA, M. J. L. de O. Sobre espaço e poder, autônomo e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C., CORREA, R. L. (Orgs.). **Geografia: Consertos e Temas**. Rio de Janeiro: Brasil, 1995.

VESENTINI, J. W. O Apogeu e o declínio da geopolítica. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n. 11, 1997.

Intervenção externa, reflexos locais: interesses estadunidenses na reconfiguração geopolítica do conflito colombiano

Luciano Alexandrino dos Santos Junior*

Introdução

Após décadas de negociações e tentativas de um acordo de paz fracassado, o governo nacional da Colômbia finalmente concretizou um acordo final em 2016 liderado pelo então mandatário Juan Manoel Santos (2010-2018) entre as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo (FARC-EP) e o Estado. Para compreender este complexo conflito e o posterior processo de paz são necessários retomar às suas origens e o contexto nacional e internacional em que ocorreram, estabelecendo ponderações tanto conceituais como epistemológicas das origens do conflito, identificando a importância de cada um dos atores nele presente e examinando as motivações tanto para o conflito como para a paz negociada.

O período que abrangeu e acirrou o conflito colombiano foi a Guerra Fria (1945-1991), marcada por uma disputa ideológica bipolar entre os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) que dividiu o mundo em dois grandes blocos ideológicos, o capitalista e o socialista/comunista (KEOHANE; NYE, 2008). Apesar de não ter havido conflito armado direto entre as potências, essa disputa refletiu notadamente nos países em desenvolvimento, em especial na América Latina. Nesse período surgiram também muitos movimentos extremistas revolucionários representados pelas duas ideologias. Nesse sentido, observa-se a forte presença estadunidense continental cada vez mais significativa para consolidar sua ideologia e influência, apoiando financeiramente os regimes e políticos que defendiam seus interesses para “vencer” a ideologia socialista e a ascensão de grupos de esquerda (BORBA, 2010).

* Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC. Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Membro da rede de pesquisadores em Paz, Conflitos e Estudos Críticos de Segurança (PCECS).

E-mail: luciano.alexandrinojr@gmail.com

Dessa forma, o questionamento que norteia este estudo resume-se na seguinte indagação: “Quais os interesses externos no conflito histórico colombiano?”. A resposta para tal dubiedade não é inconcebível, tampouco simples, porém forneceu uma profunda base exploratória para este estudo, que perpassa e abrange diversas dimensões do conflito até as negociações de paz, discorrendo sobre seus acertos, equívocos, características e efeitos na política colombiana da ingerência dos Estados Unidos da América na geopolítica do conflito colombiano.

Breve histórico do conflito entre FARC e Estado

Como agravantes para o surgimento da FARC enquanto movimento revolucionário, no nível internacional destaca-se também a revolução Cubana (1956) que contribuiu para o fortalecimento e aspiração das FARC contra o governo e contra a subserviência do país à intervenção externa (COSOY, 2016). O fortalecimento das FARC não está somente relacionado com a conjuntura internacional, mas também ao conturbado cenário político interno do país que sempre foi tomado por oligarquias que não cediam nenhum espaço de inclusão a quaisquer outras classes que não fosse as pertencentes ao partido Liberal ou Conservador. Ademais, por ser caracterizada como uma política externa de alinhamento pragmático com os EUA (GUÁQUETA, 2006) a Colômbia foi um dos poucos países em que não houve uma ditadura civil-militar direta, ao contrário do que ocorreu nos demais países da América Latina, como o Chile, Uruguai, Paraguai, Argentina e Brasil.

Em muitos países da América Latina a desigualdade social, corrupção e acumulação de riquezas têm origens desde seus processos de independência (GALEANO, 2000). Na Colômbia, desde 1819, dois grupos dominaram a política nacional, sendo eles os conservadores que se originaram dos grandes proprietários de terra, herdeiros do regime colonial e os liberais, representados pela burguesia (SILVEIRA, 2014). Estes dois grupos se intercalaram no poder político e econômico com alguns momentos de coalizão e outros de conflitos de interesses. Dessa maneira, a origem do grupo guerrilheiro também se remete à insatisfação das pessoas e principalmente de camponeses pela tomada de poder dos liberais e conservadores. Um importante fato que antecede sua criação oficial aconteceu em 1928, que ficou denominado como o “massacre dos bananeiros” em que trabalhadores da companhia estadunidense *United Fruit Company*, em Barrancabermeja, estabeleceram uma greve para demandar melhores condições de trabalho e foram brutalmente reprimidos (SILVEIRA, 2014).

Diante da ameaça dos Estados Unidos de intervir diretamente no país, caso o governo colombiano não atuasse em defesa dos interesses da empresa, o então presidente conservador Miguel Abadia Méndez (1926-1930) ordenou a repressão militar aos trabalhadores colocando fim na greve e iniciando um massacre contra a classe trabalhadora (LOZANO, 2006; OSPINA, 2010). O dirigente do partido liberal Jorge Eliécer Gaitán se tornou uma figura de grande importância no ano de 1940, sua postura de preocupação sobre as oligarquias afirmando que “o povo não tem dois partidos, mas sim está dividido em dois” (OSPINA, 2010, p. 61) referindo-se a que ambos partidos, o conservador e o liberal se opõem aos interesses nacionais e da população.

Nesse emblemático contexto, Gaitán, candidato à presidência foi assassinado em nove de abril de 1948. A versão oficial do governo e da opinião pública acusa os comunistas e, como prova de sua veracidade, rompe relações diplomáticas com a União Soviética (SILVEIRA, 2014). Com a morte do parlamentar, o povo se rebela, ataca símbolos do poder e em todo o país ocorrem revoltas populares. Com o temor de que poderia haver uma grande revolução popular, os liberais se unem aos conservadores na figura do presidente, assim como as forças armadas e a igreja católica, para solucionarem o caótico cenário de instabilidade do país.

Segundo Silveira (2014) a elite colombiana, ou seja, os grandes proprietários de terra, empresários e burgueses vinculados aos grupos estratégicos da economia foram percebendo que nenhum dos partidos conseguia acalmar a população e reprimir os movimentos armados e por isso começaram a colocar suas expectativas nas forças armadas. Então, em 1953, o general Gustavo Rojas Pinilla (1953-1957) assumiu o poder por um golpe apoiado pelos grupos da elite colombiana.

Contrário ao que se esperava Rojas Pinilla propôs aos grupos armados que esses abandonassem pacificamente as armas, concedendo anistia a todos e a proteção das forças armadas para sua inserção social. Com isso, os interesses da oligarquia não estavam sendo correspondidos e esses trataram de tirar do poder quem eles mesmos haviam colocado. Conservadores e Liberais vinculados à oligarquia, com o apoio da Igreja se coligaram ao “Frente Nacional” derrubando Pinilla do poder e formulando um discurso ideal de que estavam fazendo com que a Colômbia “retomasse” ao caminho democrático (SILVEIRA, 2014).

Como estratégias para adentrar no mundo político surgiram movimentos insurgentes como as FARC, o Movimento 19 de Abril (M-19), o Exército de Libertação Nacional (ELN), entre outros, insatisfeitos com o cenário nacional e convictos de que a

única maneira de mudar tal conjuntura seria com as armas, ou em outras palavras, a revolução. Assim, como expõe Silveira (2014), por outro lado, ao longo das décadas, pela incapacidade do governo de combater as ações criminosas de tais grupos como sequestros e ligação com o narcotráfico surgiram também movimentos de extrema direita, os paramilitares, como o Grupo Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC), possuíam conhecimento técnico militar e objetivavam combater as guerrilhas de esquerda fazendo “justiça com as próprias mãos” (SILVEIRA, 2014, p. 29), o que intensificou e dificultou ainda mais o conflito.

Os primeiros indícios de negociação de paz do governo com as forças insurgentes começaram em 1980 (ANTUNES, 2018). Nesta época, um dos acordos seria a formação de um partido político, a União Patriótica (UP) que posteriormente viria a fracassar na tentativa de representá-los oficialmente (SILVEIRA, 2014). O governo justificou o fracasso culpando a guerrilha de usar essa tentativa de firmar a paz para se fortalecer militarmente. Em contrapartida não só o M-19 como as outras guerrilhas acusavam a ineficiência do governo de reintegrar os ex-guerrilheiros na sociedade e de protegê-los, pois, após a dissolução da guerrilha M-19, os ex-combatentes foram perseguidos e mortos. Esse fato marcou uma profunda desconfiança em qualquer outra iniciativa de acordo para a paz.

De acordo com Antunes (2018) a segunda tentativa de negociação de paz ocorreu em 1998. O presidente Andrés Pastrana (1998-2002) destinou à guerrilha uma área desmilitarizada ao sul do país para iniciar o fim dos combates armados, mas tal iniciativa não funcionou devido a negativa do governo para a liberação de guerrilheiros das FARC ao narcotráfico e à pressão exterior, principalmente dos Estados Unidos da América (EUA). Seus desdobramentos impediram a consecução da paz nacional.

Anos mais tarde, baseado nos insucessos de acordos anteriores e com uma nova postura securitária, o governo de Álvaro Uribe (2002-2010) impôs uma política de forte enfrentamento armado direto, com isso, as forças militares das FARC diminuíram consideravelmente e as ações do governo, mesmo que violentas satisfizeram a vontade popular (SILVEIRA, 2014; COSOY, 2016). Após o onze de setembro de 2001 ressurgiu o conceito de “terrorismo” nas Relações Internacionais, definição que se enquadrou aos membros das FARC. Portanto, a partir do entendimento de que as FARC eram um grupo terrorista, nota-se a perda de parte do apoio popular e intelectual, chamando a atenção da comunidade internacional, sobretudo com a repercussão dos sequestros e assassinatos noticiados na imprensa, acompanhando o movimento de campanha antiterrorista mundial liderada pelos EUA.

Internacionalização do conflito e a influência dos EUA

Por muito tempo a diplomacia colombiana adotou como estratégia não tratar do conflito armado no plano internacional, passando a imagem de que este era um problema interno que demandava uma solução doméstica, possível de ser resolvido sem assistência de outros países ou atores internacionais, de modo que o conflito armado não se inserisse na agenda da política externa (OSPINA, 2010), pelo contrário, era omitida.

Um dos principais problemas que apareceu desde o início dos anos setenta foi a emergência do narcotráfico como principal patrocinador do conflito, que antes era financiado somente com o apoio popular e por meio de extorsões e sequestros (COSOY, 2016). Com isso, o governo colombiano começou a criar um novo discurso, de que o resto do mundo deveria ajudar a resolver a situação, já que todos os países consumidores de cocaína seriam corresponsáveis por financiar o narcotráfico e eram atingidos por ele. Dessa forma, a partir desse momento, o tema do narcotráfico nos governos Uribe (2002-2010) se volta para a política externa colombiana.

De acordo com Santos (2010) o governo de Marco Fidel Suarez (1818-1922) estabeleceu a doutrina de *Respice Polum*, segundo a qual a diplomacia colombiana deveria adotar uma “alienação incondicional as diretrizes estadunidenses na matéria de política externa” (SANTOS, 2010, p. 30) com a convicção de que, além de pertencer a sociedade da esfera de influência da estrela polar do Norte, a Colômbia poderia ter um grande proveito dessa associação. Essa doutrina se converteu no marco ideológico que transformou o país no principal associado norte-americano na América do Sul durante o século XX e XXI.

Como exemplos da afirmação anterior cita-se a participação de tropas colombianas na Guerra das Coréias (1950-1951); o apoio à expulsão de Cuba da OEA em 1962; a participação do país em qualidade de observador das eleições salvadorenhas de 1982; o envio de tropas à Península do Sinai para ajudar na garantia dos acordos de Camp David sobre a paz no Oriente Médio; a permissão para que os EUA instalassem radares em San Andrés, com o objetivo de monitorar o governo sandinista em Nicarágua; o não apoio na questão das Malvinas, entre outros.

Apesar dos exemplos de alinhamento pragmático descritos anteriormente, em alguns momentos da política externa colombiana, realizaram-se tentativas de distanciamento e autonomia com relação aos Estados Unidos quando o país apoiou o Panamá na assinatura do acordo Carter-Torrijos, que dava o controle do canal

interoceânico; reestabeleceu as relações diplomáticas com Cuba em 1975; e, avançou nas negociações do Pacto Andino, tendo como ápice assumir a presidência do Movimento dos Países Não Aliados. Todavia, essa política chocou-se com uma diplomacia frágil e retrocedeu em diversos momentos diante de temas econômicos, nos quais o poder dos EUA e dos organismos financeiros internacionais impulsionou duras limitações (SANTOS, 2010).

O tema do combate às drogas, assunto de alcance internacional a partir dos anos oitenta, contribuiu decisivamente com a “internacionalização” das questões internas colombianas, condicionando as possibilidades e estabelecendo limites a uma política externa de caráter mais autônomo. Ademais, o evento de 11 de setembro de 2001, quando as Torres do *World Trade Center* em Nova Iorque foram derrubadas em um atentado terrorista, além de afetar todo o Sistema Internacional (PECEQUILO, 2012) também impactou no cenário doméstico profundamente em suas percepções de segurança interna.

Neste contexto, o governo colombiano passou a buscar apoio estadunidense para enfrentar militarmente as guerrilhas e eliminar o perigo do “terrorismo” em solo colombiano de uma vez por todas. Desde as primeiras tentativas de acordo de paz, surgiu a ideia da criação de um “Plano Colômbia” que seria um conjunto de ações internas e apoio externo para acabar com a guerra entre o governo e insurgentes (SILVEIRA, 2014). Com isso, surge um pacote de medidas para enfrentamento da guerrilha, oferecido pelos EUA, denominado Plano Colômbia. Para Tickner (2007) os objetivos do Plano Colômbia inicialmente, tinham a intenção de internacionalizar a paz para desinternacionalizar o conflito, ou seja, captar recursos de outros governos e organismos multilaterais para fortalecer o Estado e desenvolver a economia. Porém, a comunidade internacional se manteve neutra e não se interessou em financiar tal plano (EL TIEMPO, 2016). Com isso, o governo buscou os EUA, de que era sócio histórico a fim de construir uma aliança tática para a solução de seu problema doméstico, e este por sua vez, viu essa oportunidade como ímpar para expandir sua atuação no país (SILVEIRA, 2014).

Figura 1- Manifestação das FARC contra o Plano Colômbia



Fonte: EL TIEMPO (2016).

O Plano Colômbia começou oficialmente em 2002, no governo Uribe, sua estrutura remonta-se aos governos de Andrés Pastrana (1998-2002), na Colômbia, e Bill Clinton (1993-2001), nos EUA, devido ao narcotráfico e posteriormente o terrorismo nesse período já era considerado um assunto internacional. Depois que o Plano Colômbia foi apresentado para os EUA, foi totalmente remodelado e submetido à aprovação do Congresso norte-americano. Logo após sua aprovação foi amplamente divulgado na comunidade internacional. Contudo, este sofreu muito repúdio, sendo o primeiro deles partindo da própria União Europeia devido ao seu marcante conteúdo militar. Para averiguar tal afirmação bastava atentar-se a distribuição da destinação dos recursos, em que previa que 85% fosse destinado ao fortalecimento do aparato bélico (SILVEIRA, 2014).

O Plano teria uma duração de três anos, começando em 2002 e finalizando em 2005. Seu monto de inversão estava estipulado em 7.500 milhões de dólares, os quais seriam advindos do governo dos Estados Unidos, sendo que 1.300 milhões se destinaria a determinada quantia ao Equador e o resto através de financiamento externo. O governo colombiano deveria aplicar quatro milhões, sendo que 80% dos recursos viria desse financiamento externo e os 20% viria do ajuste fiscal e de impostos de baixo controle do Fundo Monetário Internacional (SILVEIRA, 2014).

Durante seus dois mandatos, Álvaro Uribe (2002-2010) logrou obter o interesse dos EUA inserindo o conflito interno dentro da lógica do terrorismo, ou seja, a crise colombiana foi mostrada como a maior ameaça terrorista latino-americana (PAGLIARI, 2006). O governo de Uribe definiu e programou uma política de segurança que negava a existência de um conflito armado interno (bem como a natureza política dos grupos guerrilheiros) classificando tal conflito como um cenário de atividades narcoterroristas. Este discurso levou a um nível mais alto de interferência internacional, principalmente dos EUA, caracterizando uma vez mais o fenômeno da intervenção por convite (TICKNER, 2007).

Pagliari (2006) infere ainda que o Plano Colômbia transcendeu as fronteiras nacionais acarretando em tensões nas nações vizinhas, de um conflito interno, a guerra histórica entre grupos insurgentes e o Estado nacional se converteu em um problema regional, devido à equivocada condução do Plano, gerando instabilidade e problemas diplomáticos entre os países envolvidos no conflito. As FARC viram na adoção à esse plano como uma violação da soberania do Estado colombiano alegando ser subservientes aos interesses estadunidenses.

Observa-se que o EUA se beneficiava da militarização do conflito e coube as FARC denunciar tal abuso, mas foram ignorados externamente devido à falta de legitimidade do movimento perante a maioria da comunidade internacional, alinhados aos Estados Unidos. Ao longo da aplicação do Plano Colômbia, como aponta Silveira (2014), é notável os benefícios estadunidenses no conflito armado, com a atuação de empresas privadas militares para treinar a força na nacional colombiana, os chamados “mercenários de aluguel” (SILVEIRA, 2014, p. 31), empresas privadas de diversos setores e serviços nas áreas desmilitarizadas pela guerrilha no norte do país, a compra de aeronaves e equipamentos fornecidos por agências estatais e de inteligência estadunidense. Em relação a isso o autor afirma:

A mais importante Companhia Militar Privada (CMP) norte-americana a atuar na Colômbia a partir da criação do Plano Colômbia foi a Northrop Grummam Corporation. Segundo fontes oficiais, a primeira iniciativa do governo colombiano ao receber o dinheiro que deveria ser utilizado no combate ao narcotráfico foi comprar do Pentágono um sofisticado avião RC - 7, avaliado em US\$ 30 milhões, e emprestá-lo a Northrop para que realizasse o trabalho de espionagem na fronteira entre o país e o Equador, região dominada pelas Farc-EP. A pesar de desde 1990 haverem mercenários de CMP em território colombiano, com o Plano Colômbia foram contratados por elas quatrocentos ex-militares estadunidenses para atuarem no “combate ao narcotráfico” (SILVEIRA, 2014, p. 31).

Para Silveira (2014), essa intensa militarização estimulada pelo Plano Colômbia também teve como objetivo garantir a segurança e os interesses econômicos de grandes corporações dos EUA presentes no solo colombiano. Sob esse aspecto, as atividades das companhias petrolíferas norte-americanas na região durante o conflito armado assumem grande relevância, as corporações identificadas são diversas:

OXY, Texaco, Harken, Chevron, BP-Amoco, Reliant, Eron, Global, Halliburton. Estudos da Associação Internacional de Jornalismo Investigativo (ICIJ), com sede em Washington, revelaram que a aprovação do Plano Colômbia pelo Congresso norte-americano ocorreu mediante um pesado lobby de empresas petrolíferas interessadas nas reservas colombianas e na segurança de seus negócios no país. Segundo a investigação, entre 1995 e 2000, essas companhias investiram US\$ 92 milhões em lobby para a aprovação do projeto (SILVEIRA, 2014, p. 32).

A execução do Plano Colômbia esteve relacionada com o combate, perseguição e monitoramento da guerrilha ao invés de combater de forma efetiva o narcotráfico, objetivo explícito do Plano. Com essa militarização notou-se o recuo das forças armadas guerrilheiras, mas aumentou os níveis de violência em todo o país. Sobre interesses externos no conflito e no processo de paz Juan Manoel Santos enfatiza:

Havia muita gente que estava interessada em que a guerra não terminasse; gente que vive da guerra, narcotraficantes, vendedores de armas. Também do ponto de vista político há muitas pessoas que preferem estar em um ambiente de conflito, porque são especialistas em manipular os medos, em manipular os ódios. Estamos vendo isso não só na Colômbia, mas no mundo inteiro. Havia muita gente que não estava de acordo, por diferentes razões e diferentes interesses, com que se acabasse com essa guerra (EL PAIS, 2018, p. 5).

Dessa forma, torna-se evidente os interesses estadunidenses na militarização do conflito, fazendo da Colômbia o principal país com um conflito interno privatizado pelo mundo, atrás somente do Iraque, o que impactou na geopolítica do conflito colombiano, com seus efeitos repercutindo internacionalmente (OSPINA, 2010).

Considerações Finais

O presente estudo buscou analisar interesses e intervenções externas, especificamente dos Estados Unidos, no conflito armado colombiano entre as FARC e o Estado. Com base no aprofundamento bibliográfico sobre o conflito e surgimento das FARC conclui-se que o conflito surgiu de um descontentamento popular pela

ineficiência do Estado em atuar em áreas afastadas e na formulação de políticas públicas que abarquem todos os segmentos sociais e foi também influenciado pelo contexto internacional da Guerra Fria.

Muitas pessoas, grupos políticos e até países possuíam algum interesse e influência tanto no conflito armado como no processo de paz. Com a internacionalização do tema, identificou-se que o narcotráfico era um dos principais financiadores da guerrilha e conseqüentemente do conflito, seu fortalecimento afetou diversos países, entre eles os Estados Unidos da América, parceiro histórico da Colômbia. Nesse sentido, os EUA passaram a se relacionar diretamente com o conflito, sendo o principal apoiador da criação do “Plano Colômbia”, que reuniu armas e financiamento de diversos países para combater o narcotráfico.

Observou-se que, em contrapartida ao apoio estadunidense através do Plano Colômbia, o país norte-americano se beneficiou do plano ao vender equipamentos e serviços de guerra, além de abrir o mercado para empresas privadas atuarem no país. Entretanto, mesmo com tanto enfrentamento bélico, o plano não foi capaz de terminar com o conflito.

Referências

ANTUNES, D. F. B. **Capacidades para a Paz**: Estudo Comparativo dos processos de paz entre o governo colombiano e as FARC nas gestões Andrés Pastrana (1998-2002) e Juan Manuel Santos (2010-2016). Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

BORBA, P.S. **Drogas ilegais, Crime organizado e insegurança no México**: Uma reflexão crítica a partir da experiência colombiana. Monografia (Graduação em Economia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

COLÔMBIA. **Acuerdo Final para la Terminación del Conflicto y la Construcción de Una Paz Estable y Duradera**. Bogotá, 24 nov. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/YbUAIk>>. Acesso em: 24 abr. 2019.

COSOY, N. ¿Por qué empezó y qué pasó en la guerra de más de 50 años que desangró a Colombia?. **BBC Mundo**, Bogotá, 24 ago. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/3MIfdV>>. Acesso em: 25 abr. 2019.

EL PAIS. **Entrevista com Juan Manuel Santos sobre seu novo livro La Batalla por la Paz**. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/11/internacional/1531279032_580973.htm>. Acesso em: 20 jul. 2019.

EL TIEMPO. **Plan Colombia**: la estrategia que cambió la ecuación de la guerra. 2016. Disponível em: <<https://www.eltiempo.com/archivo/documento/CMS-16496225>>. Acesso em: 29 set. 2019.

Geopolítica e Integração Regional na América Latina

Intervenção externa, reflexos locais: interesses estadunidenses na reconfiguração geopolítica do conflito colombiano

DOI: 10.23899/9786589284109.54

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Galeno de Freitas. 39. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GUÁQUETA, A. Transformación y efectos de la cooperación antidrogas entre Colombia y Estados Unidos (1970-2000). In: CAMACHO GUIZADO, Á. (Org.). **Narcotráfico: Europa, EEUU, América Latina**. Barcelona: Publicacions i Edicions de la Universitat de Barcelona, 2006. p. 185-225.

KEOHANE, R. NYE, J. Power and Interdependence. In: BETTS, R. **Conflict After the Cold War**. Nova York: Pearson, 2008.

LOZANO, C. G. **¿Guerra o paz en Colombia?** Cincuenta años de un conflicto sin solución. Bogotá: Izquierda Viva, 2006.

OSPINA, H. C. **O terrorismo de Estado na Colômbia**. Florianópolis: Insular, 2010.

PAGLIARI, G. C. Segurança hemisférica: uma discussão sobre a validade e atualidade de seus mecanismos institucionais. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 49, n. 1, p. 26-42, 2006.

PECEQUILO, C. S. **Política Externa dos Estados Unidos da América**. Petrópolis: Vozes, 2012.

SANTOS, M. Passado e presente nas relações Colômbia-Estados Unidos: a estratégia de internacionalização do conflito armado colombiano e as diretrizes da política externa norte-americana. **Revista Brasileira Política Internacional**, v. 53, n. 1, p. 67-88, 2010.

SILVEIRA, W. A. **As FARC-EP, o Plano Colômbia e seus desdobramentos nas Relações Internacionais**. Monografia (Graduação em Relações Internacionais). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

TICKNER, A. B. Intervención por Invitación: Claves de la política exterior colombiana y de sus debilidades principales. **Colombia Internacional**, n. 65, p. 90-111, 2007.

O Livro Branco de Defesa Nacional: uma abordagem de geopolítica clássica

Caio Cursini*

Introdução

Neste artigo buscamos analisar o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), previsto em 2010 e consolidado como documento em 2012, durante o governo Rousseff (2011-2016). A análise aqui não se concentrou na avaliação da eficácia ou aplicabilidade do documento, mas em um levantamento sobre a influência da geopolítica clássica no teor do LBDN.

O intuito dessa discussão é extrair elementos que nos permitam extrapolar o documento enquanto um registro técnico do Estado e do Ministério da Defesa para localizarmos possíveis liames com a geopolítica clássica. Parece-nos que esta discussão é importante para um reavivamento da geopolítica enquanto um campo do conhecimento importante para compreender os delineamentos do Estado.

Para a presente análise utilizamos bibliografias dos principais teóricos das relações internacionais, como Morgenthau (2003), Wight (2002), Aron (2002), entre outros nomes. Também utilizamos obras de estudiosos e estudiosas da geopolítica brasileira como *Therezinha de Castro*, *Mário Travassos* e *Golbery do Couto e Silva*. Naturalmente, também foi utilizado a versão digital do Livro Branco de Defesa Nacional (BRASIL, 2012).

De modo geral, realizamos uma descrição das partes mais relevantes do documento em questão de acordo com as suas semelhanças com os escritos da geopolítica brasileira, tentando não perder de vista que a perspectiva territorial presente no LBDN se aproxima de uma ótica estática e, até mesmo esvaziada da realidade social do território. Em relação a isso, ainda que uma crítica explícita não tenha sido o foco desse artigo esforçamo-nos em encontrar os liames que talvez nos

* Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro/Uberaba (2015). Período de Graduação Sanduíche pela Universidade de Tor Vergata/Roma (2014-2015). Mestrado em geografia pela Universidade de Brasília (2018). Atualmente, Doutorando em Geografia Humana na Universidade de São Paulo (2018-2022).
E-mail: caio_cursini@hotmail.com

permitam esclarecer a institucionalização de um território inane ao interior do documento.

Esclarecemos que a análise foi feita seguindo os capítulos do documento, isto é, dividimos os tópicos desse artigo segundo cinco capítulos do LBDN, sendo que deixamos de realizar uma discussão acerca do seu sexto capítulo já que neste estão contidos somente dados orçamentários que avaliamos como não pertinentes à proposta. Deste modo, este artigo está dividido em 6 tópicos, dos quais, um se refere a um breve histórico sobre o documento em questão e os outros cinco discorrem sobre os capítulos LBDN. Ressaltamos que estes últimos estão intitulados a fim de remeter aos nomes dos capítulos do LBDN juntamente com o foco da nossa análise.

Um breve histórico do Livro Branco de Defesa Nacional

O Livro Branco de Defesa Nacional foi concebido nos seus termos legais em 2010 a partir da Lei Complementar nº 136 (BRASIL, 2010) a qual instituía as principais diretrizes para a construção do documento que teria como sigla “LBDN”. Na Lei em questão já se previa a constituição de um documento que abordasse um total de oito pontos, dos quais: a) cenário estratégico para o século XXI; b) II - política nacional de defesa; c) III - estratégia nacional de defesa; d) IV - modernização das Forças Armadas; e) V - racionalização e adaptação das estruturas de defesa; f) VI - suporte econômico da defesa nacional; g) VII - as Forças Armadas: Marinha, Exército e Aeronáutica; h) VIII - operações de paz e ajuda humanitária.

O documento contendo os pontos previstos na Lei foi lançado no ano de 2012 em conjunto ao documento “Política de Defesa Nacional” (PDN) e a “Estratégia Nacional de Defesa” (END). Enquanto o PDN busca fixar os objetivos da política de defesa, o END é apresentado com o objetivo de esclarecer como fazer e quais os percursos para atingir os objetivos de defesa. Estes dois documentos são complementares¹.

Já o LBDN é um documento que também obedece a Lei complementar nº 136, porém apresentado de modo diverso dos dois anteriores. Este documento de cerca de 250 páginas estabelece de modo geral a visão brasileira acerca do cenário externo, as linhas de ações, a transparência e a apresentação do setor de defesa do Estado brasileiro para o público. O LBDN expõe uma série de posições da política brasileira de defesa e da própria política externa em relação a tratados e organizações mundiais.

¹ Disponíveis em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_.pdf.

De modo geral, ainda que seja um documento institucional do Estado brasileiro, o documento pode ser considerado um marco no âmbito da defesa do país.

Evidentemente que o LBDN traz um viés institucional que, por vezes pode ser aproximado a um proselitismo nacional ou disposto de forma nebulosa acerca de ações do Estado brasileiro no âmbito internacional, no entanto, não deixa de ser uma exposição de diretrizes do Estado sobre assuntos que estão na ordem do dia da política brasileira.

O documento foi dividido em 6 capítulos, buscaremos realizar uma breve apresentação dos principais pontos que, para nós, se colocam como liames entre o LBDN e a geopolítica clássica brasileira. Esclarecendo que esta corrente do pensamento geopolítica, de acordo com Becker (2012, p. 147),

está apoiada nos princípios do paradigma do realismo político, [...] reforça a tradição político-geográfica dos estudos focados no Estado. Mais do que isso, de fato, os estudos geopolíticos clássicos reconhecem o Estado como o único protagonista das relações internacionais, depreendo-se desse reconhecimento à ideia de que o Estado é a única fonte de poder.

Para nós o documento em questão apresenta uma série de direcionamentos que se assemelham com a teoria presente em autores como *Golbery do Couto e Silva*, *Meira Mattos*, *Therezinha de Castro*, *Mario Travassos*, entre outros geopolíticos brasileiros que comungavam de uma perspectiva, ora mais, ora menos realista do cenário internacional, mas comumente de uma visão do Estado fundada no poder e na capacidade ou mesmo “missão” desenvolvimentista e expansionista do Estado brasileiro.

O Estado brasileiro e a Defesa Nacional: a descrição geográfica e a projeção continental

Nesse capítulo, enfatiza-se a descrição do território brasileiro, apontando para as dimensões territoriais e populacionais, a parte descritiva parece-nos significativamente relevante, pois vincula a ideia de “grandeza” do Estado brasileiro à necessidade de defesa nacional, há de imediato ênfase na diversidade ambiental e energética do país e a partir disso, afirma-se que

esse patrimônio exige defesa. O Brasil se considera e é visto internacionalmente como um país amante da paz, mas não pode prescindir da

capacidade militar de dissuasão e do preparo para defesa contra ameaças externas (BRASIL, 2012, p. 11).

Seguindo uma linha descritiva, esse capítulo aponta para uma espécie de apelo nacionalista, vinculando o território ao sentimento de nação, “o território nacional representa mais do que a vasta extensão de terra em que o estado exerce seu poder. Entranham-se no território profundas raízes afetivas e sentimentos de pertencimento” (BRASIL, 2012, p. 13).

É interessante a perspectiva relacional entre o território e seu povo, na medida em que o território aos moldes descritivos da geografia, muito presente inclusive nas escolas internacionalistas, com Aron (2002) e Morgenthau (2003)² é associado de maneira quase orgânica (raízes afetivas) com o povo brasileiro.

Ainda que de maneira sutil, o primeiro capítulo do LBDN lança mão de um procedimento descritivo da geografia do país, utilizando mapas e gráficos populacionais para apresentar as principais características do Estado Brasileiro. Também não seria exagero apontar que o documento, ao menos no seu início, se utiliza de concepções que se aproximam das definições organicistas de Ratzel (1897).

A ideia de Estado no documento está bem assentada na concepção de povo, território e Estado, assemelhando-se, inclusive, à perspectiva de Hobsbawm (1991). Essa aproximação do Estado associado a um território estático faz parte de uma perspectiva clássica da geopolítica localizada nas conhecidas obras de Silva (1981a; 1981b), em que o território é apresentado como uma das substâncias essenciais do Estado, na medida em que

a geopolítica nada mais é que a fundamentação geográfica de linhas de ação política, quando não, por iniciativa a proposição de diretrizes políticas formuladas à luz dos fatores geográficos, em particular de uma análise calcada sobretudo, nos conceitos básicos de espaço e posição (SILVA, 1981, p. 64).

Outro trecho interessante do LBDN pode ser extraído dos 11 objetivos vinculados à defesa nacional, dentre os quais, “defender os interesses nacionais e as pessoas, os bens e os recursos brasileiros no exterior” e, em seguida, “intensificar a

² É relevante a leitura que esses dois internacionalistas fazem da geografia e do próprio território, em linhas gerais, tanto a geografia como o território são frequentemente confundidos nessas duas obras, ainda que Aron (2002) faça menção a construção do meio geográfico a partir da ocupação humana, o território assume uma definição quase estática e posicional.

projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais” (BRASIL, 2012, p. 24).

Esse primeiro objetivo chama a atenção, pois menciona os “interesses nacionais”, de maneira próxima a que faz alusão a Aron (2002) ou mesmo Wight (2002). O interesse nacional para esses teóricos internacionalistas não pode ser corretamente definido, de modo que é, frequentemente, utilizado para justificar linhas decisórias da política externa. Isso significa, aproximadamente, que o interesse nacional é uma construção não muito clara tanto sobre o conceito nação, como sobre a concepção de necessidade da população. Nincic (1999) realiza um interessante levantamento sobre esse debate, assim como Contrera (2015), apontando a dificuldade analítica em relação ao chamado “interesse nacional” e identificando as contrariedades em relação ao conceito.

A aparição do termo é sutil se considerarmos a extensão do documento, no entanto, é no mínimo curioso como termos utilizados na geopolítica, relações internacionais e também em outros campos do conhecimento político se repetem nos documentos institucionais do Estado, reproduzindo, inclusive, suas definições. Isto é, o debate desses conceitos extrapola a esfera teórica e se estabelece no próprio aparato burocrático do Estado.

O outro objetivo é bastante relevante no que tange a relação entre o documento e suas influências teóricas geopolíticas. A utilização de uma “projeção brasileira” pressupõe a projeção do poder brasileiro e o que facilmente nos remete à obra *Projeção continental do Brasil* (1935) de Mário Travassos. Esse geopolítico brasileiro pode ser considerado um dos inauguradores da geopolítica brasileira, como destaca Miyamoto (1981; 1995) e Vlach (2003), ainda que obras anteriores a esta tenham sido publicadas com Backheuser (1926) ou mesmo Carvalho (1921).

Para Miyamoto (1981, p. 64) “Travassos inegavelmente constitui um divisor de águas nos estudos sobre a geopolítica nacional”. Isso porque o autor realizou uma análise dos fatores que compunham o território sul-americano e identificou os eixos que representariam o controle ou, pelo menos, a preponderância de um Estado sobre o outro na América do Sul. A projeção de poder de Travassos (1935) estava fundada no controle de porções geográficas da placa continental sul-americana.

Desse modo, é possível que a ideia de projeção do Brasil na esfera internacional seja resultado da concepção geopolítica de Travassos (1935), influenciando na construção da política de defesa do país. Esse indício torna-se ainda mais relevante, na medida

em que o poder do Estado se torna um elemento emanado da capacidade de organização do território e da disposição das forças armadas.

O ambiente estratégico do século XXI: universalismo e o entorno marítimo brasileiro

O Capítulo 2 do documento como o próprio nome diz, trata-se de uma abordagem sobre a inserção brasileira no cenário internacional no século XXI. Alguns pontos sensíveis são apresentados como: o multilateralismo, a integração regional, o Atlântico Sul, o pré-sal e a questão ambiental. O capítulo aborda uma série de iniciativas e participações brasileiras no cenário internacional como a implementação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL)³, o grupo BRICS⁴, o fórum IBAS⁵ e o grupo BASIC⁶. Há nesse trecho do documento uma ênfase nas medidas multipolares da política externa brasileira e uma postura universalista para a resolução das divergências internacionais⁷. Nesse sentido é expresso que, “o Brasil trabalha para que os fóruns de concertação multilaterais, em especial os que integram as Nações Unidas, se tornem mais representativos da realidade mundial do século XXI” (BRASIL, 2012, p. 31).

O LBDN explicita o direcionamento da política externa e de defesa brasileira em favor das resoluções multilaterais, principalmente, as favoráveis aos países em desenvolvimento, o que leva a um aspecto importante, de modo que a busca brasileira pela reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas é expressada da seguinte forma,

no que tange ao Conselho de Segurança da ONU, não são observados avanços significativos que reflitam uma tendência ao fortalecimento do multilateralismo, da mesma forma como já são observados em outras esferas, como a econômica e a financeira (BRASIL, 2012, p. 31).

³ Fundada sob ideais integracionistas da América do Sul, a UNASUL foi estabelecida no ano de 2008, composta pelos 12 países da América do Sul.

⁴ BRICS é a sigla designada à plataforma internacional constituída por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (*South Africa*). Foi oficialmente fundado em 2009.

⁵ O IBAS refere-se a sigla de Índia, Brasil e África do Sul. Fundado em 2003, o IBAS reflete os ideais universalistas e uma plataforma de política externa direcionada às relações Sul-Sul.

⁶ O BASIC é um bloco de países constituídos por Brasil, África do Sul, Índia e China direcionado, principalmente para as discussões de caráter ambiental.

⁷ Seguindo as definições de Cerro (2008) o universalismo brasileiro estaria concentrado na adoção de relações exteriores mais diversificadas, rompendo com a lógica de alinhamento aos países da Europa Ocidental e os Estados Unidos.

O trecho exprime a disputa, de décadas, para a reforma dos assentos permanentes do Conselho de Segurança da ONU. O multilateralismo não só esbarra como também é exaltado como uma forma institucionalizada ao interior do conteúdo do LBDN.

Outro item de relevo no teor do documento é o destaque que a governança regional da América do Sul recebe. A integração do continente é disposta como um objetivo estratégico da política externa brasileira, destacando -se que,

A segurança de um país é afetada pelo grau de instabilidade da região em que se situa. A estabilidade regional é, pois, objetivo nacional. O Brasil considera desejável que prevaleçam o consenso, a harmonia política e a convergência de ações entre os países sul-americanos (BRASIL, 2012, p. 34).

A partir disso, constrói-se um discurso acerca da necessidade de se estabelecer termos de igualdade e de defesa entre os países do continente. É importante destacar que a integração sul-americana tem sido o mote da política externa brasileira pelo menos desde o governo Vargas (1930-1945) e este parece ser um ponto bastante caro ao longo do LBDN, no qual é exaltado, inclusive, as semelhanças históricas entre os países do continente.

Como exalta Costa (2009), o quadro de integração entre os países sul-americanos, apesar de muito divulgado, esconde rivalidades entre os Estados e, principalmente, a disparidade econômica, refletindo num cenário de grandes assimetrias entre os países. Isso, nos permite observar que o LBDN omite as dificuldades para a consecução da integração regional, além de relativizar a formação histórica do território desses países.

Outro ponto importante do documento é a abordagem do Atlântico Sul, uma vez que é destacado que,

país com maior costa atlântica do mundo, o Brasil tem, por todas as razões citadas, especial interesse na paz e segurança do Atlântico Sul. Esse oceano possui áreas estratégicas relevantes como a “Garganta Atlântica”, entre a costa do nordeste brasileiro e a África ocidental, espaço intercontinental de vital importância para o comércio mundial. As passagens ao sul, que ligam o Atlântico ao Pacífico, constituem uma via alternativa ao canal do Panamá, principalmente para os navios de grande porte (BRASIL, 2012, p. 35).

O trecho de certo modo surpreende nas constatações que se assemelham às encontradas na obra de Silva (1981a), de modo que a posição do território brasileiro delegaria ao Estado a quase “obrigação” da defesa do Atlântico Sul.

O Brasil, pelo prestígio de que já goza no continente e no mundo, pelas suas variadas riquezas naturais, pelo seu elevado potencial humano e pela sua inigualável posição geopolítica ao largo do Atlântico Sul, ocupa situação de importância singular quanto à satisfação de todas essas imperiosas necessidades de defesa do Ocidente (SILVA, 1981a, p. 246).

O espaço marítimo é essencialmente importante no documento. Questões como o pré-sal, o espaço Antártico e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul são exaltadas, de modo que fica evidente a vinculação do mar territorial ao território propriamente dito.

Aproximando-nos de Castro (1999) notaremos que o Atlântico Sul sempre foi um ponto chave para a geopolítica brasileira, configurando-se como uma área atrelada ao aumento do poder do país. Assim, “o Brasil é o país que mais necessita de um grande e poderoso desenvolvimento marítimo e correspondente influência transatlântica, para base de sua expansão econômica” (CASTRO, 1999, p. 109).

Na questão antártica, busca-se no documento indicar o Brasil como um possível responsável e futuro detentor de direitos sobre o continente. Ao vincular as correntes marinhas e parte do clima brasileiro às influências antárticas, o LBDN é direcionado para uma ideia de que os “interesses brasileiros” tocam a presença do país na Antártica. Desse modo, essa visão se assemelha mais uma vez aos escritos de Castro (1999) que já pontuava que a “convergência antártica forma uma das zonas limítrofes fundamentais dos três grandes oceanos” (p. 362).

O capítulo é concluído com o apontamento da importância do estreitamento das relações com os países africanos, demonstrando mais uma vez o caráter universalista da política externa brasileira. Ainda que não seja evidente a influência de pensadores e pensadoras geopolíticos no teor desse capítulo, é marcante que os direcionamentos encontrados nesse trecho do documento se assemelhem às obras citadas. O controle do Atlântico Sul, a política de integração sul-americana, a expansão da soberania brasileira em direção a Antártida, entre os outros temas citados são pontos comuns entre os geopolíticos brasileiros.

A defesa e o Instrumento Militar: uma aproximação à /a Golbery?

Em linhas gerais o capítulo 3 do LBDN busca dar transparência à estrutura das três armadas do país, de modo que é exposto um quadro geral sobre a participação da marinha, aeronáutica e o exército em missões com outros Estados, assim como é apresentado, por meio de mapas, a disposição das bases dessas forças por todo o território nacional.

É também apresentado a estrutura organizacional dessas forças, seus respectivos equipamentos, a tabela sobre a formação acadêmica referente ao exército, marinha e aeronáutica. Apesar deste capítulo enfatizar o detalhamento das três forças através da descrição, é possível extrair alguns aspectos interessantes.

Logo ao início do capítulo é indicado que “o território é a base física da Nação, delimitado pelas fronteiras, pelas águas e pelo espaço aéreo sob jurisdição brasileira. As dimensões do Brasil são continentais” (BRASIL, 2012, p. 53). Essa constatação é importante, pois nos indica que a base em que o território é tratado é estritamente militar e jurídica. Isso significa, evidentemente, que quaisquer outras dimensões do território são descartadas.

Em seguida, partindo do âmbito posicional e rígido do território brasileiro é observado mais uma vez o objetivo de aumentar a projeção do país no contexto mundial. Para tal finalidade são definidos os motes da política externa brasileira, que em resumo seriam: a) intensificar a participação brasileira em ações multilaterais, incluindo as missões humanitárias; b) colaborar com as missões do Conselho de Segurança da ONU; c) reforçar o laço com outros Estados em desenvolvimento, através, inclusive da colaboração militar⁸.

É relevante que a projeção brasileira não se apresenta apoiada diretamente no território do país, pois, apesar de o documento enfatizar as dimensões continentais brasileiras, os passos para se expandir o poder nacional estariam ligados às ações diplomáticas brasileiras. É importante notarmos que o procedimento de definir o território como um elemento estático para em seguida delimitar as ações do Estado é algo frequente na geopolítica do país.

Golbery do Couto e Silva em sua obra *Planejamento Estratégico* nos dá dimensão do território que teoricamente é apresentado no LBDN. Silva (1981b) enfatiza o poder geográfico antes de definir categorias como “o poder nacional” ou os objetivos permanentes do Estado. Desse modo, destaca que “o controle de certas

⁸ Esses direcionamentos também foram retirados do LBDN.

áreas implica na obrigação de defesa e isto depende do controle de outras áreas” (Silva, 1981b, p. 204), apontando, portanto, que o território impõe obrigações de defesas sobre áreas consideradas estratégicas do Estado.

É possível que a obra de Silva (1981b) tenha servido, ainda que nas entrelinhas, à estruturação do planejamento de defesa nacional, isso porque o geopolítico era um importante ator da própria Escola Superior de Guerra e figura importante na própria condução da política externa brasileira durante a ditadura militar (1964-1985).

Em suma, o capítulo segue o ideário geopolítico clássico em que há a identificação do território nacional e a exposição de algumas das suas circunstâncias posicionais, prevendo, em consequência disso, metas para a defesa do país, assim como possíveis estratégias para se assumir uma posição de maior projeção do país no cenário internacional.

Defesa e Sociedade: tecnologia e a construção de um discurso de Brasil Potência

Na medida em que avançamos ao longo do documento notamos que é enfatizada a relação entre a defesa e o avanço tecnológico. É nesse sentido que são detalhados os projetos e o direcionamento das ações do Ministério da Defesa em modernizar as forças armadas. Isso porque

a acelerada evolução tecnológica e social tem produzido transformações substanciais nos padrões tradicionais de relacionamentos políticos e humanos, afetando significativamente tanto as relações internacionais quanto as qualificações de segurança do estado brasileiro e de seu sistema de defesa (BRASIL, 2012, p. 167).

Disso, ao interior do LBDN, parte uma série de previsões que apontam para o dever da criação de um laço entre a acadêmica, os setores industriais e o Ministério da Defesa, criando, ao entorno do desenvolvimento tecnológico e informacional, um pilar da Defesa Nacional. O setor industrial é apontado como uma esfera estratégica ao interior do exército brasileiro, no sentido em que se principia na indústria a criação de equipamentos, infraestrutura e inovações técnicas que permitem a adequação das forças armadas em relação às demais forças no mundo.

Tomando Mattos (1977; 2002) como um geopolítico o qual se debruçou no debate da tecnologia como um elemento importante do poder nacional, uma vez que “não se exerce o poder nacional de uma nação das dimensões do Brasil sem a

completa articulação e a integração dos sistemas de decisão, de informação e da administração” (MATTOS, 1977, p. 50), notamos que para o autor a noção de grandeza territorial está ligada a um “destino manifesto” para o Brasil. E, assim, o geopolítico pontua que “o desenvolvimento, poder e segurança são intimamente ligados a essa conexão, que, uma vez projetada além da esfera continental para uma dimensão mundial proporcionará o destino nacional do Brasil a obtenção do status de grande potência” (MATTOS, 2002, p. 132).

Evidentemente não encontramos as citações de Meira Mattos ao interior do LBDN, mas é interessante visualizarmos a permanência desta concepção de grandeza atrelada às dimensões territoriais e a própria posição brasileira no continente sul-americano. A ênfase numa construção do exército brasileiro associado à sociedade civil se mostra a tônica desse capítulo, há inúmeras passagens em que a produção tecnológica e industrial brasileira assumem o caráter da própria defesa nacional.

Assim se constata, por exemplo, que “atualmente, grande parte da pauta de exportações brasileira é baseada em produtos com baixa tecnologia e, por conseguinte, com baixo valor agregado” (BRASIL, 2012, p. 187). Ainda que essa informação não cause surpresa a um leitor bem informado, o destaque desse fato num documento que trata da defesa do país merece atenção.

Se tomarmos o setor industrial brasileiro e o papel que a ele seria delegado como baluarte do desenvolvimento tecnológico, em associação com os institutos de pesquisa e universidades, perceberemos uma visão nacionalista. Mesmo que o documento date de quase uma década atrás, é necessário destacar omissões em relação à defasagem do setor industrial brasileiro em relação aos outros países do mundo, como aponta Cano (2012). Isso pode significar que o LBDN, embebido de uma visão nacionalista derivada da geopolítica clássica pode ter incorrido numa visão de Brasil Potência, que como já apontava Cavagnari (1987) há décadas atrás, era fruto de premissas insustentáveis e de um determinismo territorial falacioso.

É inegável o apego a uma ideia de “grandeza brasileira” que apesar de se sustentar frente as características físicas do território do país (as dimensões territoriais, a grande diversidade de biomas e recursos naturais, o extenso litoral, etc), não se concretiza nas condições econômicas e sociais brasileiras. Deste modo, o LBDN omite gargalos importantes da formação socioeconômica do país para assumir um discurso tangente à geopolítica clássica.

Naturalmente, apresenta-se, no documento, a atualização do papel do Ministério da Defesa e do exército brasileiro, de modo que, diferentemente da

geopolítica clássica, o LBDN preocupa-se em pontuar outras atividades do exército que não somente a defesa do território nacional e os seus recursos. Aponta-se, por exemplo, projetos com intuito, a princípio, de “desenvolvimento” do território nacional, fortalecimento das relações entre Ministério da Defesa e academia e incorporação das missões humanitárias na agenda de defesa do país. Assim, o Calha Norte, o projeto Rondon, entre outros são apresentados em números, expondo-se os seus objetivos enquanto iniciativas de associação da esfera militar à civil.

Esse capítulo, ao nosso ver, é pilar importante do LBDN, pois ali são expostos a visão governamental em relação a força militar do país, que ainda que com ressalvas, não deixa de inserir a noção de Estado Potência, tão cara aos geopolíticos brasileiros.

A Transformação da Defesa

Em continuidade ao capítulo 4, o LBDN apresenta um trecho no qual se busca delimitar as necessidades para a transformação do exército. Assim, são apresentados aqui os passos deste processo de mudança: a) Plano de Articulação e Equipamento de Defesa (PAED); b) Modernização da gestão; c) Reorganização da Base Industrial de Defesa. Esses três direcionamentos são estabelecidos, como o próprio documento prevê, com o intuito de estabelecer a readequação do exército brasileiro e o crescimento econômico do país.

O PAED possui recaimentos nas três armadas do país, de modo que expõe características importantes no que toca a marinha brasileira. No documento se constata que, “a marinha, com o propósito de aumentar o Poder Naval, atendendo às orientações da estratégia Nacional de defesa, elegeu seus projetos estratégicos prioritários” (BRASIL, 2012, p. 192).

Da marinha brasileira podemos extrair aspectos importantes se visualizarmos os passos previstos pelo PAED. Dois aspectos chamam a atenção, o Programa Nuclear da Marinha e a construção do núcleo do poder Naval. Outras etapas também são previstas para a expansão do poder naval brasileiro, como o aumento dos efetivos da marinha, o monitoramento da Amazônia Azul, a recuperação da capacidade operacional, expansão dos sistemas de segurança naval e a instalação de uma esquadra na região Norte/Nordeste.

O que destacamos no programa nuclear da marinha é a observação de que esse é um aspecto indispensável para a manutenção do poder marítimo brasileiro, principalmente por se ter no horizonte a relevância do litoral do país para o desenvolvimento econômico e, por conseguinte, militar do Brasil. Aproximando-nos

das teorias marítimas de Castro (1999) poderemos construir um paralelo em que o desenvolvimento de submarinos nucleares no Brasil permitiriam ao país senão o domínio, a cristalização do poder brasileiro sobre uma área fundamental do Oceano Atlântico, isso porque “quem dominar a ameaçada rota do Cabo colocará as mãos na garganta do ocidente” (CASTRO, 1999, p. 302), termo inclusive citado no capítulo 2 desse documento⁹.

Parece evidente que a construção retórica do LBDN acerca tanto da Amazônia Azul, como do pré-sal estabelecem a necessidade de defesa do mar territorial. O estímulo ao desenvolvimento de tecnologia nuclear e a construção de um núcleo de poder naval parecem ser essenciais para a consecução dos objetivos de defesa do país, isto é, em termos geopolíticos clássicos, recursos marítimos da proporção daqueles brasileiros trazem por si só o imperativo de defesa.

Essa lógica se justifica a partir da concepção de que o incremento do poder das forças armadas elevaria o grau de autonomia internacional. O próprio documento prevê que no campo político, a reestruturação do exército tem como objetivo “o fortalecimento da capacidade do país de atuar autonomamente no campo internacional com redução das vulnerabilidades a pressões externas” (BRASIL, 2012, p. 210).

De certo modo essa perspectiva não destoia da definição geopolítica de Castro (1999, p. 386) em que “a geopolítica em seus princípios, meios e fins, foi e sempre será encarada em termos de aplicação integral na direção da consecução dos objetivos do Estado” ou da própria visão de Silva (1981a, p. 169) que diz que “qualquer geopolítica nacional deve visar, em essência, à sobrevivência do Estado como identidade internacional dotada de um poder soberano, como organismo social em progresso de integração”.

Os indícios desse capítulo do LBDN, portanto, ressoam com a visão do poder militar como polo principal para a manutenção da soberania e do próprio engrandecimento da importância do Estado em plataformas internacionais. A ideia de soberania nacional, portanto, funda-se na associação do exército às bases de produção industrial, na ampliação da força dos três segmentos militares, enfatizando-se a marinha, e na estruturação do parque tecnológico brasileiro.

⁹ Na página 35 do documento lê-se “esse oceano possui áreas estratégicas relevantes como a “garganta atlântica”.

Considerações Finais

Ainda que a aproximação realizada tenha muito mais um caráter demonstrativo e experimental do que conclusivo, é possível notar ressonâncias importantes do conteúdo do LBDN em relação à geopolítica clássica brasileira. Notamos ao longo da análise que mesmo partindo de um conteúdo técnico é possível extrair alinhamentos geopolíticos, como a concepção do território como um elemento estático e posicional. Os direcionamentos geopolíticos se dão enquanto medidas para se alcançar o poder internacional e, assim como nos moldes de autores geopolíticos, o poder do Estado se enceta a partir da organização do território, do planejamento, da definição dos objetivos do Estado e da própria força armada.

Por ser um marco da política de defesa do país podemos observar que possivelmente a geopolítica clássica exaltada pelos teóricos que expusemos ao longo do capítulo fizeram parte da fundamentação do texto do LBDN que, ainda que não explicita os nomes ou cite tais autores carrega suas concepções nas entrelinhas. De modo geral o LBDN não deixa de comportar uma visão míope do ponto de vista territorial, restringindo-se sob a perspectiva mais superficial do conceito de território, ratifica-se, portanto, o viés do Estado como provedor do desenvolvimento e autoridade, negligenciando a complexidade da formação do território enquanto uma categoria social.

Enfatizamos, por fim, que, ainda que não tenha sido o objetivo estimar a eficácia das diretrizes previstas, o LBDN tem o mérito de esclarecer os direcionamentos do Ministério da Defesa, assim como dar transparência às ações desta pasta, mesmo incorrendo em omissões sobre o próprio território do país. Assim como a geopolítica clássica, o documento falha justamente em reconhecer o território não como um construto social, mas um elemento estático, compreendido apenas pela sua descrição e posição no globo terrestre.

Agradecimentos

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro.

Referências

ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

Geopolítica e Integração Regional na América Latina

O Livro Branco de Defesa Nacional: uma abordagem de geopolítica clássica

DOI: 10.23899/9786589284109.65

BACKHEUSER, Everardo. **Estrutura Política do Brasil**. Rio de Janeiro: Mendonça, Machado, 1926.

BRASIL. Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010. **Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp136.htm>. Acesso em: 18 fev. 2021.

BRASIL. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília: Ministério da Defesa, 2012.

CANO, Wilson. A desindustrialização no Brasil. **Economia social**. Campinas, v. 21, n. spe, p. 831-851, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182012000400006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 fev. 2021.

CARVALHO, Elysio de. **O Factor Geographico na Política Brasileira**. Rio de Janeiro: Monitor Mercantil, 1921.

CASTRO, Therezinha de. **Geopolítica: princípios, meios e fins**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999.

CAVAGNARI, Geraldo Lesbat Filho. Brasil: Introdução ao Estudo de uma Potência Média. In: OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de (Org.). **Militares: Pensamento e Ação Política**, Campinas: Papirus, 1987.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.

CONTRERA, Flávio. O conceito de interesse nacional: debate teórico e metodológico nas relações internacionais. **Revista de Estudos Internacionais**. João Pessoa, v. 6, n. 2, 2015.

COSTA, Wanderley, Messias da. O Brasil e a América do Sul: cenários geopolíticos e os desafios da integração. **Confins: Revista franco-brasileira de Geografia**. Paris/São Paulo, n. 7, 2009. Disponível em: <<http://confins.revues.org/6107>>. Acesso em: 17 mar. 2020.

HOBSBAWM, E. **Nações e Nacionalismo: desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

MATTOS, Carlos de Meira. **A Geopolítica e as Projeções do Poder**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1977.

MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica e Modernidade: geopolítica brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

MIYAMOTO, Shigenoli. **O Pensamento Geopolítico Brasileiro (1920-1980)**. Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, São Paulo, 1981.

MIYAMOTO, Shigenoli. **Geopolítica e Poder no Brasil**. Campinas: Papirus, 1995.

MORGENTHAU, Hans Joachim. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: Universidade de Brasília, 2003.

NINCIC, Miroslav. The National Interest and its Interpretation. **The Review of Politics**, Cambridge, v. 61, n. 1, p. 29-55, 1999.

RATZEL, Friedrich. **Politische Geographie**. Munique/Leipzig: R. Oldenburg, 1897. Disponível em: <<https://archive.org/stream/politischegeogra00ratzuoft#page/n5/mode/2up>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

Geopolítica e Integração Regional na América Latina

O Livro Branco de Defesa Nacional: uma abordagem de geopolítica clássica

DOI: 10.23899/9786589284109.65

SILVA, Golbery do Couto. **Conjuntura Política Nacional: O Poder Executivo e Geopolítico do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1981a.

SILVA, Golbery do Couto. **Planejamento Estratégico**. Brasília: Editora UnB, 1981b.

TRAVASSOS, Mario. **Projeção continental do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

VLACH, Vânia Rubia Farias. Estudo preliminar acerca dos geopolíticos militares brasileiros. **Terra Brasilis**. Niterói, v. 4, n. 5, 2003. Disponível em: <<http://terrabrasilis.revues.org/359>>. Acesso em: 27 abr. 2020.

WIGHT, Martin. **A política do poder**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

Desdemocratizando o Brasil no contexto latino-americano: isolamento, subordinação e construção de uma agenda de extrema direita sob o Governo Bolsonaro

Danilo Uzêda da Cruz*

Introdução

Ao longo de quase duas décadas e meia o Brasil despontou como o grande articulador regional no contexto latino-americano, fazendo valer o conceito de potência regional. Promoveu uma agenda econômica integracionista, cooperativa e inovadora em políticas públicas e democratização do Estado entre os países latino-americanos consolidando um importante bloco econômico capaz de realizar batalhas comerciais e rivalizar com interesses estadunidenses e europeus em favor dos países latino-americanos e de seu próprio Estado. Os governos Lula (2002-2010) e Dilma (2010-2016), com maior ênfase para o primeiro período, aprofundaram as relações, reaproximando os países do continente e construindo uma agenda que ultrapassava o tradicionalismo econômico-comercial. Ao pautar temas como meio ambiente, energia e alimentação, caracterizou-se pelo aprimoramento dos espaços decisórios coletivos entre as nações, em uma agenda clara que incluía o combate às desigualdades e à fome (OLIVEIRA, 2021; CRUZ; GONZÁLEZ; IAMAMOTO, 2020). Por essa razão a agenda mundial parecia ser de elogio às políticas de superação da pobreza e de renovação integradora do pensamento sul-sul (SANTOS; MENESES, 2010; CRUZ; GONZÁLEZ, 2019). A condução estatal para inserção econômica das populações, exportação e

* Pós-Doutor em Desigualdades Globais e Justiça Social pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO)/Universidade de Brasília (UNB). Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade Salvador (UNIFACS) e Licenciado em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Lecionou como professor substituto no Departamento de Ciência Política da UFBA. Atualmente, é pesquisador nos Grupos de pesquisa DEPARE e Periféricas, ambos vinculados à UFBA. Desenvolve pesquisa sobre Políticas Públicas, Desigualdades, Pobreza e Participação Política. Seu último livro *Estado Contemporâneo na América Latina: História e Teoria Política* está no prelo.
E-mail: danilohistoria@yahoo.com.br

diálogo científico-cultural, e a cooperação na defesa ambiental conformavam bandeiras de governo, defendidas nos plenários das organizações mundiais.

De forma categórica, senão arrepiante, em 2018, o Brasil dobrou(-se) à direita.

O novo governo, como derivação e acirramento do golpe institucional imposto em 2016 à então presidenta Dilma Rousseff, descortinou um panorama diferente em política externa regional (e mundial). Ao se apresentar não apenas alinhado a principal potência mundial, como também propenso a dar as costas aos vizinhos continentais, o Brasil entra em uma nova fase (conjuntural) da política externa.

Esse artigo busca por meio da análise da geopolítica em contexto regional situar a que se destina essa política necrológica e autofágica do governo Bolsonaro, quais seus contornos e fundamentos teóricos, e quais as iniciativas arriscadas para o presente e futuro que o governo tem realizado.

Em seguida tentaremos analisar as implicações do projeto bolsonarista de governo, face as recentes transformações, incluindo a derrota do agora ex-presidente Trump nos Estados Unidos, para o democrata Biden e Pamela Harris, a primeira mulher afrodescendente a ocupar o cargo.

Regionalmente há processos de resistências e reviravoltas políticas como a eleição do Presidente da Bolívia Luis Arce, manifestações de rua no Paraguai e Chile cobrando renúncia dos presidentes eleitos, seja por conta da agenda neoliberalizante e ultradireitista ou da má condução da saúde nos tempos pandêmicos. E, por fim, a possibilidade de retomada dos direitos políticos do ex-presidente Lula no Brasil, o que permitiria enfrentar o atual presidente Bolsonaro em escrutínio no ano de 2022. Seria confrontar pela primeira vez o projeto da extrema direita com uma versão do populismo de esquerda.

O *interregno* ou crise de hegemonia na América Latina tem inviabilizado a formação de um bloco histórico que dispute e se imponha (democraticamente) aos demais, causando crises entre as elites dirigentes e indefinição de projeto societal (CRUZ, 2019). Essa configuração política parece-nos começar a se mover no restante do continente, obrigando que governos modifiquem suas performances diante de um cenário fático de mudança, crises setoriais e sistêmicas e pressão popular por cuidados e políticas negadas. Mais do que concluir traremos algumas observações para refletir sobre para onde se caminha a política externa do governo Bolsonaro.

Muito embora o quadro pandêmico que se abateu sobre o mundo tenda a promover uma mudança nas performances dos governos e resistências populacionais,

a configuração e acirramento de políticas conservadoras e fragmentadoras não acenam, em um futuro próximo, para reconversões que voltem a elogiar o solidarismo e o compartilhamento de interesses e responsabilidades regionais. Ao menos não sem algum tom de protecionismo e revigoramento do nacional-desenvolvimentismo (ALBUQUERQUE, 2010; ALMEIDA, 2012; AMORIM, 2011; BAUMANN, 2010).

Por outro lado já há certeza de que a pandemia de COVID-19 estará no centro das atenções políticas nos próximos anos. Seja pelo alastramento de mortes provocadas, seja pelo completo descaso, incompetência ou intenção dos governos. Estará, portanto, no centro das articulações entre os países da América Latina nos próximos 5 ou 10 anos, a depender das mutações e cepas variantes do espectro viral.

E não apenas no que diz respeito ao quadro sanitário e de saúde pública, mas também nas políticas setoriais que decorrem da fragilização das populações, como as questões ambientais, sociais, culturais, econômicas e políticas, sejam nacionais ou internacionais.

Ainda que a matriz de infecção viral tenha se situado fora das fronteiras, a dimensão e baixa capacidade do governo em colocar seu importante aparelho estatal para controle epidemiológico ampliou vigorosamente a mortandade de pessoas e número de contaminados no país. E pior: o vírus encontrou condições favoráveis para se alastrar e sofrer mutações, dificultando ainda mais seu controle epidemiológico.

O Brasil aparece nos números como ator central de uma grande tragédia social. Não apenas pelo número de mortos e contaminados, mas de hospitais lotados, UTIs e centros médicos sem respiradores, e quando os tem não há oxigênio. Conseguiu, apesar do resistente SUS, ficar à frente do México e do Peru em relação negativa às políticas de tratamento do vírus.

Esse cenário certamente cobrará, em um futuro bem próximo, relações entre os países latino-americanos diferentes das atuais, em uma correlação de forças que necessitará, sem dúvida, de uma ampla articulação para recompor as perdas sociais e econômicas.

Entretanto, é bom lembrar que a ausência de um plano nacional de enfrentamento ao COVID-19 vem provocando milhares de mortes. E, por conta disso, as fronteiras com países vizinhos, antes pedintes, permaneceram fechadas por longos 4 ou 5 meses, e os aeroportos ainda resistem em receber voos advindos ou de passagem pelo Brasil. Nesses termos, enquanto o governo brasileiro resiste em adotar

medidas de vacinação em massa e restrições à circulação de pessoas, Argentina, Uruguai e Cuba apresentam resultados importantes de contenção do vírus.

Notemos que as questões sanitárias e de saúde pública passaram a constar em uma agenda mundial de relações internacionais, que envolve compartilhamento de pesquisa, vacinas e insumos. Em contrapartida, o Brasil se isolou.

A política externa no governo Bolsonaro

A literatura em política externa tem analisado a partir de duas concepções que se alternam nos governos, partindo da premissa estratégica das relações internacionais como instrumento para o desenvolvimento nacional. Essas visões coincidem apenas nesse sentido restrito de política externa, ou seja, em como deve se dar o desenvolvimento e de como o país deve se relacionar com o restante do mundo. Oscilavam entre um olhar liberal e outro nacionalista, a partir dos projetos políticos hegemônicos e programas de governo. Em jogo interesses internos e pressões econômicas externas, assim como o mercado internacional e as representações dos governos para o mundo em negociações, acordos internacionais, agendas de desenvolvimento e relações multilaterais para os diversos setores e preocupações mundiais (GONÇALVES, 2011).

Nesse sentido, a perspectiva liberal reuniu ações, acordos e articulações que se reduziam à perspectiva econômica e comercial do desenvolvimento, abrigando as diversas dimensões dos investimentos, empréstimos e comportamento econômico do mercado. Os temas diversos que envolvem a dimensão política sempre apareciam como transversais. No outro campo, os governos atenderam a uma agenda nacionalista em política externa, o que não quer dizer protecionista, exclusivista ou xenófoba. Essa posição compreende que as relações econômicas respondem a uma política-estratégica que envolve outros fatores como segurança e defesa, meio ambiente e desigualdades. Certamente atenderá nos próximos anos a agenda da saúde pública e segurança epidemiológica. A participação nacional dos diferentes fóruns e acordos multilaterais e bilaterais passou a fazer parte de um projeto político de desenvolvimento nacional, aproveitando a existência dos blocos econômicos para ultrapassar a fronteira do econômico e promoção do comércio, atendendo também a interesses substantivos e ampliação do poder político nacional e do grupo diante das grandes economias, aumentando, do mesmo modo, o poder de barganha e do processo decisório.

A atual política externa não apresenta contornos teóricos, e atua de forma difusa e descompassada com o que já há de consolidado em política externa brasileira. Isso aumenta a dificuldade dos parceiros políticos e econômicos, mas também do analista.

Particularmente, o governo Bolsonaro deu de ombros para dois princípios internacionais da política externa, e que o Brasil vinha orientando sua estratégia de inserção mundial. Em um aspecto, o atual governo, ao não apresentar consistência diplomática, tem se orientado apenas por noções vagas (pasquins) sobre os países, sobre suas relações e interesses gerais das nações. Lima e Albuquerque (2019) denominam a política externa de “estratégia do caos”, tornando-se um “espaço de políticas declaratórias” repleto de “cacofonias”.

O Brasil tem aparecido no cenário mundial como amorfia da atrofia política. Há, assim, um desgaste e fragilização da imagem do país com “crescente dilapidação das relações exteriores do Brasil com os demais atores internacionais” (CASTRO, 2019, p. 9).

A quem atende, então, os interesses da política externa sob o governo Bolsonaro? Para Cruz (2019) o governo atende exclusivamente aos interesses de seu grupo político. Acrescentamos que atende a uma relação oligárquica e familiar, aproveitando-se do *interregno* e da ausência conjuntural de uma força, populista ou não, que dispute o cenário político com o governo. Realiza a política internacional exclusivamente a partir de um construto ideológico ora *interregnal*, ora passadista com idealizações do período da chamada Guerra Fria. Aproveita-se ainda, nesse caso particular, da atenção dada aos governos no mundo a seus países para o enfrentamento à COVID-19.

Um elemento inaugural é a exclusiva relação diplomática ou política externa para atender interesses privados dos indivíduos, nem mesmo de corporações ou grupos econômicos, mas exclusivistas de indivíduos com relações familiares (CRUZ, 2019). Separa-nos, assim da

[...] tradição histórica da diplomacia brasileira em seu conjunto [...] O mistério da condução aparentemente alucinada se desfaz quando reconhecemos que a política externa nas mãos de Bolsonaro não é uma ferramenta para a promoção do interesse público, mas um instrumento, de uso privado, para a afirmação e fortalecimento de seu grupo político [...] (CRUZ, 2019, não paginado).

Em um ensaio de força, Jairo Nicolau (2020) apresenta uma radiografia do processo eleitoral que levou ao poder o atual presidente brasileiro, Jair Bolsonaro. Atualmente sem partido, o mandatário arregimentou simbolismos compartilhados na sociedade que envolveram desde chavões simplórios e presentes à mesa do brasileiro médio (“bandido bom é bandido morto”, “as leis são para os pobres”, “tem que acabar com tudo isso aí”, até complexas formulações de ódio de gênero, misoginia, racismo, negacionismos e um punhado de outros (tantos) absurdos que se constituíram em discursos diários, como prática de gestão de governo. Nicolau (2020) quer saber por que “o Brasil dobrou à direita”. Insistimos que o Brasil se dobrou à direita (NICOLAU, 2020).

Esse conjunto de práticas resultou em uma política conservadora que fez uso do aparelho estatal para atacar instituições e outros poderes, enquanto “a boiada passava”¹, desregulamentando desmatamento, cometendo crimes e a precarizando a vida social.

Aparentemente enquanto o governo conseguiu não desagradar o mercado internacional, e suas medidas apareceram alinhadas ao então presidente dos Estados Unidos Donald Trump, o verniz liberal serviu para minimizar a ação programada de desmonte e desindustrialização promovida pelo governo federal nos seus 2 primeiros anos de gestão. Mesmo a comunidade europeia não se posicionou com muita ênfase, ao menos no plano econômico, sem imprimir ajustes de conduta ou programas reparadores para estancar o aumento da pobreza e miséria absoluta, e de certa medida se beneficiando com as políticas advindas do “libertarianismo” bolsonarista (MIGUEL, 2018).

No cenário regional, o surgimento de um espectro conservador tomou conta dos governos, reforçando uma crise de hegemonia continental, com populismos de direita e militarização da política. Presidentes autoproclamados como na Venezuela e Bolívia pareciam anunciar que a pós-democracia poderia então prescindir e anular a ideia de “povo” e a população. Ainda assim, em nenhum lugar avançou tanto o pensamento conservador como no Brasil.

¹ Referência a fatídica reunião de 24 de abril de 2020 em que o presidente se reuniu com o alto escalão para gerenciar a crise provocada pela Pandemia. O que se assistiu, não fosse o traidor, foi uma sessão de absurdos que envolveu de ode ao golpe militar, ataques à educação, engenharia para o desmonte de estatais, intervenções nas ações em curso das políticas investigativas e polícia federal, e não de menor gravidade o ataque ao meio ambiente proferido pelo próprio ministro do meio ambiente, um ruralista, prometendo passar a boiada com leis que flexibilizariam o desmatamento e outros crimes ambientais. Essa investigação ainda está por acontecer, para que não fique em nossa memória outra vez a impunidade.

O governo brasileiro iniciou em 2018 um empreendimento de exportação do modelo. A partir das relações subalternizadas com os EUA, atacando de forma infantil a China e a Rússia (“comunistas!”), manteve elevado o tom belicoso com vizinhos cuja relação histórica recente era de harmonia e complementariedade, como Argentina², Venezuela, Bolívia e Equador. Os incidentes diplomáticos com os países da região alcançaram não apenas a economia, como também a dimensão ambiental e migratória (MENDES; MENEZES, 2019). Para os autores

[...] A ascensão de Bolsonaro à presidência da República, em janeiro de 2019, interrompeu o processo de mudanças institucionais nessa matéria e ressaltou a perspectiva securitária, segundo a qual a entrada e presença de migrantes no país requerem vigilância e controle policial. Ainda em 2015, quando era deputado federal, Bolsonaro qualificou os migrantes e refugiados que chegam no Brasil como “ameaça” e “escória do mundo”. Em suas palavras, eventual redução no efetivo das Forças Armadas significaria “menos gente nas ruas para fazer frente aos marginais do MST, dos haitianos, senegaleses, bolivianos e tudo que é escória do mundo que, agora, está chegando, os sírios também” (VITOR, 2015). A declaração foi dada em um evento sobre Justiça Criminal, em Goiânia [...] (MENDES; MENEZES, 2019, p. 303).

A questão migratória passou a surgir em redes sociais como xenofobia e falseamento da notícia. Nessas notícias o Brasil aparecia favorecendo haitianos ou venezuelanos em políticas de assistência e emprego. Colocou com maior e mais virulência a dimensão do “nós” e “eles”, acirrando as relações não apenas com os outros países, como também com grupos sociais desfavorecidos, marginalizados e subalternizados internamente (RANCIÈRE, 2014).

Entre aliados e opositores, os presidentes da América Latina passam a se preocupar com a imprevisibilidade do mandatário brasileiro e a diplomacia presidencial. Mesmo setores da imprensa liberal brasileira passam a noticiar essa preocupação como nessa matéria da Revista Época:

[...] O que mais preocupa os diplomatas da América do Sul, no entanto, não são as ideias de Bolsonaro em si, mas o fato de que a política externa brasileira — e a diplomacia presidencial em particular — se tornou imprevisível. Há um consenso crescente, de Bogotá a Santiago, de que as decisões de Brasília são produto de disputas internas de poder em vez de cálculos estratégicos — uma situação preocupante para os latino-americanos, tendo em vista que a participação ativa do Brasil é crucial para o avanço de qualquer iniciativa na região [...] (STUENKEL, 2019, não paginado).

² Sobretudo após a vitória eleitoral de Alberto Fernandez e sua vice Cristina Kirchner.

Por outro lado, a crise sistêmica do capital, que combina de forma catastrófica com o quadro pandêmico, agravou problemas estruturais da economia no continente e encontrou na fragilidade do modelo bolsonarista um campo inteiro para ampliar o desgaste diplomático (NICOLAU, 2020; MENEZES, 2019).

A política de alinhamento automático aos Estados Unidos também tem repercutido fortemente nas relações entre os latino-americanos. Ao mesmo tempo caminha contrariamente ao movimento do próprio país desde a nova constituição, cuja autonomia e soberania são destaques no texto constitucional.

Os discursos do embaixador no Foro para o Progresso da América do Sul, o PROSUL, e em outros espaços multilaterais, reforçam nosso argumento, que encontra ainda na diplomacia presidencial vasto arsenal literário que confirma essa política externa alucinada. E fascinada pelos EUA³.

O fascínio pelos Estados Unidos foi alimentado por mais de 100 anos por outro país da América Latina, a Colômbia. Naquele país a política externa e interna espelhava o *respice polum* (olhar ao Norte) como prática cultural e aproximativa da cultura norte-americana o que implicou no isolamento e insulamento da Colômbia durante um longo período, emaranhando-se nas relações culturais e simbólicas da sociedade. Apenas a partir da reestruturação promovida no governo Juan Manuel Santos (2010-2018), que combinou um longo acordo de paz com as FARC e políticas desenvolvimentistas, o país tem se reaproximado dos demais vizinhos latino-americanos. Essa reaproximação esteve (ou está) ameaçada novamente pelo governo autocrático de Iván Duque (SÁNCHEZ; GONÇALVES, 2020).

Ainda que a diplomacia oficial e a presidencial tenham tentado aproximação com homólogos ao redor do mundo, essa tentativa naufragou dada a fragilidade do argumento. As iniciativas contra a China, Irã e Venezuela inclusive renderam ao governo brasileiro críticas mesmo de presidentes com perfis ideológicos próximos (CASTRO, 2019). Nesse sentido há um particular a se considerar antes de encerrar essa seção.

Mesmo durante a pandemia, em que os olhos do mundo tentaram convergir alternativas para a superação das mazelas do vírus, o presidente persistiu em sua

³ Parte desse fascínio está presente nos discursos do próprio presidente e sua família, até então com grande influência e ingerência na gestão presidencial. Outra parte entre alucinação e fascínio pode-se encontrar nos discursos do seu Ministro das Relações Exteriores. Foi-nos útil o material disponível no site da FUNDAG, bem como nos discursos do presidente nos fóruns internacionais.

política externa belicosa, causando constrangimentos nas relações diplomáticas com China e Índia⁴.

Além dos Estados Unidos de Trump⁵, o governo Bolsonaro tentou se inserir a uma agenda internacional conservadora com o húngaro Viktor Orbán e o israelense Benjamin Netanyahu, sem sucesso. Assim como não consegue nem mesmo aproximação com os governos conservadores de Iván Duque (Colômbia), Sebastian Piñera (Chile) e Lacalle Pou (Uruguai), principalmente por seu perfil negacionista, autocrata e militarista.

Agendas críticas: meio ambiente e direitos humanos

É certo que a pandemia do SARS COVID-19 reconfigurará a agenda internacional. Entretanto, no que diz respeito às agendas e acordos internacionais a política externa para o meio ambiente e os direitos humanos sob o governo Bolsonaro se apresentam de forma crítica.

A posição agonizante do populismo de direita de Bolsonaro acanha e prejudica os acordos comerciais de livre comércio entre MERCOSUL e União Europeia, então proposto em 2019, principalmente por conta das posições brasileiras diante dos temas do meio ambiente e direitos humanos.

O embaraço diante das queimadas no Pantanal, desmatamento e queimadas na Amazônia e o óleo derramado em praticamente todo o litoral brasileiro foram tema de debate nas cortes e tribunais internacionais, fóruns globais e reuniões de cúpula do G5 e Fórum Econômico de Davos e Fórum Social Mundial. Tudo isso foi tratado com sarcasmo e descaso pelo governo, não repercutindo em nenhuma medida contundente em favor do meio ambiente.

Pelo contrário, ao longo de todo o ano de 2019 e 2020, segundo o dossiê elaborado pela Associação Nacional de Servidores do Meio Ambiente (2020), o governo Bolsonaro operou em três frentes: desmonte do sistema de proteção e preservação, ampliação de áreas de desmatamento e liberação de terras nacionais

⁴ Parte desses constrangimentos foi amplamente divulgado na reunião ministerial de 24 de abril de 2020. Entretanto ao longo de todo o ano de 2019 o presidente e seu ministério propalaram uma série de discursos falaciosos, maculando a imagem internacional a partir de sua construção ideológica ultradireitista e... alucinada. Um dos resultados objetivos foi a dificuldade em negociações empresariais com a China e mais recentemente na questão das vacinas com a mesma China e com a Índia.

⁵ A vitória de Biden e Harris nos EUA em 2021 abrem um novo capítulo dessa diplomacia de pessoas. Isso porque o Brasil esteve ladeado a Trump nos últimos anos e foi o último Estado a confirmar/parabenizar o novo presidente norte-americano por sua vitória eleitoral.

para exploração e plantio de pasto, e por último a flexibilização da legislação ambiental (ASCEMA, 2020).

Não há como realizar uma agenda diplomática onde a política externa caminha contra todos os acordos internacionais e contra o próprio Estado.

O relatório/dossiê é extenso e alcança as ações de Bolsonaro ainda deputado. A preocupação crucial do documento é anotar o desmonte do sistema, mas demonstra as medidas realizadas pelo governo que, sem escuta ou diálogo, fragiliza o Brasil no cenário regional e mundial.

Do mesmo modo a política de direitos humanos passou a criminalizar as populações continentais, os povos originários e, em um particular do mesmo modo grave, as mulheres.

Enquanto o continente, particularmente Bolívia, Equador, Argentina e Uruguai, caminham para o reconhecimento das terras dos povos originários e na ampliação dos Estados e seus aparatos para incorporar direitos sociais que garantam equidade entre as nações, povos e grupos sociais, o governo brasileiro tem pautado internamente e externamente a contramão dos Direitos Humanos.

Enquanto mundialmente o governo comemorou o holocausto, regionalmente passou a realizar odes ao período militar nos governos latino-americanos, causando desgaste entre países cuja relação já é tênue, como o Chile e o Peru.

Recentemente um grupo internacional de direitos humanos o *Human Rights Watch* (HRW) denunciou o governo Bolsonaro por realizar mudanças “secretas” na política nacional de direitos humanos com debates fechados no governo, sem a participação da sociedade ou dos conselhos nacionais, a maioria já desarticulados ao longo das gestões Temer e do próprio Bolsonaro⁶.

A oferta governamental é a ampliação do porte de armas e a militarização da sociedade e do Estado ampliando sobremaneira a atuação das forças armadas na gestão do Estado, inclusive de setores estratégicos aos direitos humanos. O espaço reservado aos direitos humanos em plano regional nos documentos do governo se resume a

[...] O Brasil participa ativamente dos trabalhos da Organização dos Estados Americanos, e particularmente do Sistema Interamericano de Direitos

⁶ O assunto foi noticiado internacionalmente, apesar de pouca repercussão do Brasil cujo foco da sociedade tem sido a garantia da sobrevivência (UOL, 2021).

Humanos. A participação no sistema propiciou avanços no tratamento de questões críticas em áreas como segurança pública, combate ao racismo e ao trabalho escravo, melhoria das condições carcerárias e prevenção da violência contra mulheres. No MERCOSUL, os principais foros dedicados a esse tema são a Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos (RAADH) e a Reunião de Autoridades sobre Povos Indígenas (RAPIM). A RAADH realizou em junho de 2020 sua XXXV reunião, e conta com a participação das chancelarias e dos órgãos de governo responsáveis por direitos humanos [...] (MRE, 2020, não paginado).

Diante dessas dimensões, os demais países latino-americanos têm adotado uma posição de ceticismo, mesmo aqueles governos conservadores e de perfis ideológicos da chamada ultradireita.

Implicações de performance e implicações fáticas

Evidente que as relações entre as nações latino-americanas passam, desde já, por transformações como produto da desdemocratização e ampliação das desigualdades em ritmo e escala acelerados. Governos fecham espaços decisórios e prescindem da opinião e participação da sociedade, assim como demonstram pouco ou nenhum interesse nos procedimentos democráticos.

A maioria dos analistas em Ciência Política avaliava que ao final de 2018, teríamos uma articulação da direita sul-americana formando uma coalizão tendo à frente o chileno Sebastián Piñera, o argentino Mauricio Macri, Iván Duque da Colômbia e o brasileiro Jair Bolsonaro, todos mandatários em seus países. Essa perspectiva era tomada a partir do esvaziamento dos diversos espaços multilaterais e organismos de integração, como a União das nações Latino-americanas (UNASUL), face o fortalecimento do Grupo de Lima e da própria criação do Prosul, em 2019, de rarefeita atuação prática, mas todos dentro da ordem conservadora e neoliberal. Mesmo com esse cenário favorável aos governos de direita e extrema direita, o Brasil conseguiu se isolar. Ao externar uma política agonizante e casuística, o governo afasta não apenas investidores, como também parceiros políticos que resistem em aderir a pautas defendidas nos plenários multilaterais pelo Brasil. A questão é de cálculo fácil. A adesão às agendas internacionais brasileiras não tem sustentação política, nem mesmo por sua diplomacia oficial, cujo amadorismo e vacilação expõem o Estado brasileiro (CRUZ, 2019).

Quatro implicações são de cruciais para compreender essa performance política que isolou o Brasil no contexto regional.

Em primeiro, os conservadores se afastam do extremismo e de populismos de direita abertamente vinculados a agendas de difícil adesão internacional e com tensão diante da opinião pública. A performance de Bolsonaro, que tem como abre alas a sua postura negacionista diante de qualquer conhecimento científico, histórico e decorrente do falseamento da realidade, mormente diante da pandemia, o isola no continente. Os governos preferem realizar suas articulações com a comunidade europeia ou Estados Unidos, sem o Brasil. Mesmo com a China, com articulações abertas a partir da política externa do governo Lula, negocia diretamente com Argentina, Chile e Colômbia, em articulações que inclusive fragilizam os acordos regionais.

Outro elemento é que as derrotas eleitorais dessa direita recém-renascida no continente latino-americano refletem problemas internos e dificuldade de manutenção do modelo, paralisando as agendas externas. Ainda não se pode afirmar que a onda conservadora está em colapso. Mas, se não está, certamente apresenta fissuras e resistências dos movimentos sociais e de suas elites. A vitória eleitoral legislativa e consolidação de Maduro afastaram e dividiram a direita venezuelana, antes aglutinada em torno de Juan Guaidó. A perda de espaço na mídia internacional reduziu Guaidó nacionalmente. Do mesmo modo, as eleições argentinas fizeram retornar ao governo o peronismo agora com Alberto Fernandez e a ex-presidenta Cristina Kirchner. Nunca é demais anotar que o presidente brasileiro promoveu o embaraço diplomático de não cumprimentar seu vizinho e mais importante parceiro comercial no continente. Paraguai também está em ebulição com movimentos de rua exigindo mudanças no governo e cobrando sua renúncia diante da inapetência no trato com a COVID-19. A Bolívia também reparou eleitoralmente o Movimento ao Socialismo (MAS), do ex-presidente Evo Morales, elegendo Luis Arce, do mesmo partido e ex-ministro na gestão Morales. Ao destituir e romper a ordem eleitoral o parlamento abriu uma grave crise institucional, que poderia ter colapsado o país em novos conflitos civis. Por último, Chile, de Sebastián Piñera, está pressionado por um amplo movimento de massas, sobretudo de professores e estudantes, resultando em uma nova Constituição em substituição à Carta promulgada pelo ditador Augusto Pinochet, em 1980. E os protestos agora se ampliam exigindo a renúncia do presidente.

A expectativa de integração sob o controle da direita parece naufragar sem nem mesmo sair do cais. Os rumos iniciais com a criação do PROSUL, não passam de iniciativas neoliberalizantes sem efeito prático. O objetivo dessa iniciativa tomada pelo Chile era substituir a UNASUL, fortemente marcada pelo bolivarianismo de Chaves e o

lulismo, incluindo ainda governos de Cuba e Venezuela. Fora os discursos desastrosos do chanceler brasileiro, nenhuma ação prática aglutinou o grupo.

O presidente uruguaio eleito Lacalle Pou, desde a disputa eleitoral, se afastou do governo brasileiro, declarando não pertencer ao mesmo modelo bolsonarista (FOLHA DE S. PAULO, 2019).

Por último, não parece interessar a direita da vizinhança brasileira a agenda armamentista e genocida em terras nacionais. A ojeriza popular aos regimes ditatoriais afasta Piñera de Bolsonaro. Em visita ao Chile, em 2019, este exaltou a ditadura e chegou a atacar o pai da ex-presidente Michelle Bachelet, que foi torturado e morto naquele período. Piñera garantiu não compactuar com essas declarações e considerando a performance e discurso de Bolsonaro “tremendamente infelizes” (COLOMBO, 2019).

O mesmo acontece com Iván Duque na Colômbia. A proposição de união para enfrentar os incêndios na Amazônia foi rechaçada, afastando em definitivo os governos. De modo que, ao que parece, o único artigo de interesse entre a direita latino-americana é a Venezuela.

Por último, mas já sinalizado, os Estados latino-americanos realizaram em diversas dimensões a desmilitarização dos governos, e realizaram amplas revisões sobre os passados ditatoriais. As alucinações militares que rondam as cabeças dos altos escalões das formas armadas brasileiras, do *staff* político de Bolsonaro, e dele próprio, não parecem estar entre as necessidades objetivas dos Estados-nação da vizinhança.

Considerações de percurso: uma agenda em aberto? Sobre etnografar em um tiroteio

Escrever em meio a conjunturas como essa é como etnografar em um tiroteio. O etnógrafo, buscando descrever os detalhes, as sutilezas e dar fundamento a observação do fenômeno, enfeixa e tenta olhar em todas as dimensões. Assim estamos em meio a essa enxurrada de informações desencontradas, discursos e práticas que fragmentam, senão esgarçam o tecido social, com ódio e armas para enfrentar os dilemas sociais coloca o observado político em uma situação de agonia.

Nunca coube tão bem a analogia do tiroteio. O governo Bolsonaro investe fortemente em uma agenda armamentista. Com muito mais ênfase e vigor do que no enfrentamento à Covid-19 e suas repercussões sistêmicas nas economias e nas

peessoas. O Brasil conta assustadoramente com quase 270 mil mortos enquanto concluimos esse texto. E ainda não há previsão de vacinação em massa, nem número concretos de vacinas disponíveis. Os hospitais encontram-se colapsados: falta oxigênio, leitos e equipe médica. O presidente insiste em apostar em cloroquina e ivermectina.

A política externa certamente não será a mesma depois dessa tormenta. Não que em outros períodos não fosse exigido seriedade e trato cuidadoso nas agendas diplomáticas. As questões ambientais e energéticas sempre tencionam os governos. Nesse momento o governo brasileiro fez questão de afugentar recursos e projetos de auxílio ao controle do desmatamento, sobretudo com a França e Alemanha, como também os investimentos em infraestrutura cuja China, Rússia e Índia vinham protagonizando na América do Sul o maior volume em recursos.

Uma pequena nota para o espelho social dessa postura do governo. Há uma base de sustentação da necropolítica estatal e governamental. Essa base está na sociedade, que se percebeu tomada por um conjunto de práticas e mecanismos simbólicos conservadores, xenófobos, racistas e armamentistas. Grupos sociais inteiros elogiam e “tuitam” a postura agressiva e ingerencial do presidente em sua antipolítica. Mais que isso: há um consentimento silencioso, aquiescente de setores da elite econômica que tem se locupletado desse modelo gerencial autofágico.

Por fim, há o setor mais frágil e empobrecido da sociedade que acompanhou o refrão, “o mito”, fez apologia à violência e se convenceu de que a esquerda liberal não conseguiria mais resolver suas questões econômicas, optando por uma agenda conservadora a partir do voto. Entretanto isso não se reduz aos espaços de miseráveis e nordestinos. Antes, pelo contrário, a massa votante em 2018 esteve justamente em áreas médias e ricas do país.

O quadro precariamente apresentado repercute nas relações com os países vizinhos que enfrentam dificuldades com os partidos da extrema direita, mas que conseguiram retomar as regras do jogo eleitoral, como é o caso da Argentina, Bolívia e Equador.

Essa agenda permanece em aberto. Os governos latino-americanos em geral estão, como no resto no mundo, lidando com cotidianos bastante difíceis. Entretanto o modelo político de ultradireita de alguns tem piorado as condições gerais da população. É o caso brasileiro.

Referências

- ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. O regionalismo do governo Lula e as percepções das elites sul-americanas, **Política Externa**. v. 18, n. 3, p. 15-32, 2010.
- ALMEIDA, Paulo Roberto. **Relações internacionais e política externa do Brasil**: a diplomacia brasileira no contexto da globalização. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 2012.
- AMORIM, Celso. **Conversas com Jovens Diplomatas**. São Paulo: Ed. Benvirá, 2011.
- ASCEMA. Associação Nacional de Servidores do Meio Ambiente. **Cronologia de um desastre anunciado**: ações do governo Bolsonaro para desmontar as políticas de meio ambiente no Brasil. 2020. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2020/09/Dossie_Meio-Ambiente_Governo-Bolsonaro_revisado_02-set-2020-1.pdf>. Acesso em: mai. 2021.
- BAUMANN, Renato. Brazilian External Sector so far in the 21st century. **Revista Brasileira de Política Internacional**, ano 53, edição especial, p. 33-53, 2010.
- CASTRO, Gabriel Sandino de. Teoria, discurso e prática da política externa do governo Bolsonaro: breves considerações. In: PIRES, Marcos Cordeiro; PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos. (Coords.). **Boletim de Conjuntura Política e Econômica**, p. 5-16, 2019. Disponível em: <<http://ieei.unesp.br/portal/wp-content/uploads/2019/12/Boletim2019.pdf>>. Acesso em: abr. 2020.
- COLOMBO, Sylvia. 'Frases de Bolsonaro sobre ditadura são infelizes', afirma Piñera. **Folha de S. Paulo**. 24 mar. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/03/frases-de-bolsonaro-sobre-ditadura-sao-infelizes-afirma-pinera.shtml>>. Acesso em: mai. 2021.
- CRUZ, Danilo Uzêda; GONZALEZ, Maria Victória Espiñeira. (Orgs.). **Democracia na América Latina**: democratização, tensões e aprendizados. Buenos Aires: CLACSO/Feira de Santana: Editora Zarte, 2018.
- CRUZ, Danilo Uzêda; GONZALEZ, Maria Victória Espiñeira; IAMAMOTO, Sue. (Orgs.). **Democracia na América Latina 2**: descolonização, territórios e horizontes. Feira de Santana: Editora Zarte/Argentina: CLACSO, 2019.
- CRUZ, Sebastião Carlos Velasco e. Interesse nacional e privatização da política externa brasileira. **Nexo Jornal**. 2019. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2019/07/07/O-in%C3%ADcio-dogoverno-Bolsonaro-visto-por-ientistaspol%C3%ADticos>>. Acesso em: mar. 2020.
- FOLHA DE S. PAULO. **Candidato de centro-direita à Presidência do Uruguai rejeita apoio de Bolsonaro**. 31 out. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/10/uruguai-convoca-embaxador-brasileiro-para-explicar-declaracao-de-bolsonaro.shtml>>. Acesso em: mai. 2021.
- GONÇALVES, Williams. Panorama da política externa no governo Lula da Silva. In: FREIXO, Adriano de. et al. **A política externa na era Lula**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.
- LIMA, Maria Regina Soares de; ALBUQUERQUE, Marianna. O estilo Bolsonaro de governar e a política externa. **Boletim OPSA**, n. 1, p. 15-21, 2019. Disponível em: <http://opsa.com.br/wpcontent/uploads/2017/01/Boletim_OPSA_2019_n1-jan-mar.pdf>. Acesso em: jan. 2020.

Geopolítica e Integração Regional na América Latina

Desdemocratizando o Brasil no contexto latino-americano: isolamento, subordinação e construção de uma agenda de extrema direita sob o Governo Bolsonaro

DOI: 10.23899/9786589284109.81

MENDES, José Sacchetta Ramos; MENEZES, Fábio Bensabath Bezerra de. Política migratória no Brasil de Jair Bolsonaro: “perigo estrangeiro” e retorno à ideologia de segurança nacional. **Cadernos do CEAS**. Salvador, n. 247, p. 302-32, 2019.

MENEZES, Roberto Goulart. Governo Bolsonaro: a busca de “relações carnis” com os Estados Unidos de Trump? **Boletim Lua Nova**. 2019. Disponível em: <<https://boletimluanova.org/governo-bolsonaro-a-busca-de-relacoes-carnais-com-os-estados-unidos-de-trump/>>. Acesso em: abr. 2020.

MRE. Ministério das Relações Exteriores. **Política externa para direitos humanos**. 2020. Disponível em: <<http://antigo.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/direitos-humanos-e-temas-sociais/3664-politica-externa-para-direitos-humanos>> Acesso em: mai. 2021.

NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à direita**: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

SANTOS, Boaventura de Souza.; MENESES, Maria. P. (Orgs.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

STUENKEL, Oliver. Como a política externa caótica de Bolsonaro preocupa o resto da América do Sul. **Revista Época**. 25 jun. 2019. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/artigo-como-politica-externa-caotica-de-bolsonaro-preocupa-resto-da-america-do-sul-23761853>>. Acesso em: mai. 2021.

UOL. **HRW reclama de "revisão secreta" de Bolsonaro sobre direitos humanos**. 15 fev. 2021. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/02/15/hrw-bolsonaro-direitos-humanos.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: mai. 2021.

As migrações latino-americanas para o Brasil no limiar do século XXI

Adriano Amaro de Sousa*

Introdução

As migrações transnacionais no espaço latino-americano, no início do século XXI, apresentam modificações balizadas pela reestruturação produtiva do capital, pelo 11 de setembro de 2001 que fecharam os mercados para os migrantes Sul, pela crise financeira de 2008 e pelo agravamento das desigualdades sociais na América Latina. O período da globalização impulsionou os sujeitos migrantes a saírem do seu território de origem para se dirigirem aos lugares de destinos pelas facilidades dos aspectos das transformações das novas formas de transportes/tecnologias e, também, pela intensificação dos fluxos de capitais no centro/semiperiferia do sistema-mundo. Nesse cenário, da virada do século XX para o século XXI, o Brasil está localizado na semiperiferia do sistema capitalista emergindo como um espaço luminoso para os imigrantes latino-americanos: trabalhadores, refugiados, indocumentados e apátridas.

Sobre o conceito de semiperiferia para interpretamos o país, iremos nos apoiar na ideia de sistema-mundo moderno de Immanuel Wallerstein, estruturado na divisão social do trabalho. A partir

[...] dos primórdios do capitalismo ocidental, os países ocupam uma função na ordem produtiva capitalista, sendo que os países centrais ocupam-se da produção de alto valor agregado, os periféricos fabricam bens de baixo valor e fornecem commodities e matérias-primas para a produção de alto valor dos países centrais e, por fim, os países da semiperiferia, ora comportam-se como centro para a periferia, ora como periferia para os Estados centrais, tendo um papel intermediário. Esse padrão de troca desigual cria uma relação de dependência entre os países periféricos e os do centro, acentuando essa diferença econômica e fazendo com que esses Estados periféricos se tornem dependentes de empréstimos e de ajuda financeira e humanitária dos países centrais (MARTINS, 2015, p. 2).

* Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP-FCT/Campus Presidente Prudente-SP). Professor da Faculdade de Tecnologia de São Paulo (FATEC/Itaquaquecetuba-SP). E professor da ETEC Albert Einstein (Casa Verde/São Paulo-SP).

E-mail: adramaro@yahoo.com.br

De modo geral, o presente capítulo visa apresentar as migrações latino-americanas no território brasileiro do século XXI, a partir da normatização e regulação das mobilidades laborais/humanitárias, voltadas para as garantias dos direitos humanos balizadas pelas declarações/acordos/leis internacionais e nacionais vigente no país. Para tanto, os aspectos teóricos metodológicos estão estruturados na literatura da ciência geográfica pelos conceitos de mobilidade em Sorre (1984) e de migração circulatória em Parise, Carvalho e Pereira (2020) e Baeninger (2012); de espaço geográfico em Santos (2014) e território em Raffestin (1993) e Saquet (2007), e; por fim, de normatização e regulação do território por Santos (2014) e Antas Júnior (2005). Ademais, o capítulo está dividido em duas partes, sendo que na primeira parte temos o levantamento teórico centralizado na tríade dos conceitos mobilidade-normatização-espaço geográfico, já na segunda parte analisamos o Brasil como destino dos migrantes latinos americanos pelas normas e regulações que garantem a migração Sul-Sul.

Mobilidade, normatização e espaço geográfico

A mobilidade espacial na geografia a partir da América Latina pode ter como referência Max Sorre (1984), que compreende a mobilidade para além dos objetos (transportes), tendo centralidade nos deslocamentos humanos (pessoas/sujeitos). Cabendo a este último, o termo rico em análises para trabalhar com os conceitos de nomadismo e de migração. O nomadismo marcou a primeira fase da ocupação e construção deste território, conforme Parise, Carvalho e Pereira (2020), pelos povos pré-colombianos há cerca de 15 mil anos atrás, fora balizado pelas migrações dos nativos/ancestrais, denominados, pelo homem branco, de indígenas.

Já os objetos na mobilidade geográfica são meios que favorecem a circulação e o povoamento da Terra (ocupação ou colonização¹) através dos oceanos e dos continentes. A empresa marítima colonizadora espanhola e portuguesa, entre 1492 a 1970², originou a segunda fase³ pelo domínio do migrante europeu na América Latina (PARISE; CARVALHO; PEREIRA, 2020), em detrimento do extermínio e (i) mobilidade

1 As características da colonização na América Latina: escravidão, monocultura, propriedade privada, processos de independência, ampliação das fronteiras agrícolas e industrialização tardia e subdesenvolvimento (PRADO JÚNIOR, 1973).

² A imigração europeia ultramar do século XIX ao XX trouxe para América Latina aproximadamente 21 milhões de pessoas da Espanha, Portugal, Itália, França e Alemanha até meados da década de 1970 (PARISE; CARVALHO; PEREIRA, 2020).

³ A migração em massa dentro do continente se acelerou entre 1950-70, por fatores econômicos e políticos dos governos militares, colocando 3 milhões de imigrantes latino-americanos interregionais (PARISE; CARVALHO; PEREIRA, 2020).

dos povos indígenas, implantando aqui os objetos de infraestrutura e de produção de forma gradual, sobretudo, para receber a economia capitalista na (semi)periferia do sistema-mundo. Diante desse quadro, Sorre (1984), desenvolveu uma teoria geográfica para as ciências sociais tendo como base o movimento/mobilidade no espaço.

O que a terra encerra? Evidentemente, o homem e suas obras. Existe uma geografia humana como existe uma geografia botânica e uma geografia zoológica. Para todas, a noção de domínio, de área e de extensão é essencial, pois são geografias, disciplina do espaço. Os gregos denominavam o ecúmeno à área de extensão do homem. Estas palavras abarcam dois elementos associados: a ideia de um espaço terrestre com limites e a ideia de ocupação pelo homem, esta última implicando fixação, estabilidade. E nos deparamos pela primeira vez com o tema fundamental do arraigamento ao solo, da permanência (p. 126).

As ciências da natureza e as ciências do(s) homem(ns) pela demografia na América Latina conhecem os fenômenos da mobilidade e da permanência, sejam pelas explicações históricas ou pelas explicações ecológicas, abarcando o movimento da vida humana ou animal/vegetal. Ambas têm abordagens no espaço geográfico, sendo o homem o mais dotado de mobilidade. Porém, a análise geográfica, como nos propõe Sorre (1984), procura aproximar sociedade e natureza, tendendo mais para a geografia humana com o conceito de permanência quando ocorre o equilíbrio/estabilidade entre *habitat* e recurso. Assim, “o estudo dos vínculos entre homem e meio – as ações, relações, interações – explica o fenômeno do arraigamento” (SORRE, 1984, p. 127). Sendo o ecúmeno a expressão de apropriação e de solo habitável, transformada pela ação do homem se configurando em espaço geográfico, dando possibilidades de des-re-territorialização⁴ aos migrantes, em especial dos latinos americanos no território brasileiro.

Para compreender o território é essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta e abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço (RAFFESTIN, 1993).

⁴ Chama a atenção com a globalização para o processo de desterritorialização (econômico) e reterritorialização (político-cultural) de grupos sociais e empresas na escala mundial/local, sob um ritmo frenético de criação e destruição de territórios, fazendo emergir a multiterritorialidade dos fenômenos do espaço geográfico. Essa tal destruição do território estabelece o deslocamento de pessoas na modernidade pela des-re-territorialização. Para Haesbaert (2004), a reterritorialização corresponde a formação de novos territórios com uma nova apropriação política e simbólica do espaço por meio de redes.

A noção de mobilidade espacial a partir do território-rede-técnica⁵ na América Latina tem relevo na produção do espaço geográfico em Santos (2014) na escala global/local. Esse espaço geográfico aconteceu por intermédio das relações sociais, da natureza, da artificialidade e do conhecimento devido ao tempo-histórico e das coexistências pela análise da totalidade do espaço. Entre 1980 a 2000, visualizamos a terceira fase da migração internacional no espaço latino-americano pela mobilidade forçada atrelada pelas grandes obras e pela crise ambiental (PARISE; CARVALHO; PEREIRA, 2020).

De modo sintético Santos (2014) compreende que “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não consideramos isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá” (p. 50). As ações estão associadas ao processo social que materializam produtos, do outro lado, os objetos são as representações das coisas, sendo ambas em constante transformação. Tais sistemas se apresentam no território usado, sendo sinônimo de espaço geográfico, tendo o conteúdo de cunho técnico e social para apreender as formas espaciais dos objetos e das ações (movimentos/mobilidades) pelo meio técnico-científico-informacional⁶, por uma configuração territorial racionalizada e normatizada.

Nesse contexto, o período da globalização intensificou as desigualdades sociais na América Latina ocasionada pela economia liberal, eclodindo um número significativo de migrante que saiu do seu lugar de origem (Cone-Sul, Antilhas, Amazônia, Caribe, Andes e entre outras) de modo forçado para procurar melhores oportunidades de vida, fugindo das perseguições políticas/religiosas e/ou por questões humanitárias/ambientais. Mas, essa economia neoliberal não promove condições de vida nem no lugar de origem e nem no lugar de destino, fazendo o migrante latino-americano ter uma mobilidade circulatória, não criando raízes em

⁵ Entendemos que a rede está no território sendo a base da fluidez espacial e, sobretudo, essa técnica tem seu acúmulo de conhecimento, convergindo ao conceito difundido de meio técnico-científico-informacional. A idade dos objetos técnicos mostra a sua contribuição para a sociedade do movimento pela sua longevidade, distribuição, funcionamento, controle e regulação. Com isso, temos três momentos da técnica na produção e na vida, a partir de Santos (2014): a) pré-mecânico, estrutura a circulação na rede de pequenas cidades com consumo limitado e poucos itens trocados; b) mecânica intermediário, o consumo se amplia moderado e o Estado controla indiretamente o mercado mundial; e, c) fase atual, predomínio do período técnico-científico-informacional pelas redes técnicas e objetos que conecta a economia mundial. Contudo, ao nosso ver, a evolução espaço-temporal do movimento da técnica demonstra as relações sociais que estruturaram os fluxos pela rede e que dela se sustenta(m) e depende(m), transformando o território pelo modo de produção vigente (tecnificado e normatizado).

⁶ O meio técnico-científico-informacional emergiu em meados da década de 1970, tendo centralidade na junção da ciência com a técnica, dando ênfase para a relevância da informação que adquire um papel primordial na lógica de acumulação e reprodução ampliada do capital (SANTOS, 2014).

nenhum território⁷ (país/município), realizando pequenos serviços em várias localidades (PARISE; CARVALHO; PEREIRA, 2020). Segundo Baeninger (2012), a migração circulatória se apresenta como fenômeno característico da atual fase do desenvolvimento capitalista, a rotatividade define-se pela coexistência da imigração e emigração enquanto partes de um mesmo processo de mudança social.

Na contemporaneidade a migração Sul-Sul tem no território da América Latina um espaço geográfico normatizado, em especial no Brasil pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Migração de 2017, que nos faz “considerar também o território como norma, isto é, de compreender que parte do direito é constituída pelo espaço geográfico, assim como parte da geografia é constituída por normas jurídicas e não-jurídicas” (ANTAS JÚNIOR, 2005, p. 33). É neste contexto de espaço normatizado e de migração circulatória que visualizamos o Brasil como uma semiperiferia, que atrai os latinos americanos como um destino final e/ou como um lugar de passagem para outras rotas Sul-Norte, sendo muitas vezes a rota Sul-Sul uma condição possível, mas não desejável inicialmente.

Brasil como destino dos migrantes latino-americanos: regulação e território

O território brasileiro passou a receber o fluxo de migrações latino-americanas nos anos 1970, sobretudo, pelo CONE-SUL com a entrada de argentinos para a produção agrícola da soja. E, também, de uruguaios e de paraguaios que, paulatinamente, adentrariam no país, vislumbrando as possibilidades de trabalho e de novas oportunidades (PÓVOA-NETO, 2017). A partir dos 1990, a crise do fordismo atrelada à reestruturação produtiva⁸, de fato, impactou as regiões (semi)periféricas,

⁷ “Em outras palavras, o território significa heterogeneidade e traços comuns; apropriação e dominação historicamente condicionadas; é produto e condição histórica e trans-escalar; com múltiplas variações, determinações, relações e unidade. É espaço de moradia, de produção, de serviços, de mobilidade, de des-organização, de arte, de sonhos, enfim, de vida (objetiva e subjetivamente). O território é processual e relacional, (i)material, com diversidade e unidade, concomitantemente” (SAQUET, 2007, p. 83).

⁸ A reestruturação produtiva a *grosso modo*, são novas formas de pensar a organização do processo produtivo, da gestão e da organização do trabalho. E, também, são novas formas de relações de trabalho e de novos produtos. Essa reconfiguração no capitalismo moderno se apresentou com a crise do fordismo associadas com outras crises cíclicas de acumulação do capitalismo, fazendo necessário às transformações tecnológicas, a redução nos custos de produção e os novos padrões de competitividades. Tal fase aconteceu no período da globalização dentro do que o Harvey (1993) chamou de acumulação flexível e do que Lipietz e Leborgne (1988) denominaram de pós-fordismo. Nos anos 1990, Antunes (1999) ressaltou que a reestruturação produtiva no Brasil (América Latina) ganhou relevo com as políticas neoliberais e com a abertura econômica, tendo conseqüências significativas para a “classe-que-vive-do-trabalho”, ocasionando precarização do trabalho e desemprego. É nesse contexto

em especial as latino-americanas com o desemprego e com a emigração laboral para os países vizinhos, sendo o Brasil o lugar de destino possível deles.

Para Jesus (2020), inicialmente, as migrações recentes têm abandonado a ideia de uma ruptura permanente com a terra natal e da reconstrução completa da vida no local de destino que caracterizou as migrações dos séculos XIX e XX. Com muita frequência, relações sociais entre migrantes e não migrantes, especialmente familiares e amigos, são tecidas para além dos limites territoriais que formam os Estados-Nações. Nesses contextos, as redes de relações sociais no século XXI adquirem dimensões transnacionais e permitem que os contatos sejam mantidos à distância. Logo, verificamos que dentro de uma lógica de mobilidade circulatória alguns migrantes não criaram raízes/territorializações no lugar de destino, porque as condições de trabalho ofertadas eram precárias e temporárias, isto é, quando se encontrará trabalho.

De lá para cá, segundo Baeninger (2012), a migração intra-regional latino-americana para o Brasil esteve balizada nos migrantes argentinos, chilenos, paraguaios, uruguaios e bolivianos – a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE (2000). Na entrada para o século XXI, não vieram para o Brasil somente os latino-americanos, tivemos também a presença dos asiáticos (coreanos e chineses) e dos africanos (angolanos, nigerianos, senegaleses, congoleses, etc.). Diante desse quadro, o Brasil passou a ser um espaço luminoso e um território de oportunidades para esses grupos de migrantes, sendo necessário normatizar o território em busca de regulamentação via estatutos e leis sobre as migrações recentes.

Para Póvoa-Neto (2017), o *Estatuto do Estrangeiro* buscou regulamentar em 1980, de forma legal, as autorizações de trabalho e permanência dos migrantes no país, nele chegou a reconhecer-se o trabalhador fronteiriço que transita nas cidades-gêmeas entre Brasil-Paraguai, Brasil-Uruguai e Brasil-Colômbia. Os fluxos globais de migrantes laborais em direção ao Sul-Sul era de 32%, tecnicamente empatado com a mobilidade Sul-Norte de 33%, sendo que o deslocamento Sul-Sul desafiava os governos e as instituições locais/globais da (semi)periferia, urgindo, assim, novas políticas migratórias para recepcionarem/acolherem/protegerem os latino-americanos e africanos⁹ (BANCO MUNDIAL, 2006). A última fase das migrações latino-

de política econômica que o Brasil passou a receber um contingente de migrantes latino-americanos de forma mais significativa.

⁹ Para Baeninger (2012), a entrada crescente de africanos no Brasil tem relação com as restrições das políticas de emigração na Europa devido à crise econômica, permeada pelas medidas de segurança no combate contra o terrorismo mundial. E, também, pela existência de grandes oportunidades abertas

americanas recente para o Brasil, para Parise, Carvalho e Pereira (2020) se deu a partir de 2006 até dos dias atuais, pela entrada em massa de refugiados políticos e migrantes de causas humanitárias/ ambientais.

Em 2009, na América Latina aconteceu o Acordo de Residência do Mercosul e Associados, dando livre trânsito para a população do bloco, pois a entrada no país se deu mediante ao documento do registro de identidade, não precisando de visto de turista-trabalho-estudante para residir¹⁰ no Brasil. No entanto, o Congresso Nacional brasileiro aprovou a nova Lei de Migração em 2017 no governo Temer, nela incorporou reivindicações históricas dos movimentos sociais de defesa dos imigrantes e das associações estrangeiras, via acesso da assistência social e a justiça gratuita, inviabilizando a deportação imediata dos migrantes pela Polícia Federal (PÓVOA-NETO, 2017).

De modo geral, a normatização da migração Sul-Sul no território brasileiro pelos sujeitos latino-americanos tem como garantia internacional a *Declaração de Nova York para Migrantes e Refugiados* pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em 2016, que orienta as migrações transnacionais dos deslocamentos econômicos, forçados e voluntário. Já a *Declaração de Cartagena* coloca a América Latina em destaque para o acolhimento dos refugiados no mundo. E, posteriormente, o *Pacto Global para as Migrações Segura, Ordenada e Regular*, de 2018, deve considerar as diversas modalidades de movimentos migratórios, incluindo o refugiado, a mobilidade estudantil, a migração qualificada e não qualificada, a migração de fronteira e outros diferentes deslocamentos internacionais de populações entre países. Ademais, o direito de migrar leva em consideração as necessidades de estratégias para criações e políticas sociais para proteger os mais vulneráveis, como: as crianças, os idosos, as questões de gênero, as populações LGBTI e os grupos tradicionais (indígenas). Essa migração Sul-Sul apresenta novos rostos pelos mais vulneráveis das migrantes laborais, pelos refugiados¹¹, pelos indocumentados e pelos apátridas (RAMOS; VEDOVATO; BAENINGER, 2020).

nos países do Sul inseridas, em parte, na lógica do incremento da Cooperação Sul-Sul entre os Estados-nação, propiciando um grande fluxo de pessoas entre as cidades e regiões do hemisfério sul.

¹⁰ Os mecanismos concedem aos cidadãos do MERCOSUL o direito de obter a residência legal no território de outro Estado Parte. Atualmente, encontram-se em vigência para a Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Chile, Peru, Colômbia e Equador (MERCOSUL, 2018).

¹¹ No âmbito dessas migrações forçadas, as orientações do ACNUR diferenciam os deslocados internos (aqueles que tiveram de deixar seus locais de origem de forma compulsória, mas que não chegaram a sair do país) e dos refugiados (os que de fato cruzaram as fronteiras nacionais). Neste último caso, convenções internacionais asseguram uma proteção jurídica específica, por meio da qual se proíbe a deportação do migrante, sob pena de sanções caso o país de deportação seja signatário do acordo. No

A crise econômica global, iniciada em 2008 (crise americana e europeia), desencadeou mudanças nas rotas migratórias, atingindo, de início com mais força, os países pobres, gerando altos índices de desemprego e forçando essa população local a se deslocar/migrar. Já os países ricos mesmo mergulhados em recessão, continuaram sendo os destinos preferidos dos migrantes pobres à procura de novas oportunidades no centro do sistema capitalista. Logo os países ricos colocaram barreiras físicas (muros) e estabeleceram políticas migratórias mais restritivas para não receber os pobres do Sul.

No século XXI, com a globalização e as intensificações das novas tecnologias podemos considerar que as migrações transnacionais apresentaram um rápido crescimento, em razão dos transportes e redes das comunicações, que modificaram a vida e o trabalho de milhões de pessoas fora do seu lugar nativo. Essas transformações podem ser mensuradas pelos dados da Organização Internacional para as Migrações (OIM), que revelam que no ano 2000 o número de migrantes internacionais era cerca de 170 milhões, em 2010 passou a ser 220 milhões, alcançando o recorde de 273 milhões em 2019. Isso significa que, atualmente, aproximadamente 3,5% da população mundial residem fora de seus países de nascimento (OIM, 2019).

O número de estrangeiros que emigrou para o Brasil foi significativo, sendo que o pedido de entrada de refúgio cresceu 50% em 2018 que, por sua vez, triplicou em 2019 de acordo com o Ministério da Justiça (PARISE; CARVALHO; PEREIRA, 2020). Esse crescimento se deu pela imagem favorável que o país tem no exterior e, também, pela posição de semiperifeira no sistema mundo, atraindo migrantes de regiões de guerra e de conflitos humanitários/ambientais, logo, o país se tornou uma rota de interesse dos refugiados. O Brasil é visto pelos migrantes no mundo, em especial para os latino-americanos, como um lugar de acolhimento¹² e de boa aposta para melhores condições de vida, já que a União Europeia e os EUA estão endurecendo as restrições aos migrantes.

Tradicionalmente o Brasil sempre foi um país de imigrantes pelas características da sua formação da matriz étnica. Mas, agora com a imigração recente de países africanos¹³, latino-americanos e asiáticos¹⁴ pode ser que, aos poucos, altere o

Brasil, o reconhecimento da condição de refugiado foi legalmente definido pela Lei 9.474, de 1997, legislação considerada referência mundial na proteção dos direitos dos refugiados (DOMINGUEZ; BAENINGER, 2006).

¹² Ledo engano, uma boa parte da população brasileira é racista e xenofóbica não assumida, tem uma visão colonialista e desdenha tudo o que representa o índio e o negro, que é a base da formação étnica dos latino-americanos, juntamente, com o imigrante branco europeu.

¹³ “Verifica-se que em 2000 o número de imigrantes africanos no Brasil ainda era modesto. Havia aproximadamente 10.570 imigrantes africanos. Já em 2005 e 2010, esse número de imigrantes africanos

perfil demográfico com essa nova formação social com os migrantes trabalhadores e refugiados do Sul-Sul. É válido ressaltar que nessa migração Sul-Sul para os migrantes latinos, tem uma participação forçada dos povos tradicionais que são expulsos de seus territórios de origem, com destaque para as populações indígena e a negra, que são camufladas pelos trabalhadores informais, refugiados e migrantes de causas humanitárias/ambientais. Segundo o Banco Mundial (2013), pela revista *Atualidades* (2018) a migração internacional na escala global é orientada pela primeira vez pela migração Sul-Sul em 36%, a migração Sul-Norte 35%, a migração Norte-Norte 23% e a migração Norte-Sul 6%.

O mais recente episódio de entrada de imigrantes para o Brasil pela fronteira do país com a Bolívia, Peru e Equador é dos migrantes haitianos. A rota migratória é balizada por coités que passam esses migrantes pela Pan-Amazônia a pé chegando à cidade fronteiriça de Brasiléia, no Acre. De modo geral, o Haiti é o país mais pobre das Américas, foi assolado por um terremoto que devastou o lugar e, a partir de 2010, o Brasil passou liderar a missão militar da ONU nesse país para garantir a segurança e paz. Logo, todo o haitiano que chegar ao território brasileiro é considerado imigrante refugiado ambiental e acolhido pelas redes de relações diplomáticas entre Brasil-Haiti.

Mas, antes da vinda dos haitianos, no limiar do século XX e do século XXI, a maior presença latino-americana era a dos migrantes bolivianos que vieram para São Paulo trabalhar em confecções de roupa, se espalhando para todo território nacional.

De acordo com os dados do Sincre OBmigra entre os anos de 2010 e 2014, o Brasil regularizou 211.688 imigrantes oriundos de países latino-americanos e caribenhos, com destaque para os bolivianos que no ano de 2011 representaram cerca de 41% do total de imigrantes latino-americanos e caribenhos para o Brasil. Vale ressaltar que, no total do período (2010-2014), 26% eram bolivianos. Na sequência, observa-se um significativo número de argentinos, haitianos e colombianos. Em relação aos argentinos, eles demonstram uma pequena queda, porém mantiveram-se como o segundo grupo mais numeroso. Chama a atenção o caso dos haitianos, que tem um

aumentou para 11.092 e 12.709, respectivamente. Mas, foi a partir de 2010 que esse número de imigrantes ocorreu de maneira acentuada. Verificou-se em 2015, que havia 18.272 imigrantes africanos, o que correspondeu um aumento de aproximadamente 5 mil imigrantes, comparando com o ano de 2010. Já em 2019, o número de imigrantes cresceu para 29.268, ou seja, um incremento de aproximadamente 10 mil contrapondo o ano de 2015” (SENA, 2021, p. 67-68).

¹⁴ O grupo de asiático que se destaca no Brasil são os chineses. Eles, também, são mais numerosos no pedido de solicitação de refúgio no país, forma 216 pedidos entre janeiro-junho de 2020. Na Casa Missão Paz, de abril a junho de 2020, mesmo no período de covid-19, passaram na triagem e foram acolhidas famílias de migrantes asiáticos de Bangladesh, de Filipinas e da Tailândia (PARISE; CARVALHO; PEREIRA, 2020).

crescimento expressivo a partir de 2011, chegando a dobrar nos dois últimos anos analisados e a aumentar mais de dezoito vezes no período 2010-2014. Por fim, é de se notar o aumento da imigração colombiana, chegando a mais que dobrar nos anos de 2012 e 2013 (MEDEIROS, et al., 2019, p. 92).

Posteriormente, cerca de 52 mil venezuelanos entre 2017-2018 entraram no país, a maioria pela fronteira de Roraima chegando a pé até a cidade Pacaraima/RR. Vivemos a sociedade da informação/tecnologia pela mobilidade advindas das redes aéreas/rodoviárias, mas a pobreza na Venezuela expulsa a população, que vem numa marcha para o Brasil. Eles fogem da grave crise política e econômica que assola o seu país. Concentram-se, em Boa Vista, sobrecarregando a infraestrutura da cidade, eles vivem em situação de rua ou em acampamentos improvisados e sem oportunidades (ATUALIDADES, 2018). Hoje, já estão espalhados em todo o território, em especial nas capitais, como: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre.

O exemplo desses dois grupos de migrantes latino-americanos (haitianos e venezuelanos) se deu pela presença significativa no país, estes são os principais solicitantes de refúgio, fazem isso porque em ambos os países estão passando por uma grave e profunda crise política e humanitária/ambiental. Para Parise, Carvalho e Pereira (2020), os principais solicitantes de refúgio no Brasil pela CONARE, no primeiro semestre de 2020, foram: venezuelanos (10.492), haitianos (6.008), cubanos (862), chineses (216) e senegaleses. A entrada em massa da corrente migratória haitiana aconteceu no período auge da economia no governo do Partido dos Trabalhadores (PT), motivada também pela Copa do Mundo no Brasil, de 2014, e as Olimpíadas, de 2016, que geravam expectativas de trabalho e permanência no país, que foi frustrada pelo Golpe do Governo Dilma em 2016 e as crises econômicas (PETROBRÁS, JBS, etc) e políticas (combate a corrupção – Lava Jato).

Nessa perspectiva, o fluxo migratório venezuelano para Brasil ocorreu por volta de 2017, após o Golpe do Governo Dilma, em especial pela crise política-econômica-humanitária da Venezuela causada pelo cenário do governo autoritário de Nicolás Maduro ligado ao Partido Comunista da Venezuela, que deixou a população sem emprego e recursos básicos para a sobrevivência, fazendo milhares de venezuelanos deixarem sua terra natal à procura de melhores condições de vida e de trabalho, muitos deles vieram a pé para o Brasil em plena sociedade da tecnologia, já outros venezuelanos foram para a Colômbia e Equador (ATUALIDADES, 2018).

Assim, após o Golpe de 2016 e o avanço da direita no mundo aumentou a aversão ao imigrante (pobre: indígena e afrodescendente) no país. Logo o venezuelano fora discriminado por ser considerado pelo “povo” brasileiro de “comunista”, devido à

caótica política de Maduro. Já o migrante haitiano era confundido com o migrante africano e todo o ódio aos negros, também fora lançado sobre ele, sofrendo racismo no Brasil. A discriminação social e o racismo presentes se originaram pelo pré-julgamento das características físicas (negro, indígena, latino) dos migrantes, que tem centralidade numa “suposta” ideologia (comunista/terrorista/religiosa) introduzida por uma direita eugenista/fascista, que visualiza o corpo do migrante como um perigo para a soberania do país.

Com esses novos discursos de soberania nacional e de globalização fez emergir o medo/aversão ao imigrante, pela direita conservadora, no mundo de fluidez em que o nacional não acolhe o estrangeiro operando mecanismos de rejeição/violência pela prática social da xenofobia¹⁵, construindo barreiras-limites-muros dentro de uma política migratória restritiva. Tal ideologia ganhou força na atualidade, quando o presidente Donald Trump com o apoio do Congresso Americano, passou a restringir a entrada dos migrantes via política de deportação e violência na fronteira com o México, além do encarceramento e separação das famílias migrantes e das crianças na prisão (BBC NEWS, 2018), sendo totalmente contra os direitos humanos na contramão da *Declaração de Nova York para Migrantes e Refugiados* pela Assembleia Geral das Nações Unidas, de 2016 e do *Pacto Global para as Migrações Segura, Ordenada e Regular*, de 2018.

Ademais, o governo brasileiro personificado no presidente Jair Bolsonaro, eleito em 2019, também, tem o discurso contra o imigrante laboral pobre, em especial os venezuelanos e os haitianos, dificultando a solicitação de refúgio e promovendo a deportação na fronteira norte (MELLO, 2021; FOLHA WEB, 2021; RODRIGUES, 2021), não cumprindo de forma adequada a normatização/regulação balizada nas declarações internacionais sobre migrações/refugiados e com a Lei de Migração nacional, de 2017. Também, no Brasil foi dado ao imigrante o trabalho informal e precário que, muitas vezes, não atendia dignidade humana e, portanto, os migrantes não são bem tratados no mercado de trabalho¹⁶ com seus direitos renegados. Em

¹⁵ “A palavra xenofobia vem do grego, da articulação das palavras xénos [ξένος] (estranho, estrangeiro) e phobos [φόβος] (medo), significando, portanto, o medo, a rejeição, a recusa, a antipatia e a profunda aversão ao estrangeiro. Ela implica uma desconfiança e um preconceito em relação às pessoas estranhas ao território, ao meio, à cultura a que pertence aquele que julga, que observa, que se considera como estando em seu lugar. A xenofobia implica uma delimitação espacial, uma territorialidade, uma comunidade, em que se estabelece um dentro e um fora, uma interioridade e uma exterioridade, tanto material quanto simbólica, tanto territorial quanto cultural, fazendo daquele que vem de fora desse território ou dessa cultura um estranho ao qual se recusa, se rejeita com maior ou menor intensidade” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2016, p. 9).

¹⁶ “A partir da Constituição Brasileira de 1988, o Brasil apresenta-se, ao menos teoricamente, como um país garantidor de direitos básicos inalienáveis tanto para os brasileiros, quanto para os estrangeiros.

suma, o discurso de ódio da elite brasileira contra o migrante não tem fundamento, conforme Póvoa-Neto (2017), o número de imigrante que chegou ao Brasil no século XXI era irrisório e não chega a 1% da população brasileira. Logo, aproximadamente cerca de 0,6% de estrangeiros no país não tem a capacidade de “tomar/roubar” o emprego dos brasileiros, até porque o capitalismo não usa o imigrante para o trabalho formal, mas para o trabalho informal-precário-temporário, para de fato dificultar o enraizamento/territorialização/permanência no centro/semiperiferia do sistema-mundo.

Referências

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **Xenofobia**: medo e rejeição ao estrangeiro. São Paulo: Editora Cortez, 2016.

ANTAS JÚNIOR, Ricardo Mendes. **Território e regulação**: espaço geográfico como fonte material e não-formal do direito. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 3. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

BAENINGER, Rosana. **Fases e faces da migração em São Paulo**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-NEPO/UNICAMP, 2012.

BBC NEWS. Como são as 'jaulas' em que os EUA estão detendo filhos de imigrantes sem documentos. **Folha de São Paulo**, 19 jun. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/06/como-sao-as-jaulas-em-que-os-eua-estao-detendo-filhos-de-imigrantes-sem-documentos.shtml>>. Acesso em: 19 mar. 2021.

DOMINGUEZ, J. A.; BAENINGER, R. Programa de Reassentamento de Refugiados no Brasil. In: Encontro nacional de Estudos Populacionais, 15, Caxambú. **Anais...** Caxambú: Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), 2006.

FOLHA WEB. Imigrantes são deportados após tentarem cruzar a fronteira. **Folha BV**, 06 mar. 2021. Disponível em: <<https://folhabv.com.br/noticia/POLICIA/Ocorrencias/Imigrantes-sao-deportados-apos-tentarem-cruzar-a-fronteira-/73680>>. Acesso em: 19 mar. 2021.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização. In: HAESBAERT, Rogério. **Do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. **Condições pós-modernas**. São Paulo: Loyola, 1993.

Tudo isso sem abalar as bases da autonomia estatal, mantendo o poder nas mãos do cidadão diretamente ou por seus representantes. Não obstante o caráter progressista da Constituição Federal de 1988, parece haver um descompasso entre ela e a forma como os imigrantes são tratados, pelo menos no mercado de trabalho” (MEDEIROS, et al., 2019, p. 106).

Geopolítica e Integração Regional na América Latina

As migrações latino-americanas para o Brasil no limiar do século XXI

DOI: 10.23899/9786589284109.97

JESUS, Alex Dias de. **Redes da migração haitiana no Mato Grosso do Sul**. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2020.

LIPIETZ, Alain; LEBORGNE, Danièle. O pós-fordismo e seu espaço. **Espaço e debates**, São Paulo, n. 25, p. 12-29, 1988.

MARTINS, José Ricardo. Immanuel Wallerstein e o sistema-mundo: uma teoria ainda atual? **Iberoamérica Social**: revista-red de estudios sociales, n. 05, p. 95-105, 2015.

MEDEIROS, Marcelo de Almeida; et al. Fronteiras de Estados emergentes: migração, cidadania pós-nacional e trabalhadores latino-americanos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 30, p. 77-112, 2019.

MELLO, Patrícia Campos. Justiça proíbe governo brasileiro de deportar crianças, grávidas, doentes e desertores. **Folha de São Paulo**, 22 mar. 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/03/justica-proibe-governo-de-deportar-criancas-gravidas-doentes-e-desertores.shtml>>. Acesso em: 23 mar. 2021.

MERCOSUL. Mercado Comum do Sul. **Residir**. 2018. Disponível em: <<https://www.mercosur.int/pt-br/cidadaos/residir/#:~:text=Residir%20no%20MERCOSUL&text=Os%20mecanismos%20concedem%20aos%20cidad%C3%A3os,%2C%20Peru%2C%20Col%C3%B4mbia%20e%20Equador>>. Acesso em: 14 fev. 2021.

OIM. Organização Internacional para as Migrações. **Informe sobre las migraciones en el mundo 2020**. Genebra: Organização Internacional para as Migrações, 2019.

PARISE, Paolo; CARVALHO, Letícia; PEREIRA, José Carlos A. Missão paz: Assistência, formação e incidência social versus o negativismo de direitos a migrantes e refugiados na interface da Covid-19. In: BAENINGER, R.; VEDOVATO, L. R.; NANDY, S. (Coords.); ZUBEN, C. von; et al. (Orgs.). **Migrações internacionais e a pandemia de Covid-19**. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (NEPO/Unicamp), 2020. p. 79-94.

PÓVOA-NETO, Helion. Migração e fronteiras. In: SUERTEGARAY, D. M. A.; SILVA, C. A. da; PIRES, C. L. Z.; PAULA, C. Q. de. **Geografia e conjuntura brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2017.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, André de Carvalho; VEDOVATO, Luís Renato; BAENINGER, Rosana. **A nova lei de migração: os três primeiros anos**. Campinas: Ed. FADISP, 2020.

RODRIGUES, Fernando. Justiça proíbe governo brasileiro de deportar imigrantes vulneráveis. **Poder 360**, 23 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/brasil/justica-proibe-governo-brasileiro-de-deportar-imigrantes-vulneraveis/>>. Acesso em: 23 mar. 2021.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

Geopolítica e Integração Regional na América Latina
As migrações latino-americanas para o Brasil no limiar do século XXI
DOI: 10.23899/9786589284109.97

SENA, Kananda Beatriz Pinto de. **Migração internacional, redes e territorialidades**: os angolanos, bissau-guineenses e senegaleses na cidade de Fortaleza/CE. Fortaleza/CE: Universidade Estadual do Ceará - Centro de Ciências e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Geografia (Relatório de Qualificação de Mestrado em Geografia), 2021.

SORRE, Max. Migrações e mobilidade do ecúmeno. In: MEGALE, Januario Francisco (Org.). **Max Sorre**. São Paulo: Ática, 1984.

Complexo portuário de Santana (Amapá-Brasil): da interação regional à conexão internacional

Jocianny Carla da Silva Sardinha*

Roni Mayer Lomba**

Jadson Luís Rebelo Porto***

Introdução

As relações comerciais entre países têm sucedido uma série de debates a respeito das interações espaciais, sejam elas de cunho político, econômico, territoriais ou geopolíticos. Com a inserção do motor à vapor nas embarcações, as relações espaciais tornaram-se globais (PIRILIO, 1996). Assim, criaram-se e ampliaram-se as articulações em rede em escalas cada vez maiores. Ou seja, os espaços relacionais alcançaram outros lados dos oceanos seja na busca por matérias-primas ou mercado consumidor, seja na oferta de produtos industrializados. Redes comerciais foram criadas; redes físicas foram construídas; redes de relações de poder foram articuladas; enfim sistemas-mundo foram estabelecidos (WALLERSTEIN, 1991; BRAUDEL, 1996).

Ao se elaborar rotas marítimas, surgem uma gama de relações materializadas no contexto porto-cidade, bem como posicionando este espaço em, no mínimo, duas escalas relacionais: a local e a externa. No primeiro caso, evidencia-se as suas articulações ao contexto regional; ao passo que no último, evidencia-se o

* Geógrafa. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

E-mail: jociannycarla@hotmail.com

** Geógrafo. Doutor em Geografia (Geografia Humana). Docente nos cursos de graduação em Geografia, e dos mestrados em Desenvolvimento Regional e em Geografia da UNIFAP. Pós-Doutor em Ciências Sociais, com bolsa concedida na categoria pesquisador latinoamericano pelo *Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas* (CONICET/Argentina).

E-mail: ronimayer@hotmail.com

*** Geógrafo. Doutor em Economia. Professor titular da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Brasil e docente do Mestrado em Desenvolvimento Regional na UNIFAP. Pós-doutor em Desenvolvimento Regional, em Geografia e em Estudos Sociais.

E-mail: jadsonporto1967@gmail.com

comportamento dos movimentos de importações e exportações de produtos pelo sistema portuário ali estabelecido.

Este capítulo visa analisar a manifestação do espaço relacional do Complexo Portuário de Santana (CPS) como ponto de conexão entre os sistemas dos circuitos superior e inferior (SANTOS, 2004) amapaense e a sua importância para a região das Guianas, enfatizando as políticas territoriais e ajustes espaciais aplicadas sobre esse espaço.

Este complexo portuário localiza-se no Município de Santana, a sudeste do Estado do Amapá, na foz do rio Amazonas em uma posição estratégica nas articulações da balança comercial amapaense (Figura 1), bem como, para a nacional, seja como nas articulações executadas pelo portfólio de projetos de Iniciativa de Integração Sul Americana (IIRSA).

Figura 01 – Circuito Superior do Complexo Portuário de Santana



Com a expectativa de alcançar o objetivo proposto foi necessário a utilização da seguinte questão orientadora: Como se comportam as interações espaciais do Complexo Portuário de Santana (Amapá-Brasil) em suas manifestações dos circuitos superior e inferior da economia?

Por fim, este artigo será dividido em três seções. A primeira expõe os circuitos superior e inferior miltoniano e os subsistemas para os processos econômicos e de organização do espaço. A segunda discute importância dos portos como articuladores globais em as redes e em interações espaciais. A terceira apresenta reflexões sobre as políticas territoriais integração na Amazônia após o final do século XX, enfatizando a o espaço relacional do Porto de Santana (AP).

Circuitos superior e inferior: subsistemas para os processos econômicos e de organização do espaço

Segundo Santos (2004, p. 32) a história, a formação e a transformação dos espaços periféricos confundem-se com a história dos países-polos, que os identificou como “espaços derivados”, e que dependem de dois fatores: 1) o momento da intervenção das primeiras forças externas; e 2) os impactos sucessivos de outras modernizações. A partir dessa orientação, identifica-se na fronteira condições que permitem avançar no debate sobre os processos econômicos e a organização do espaço, pela atuação dos “circuitos da economia” miltoniano.

O autor, ao elaborar uma abordagem teórica da urbanização em países subdesenvolvidos, sugere uma reflexão que denominou de “circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos”. Esses circuitos são compostos por dois subsistemas que não são fechados, mas complementares e interdependentes entre si: o superior e o inferior.

Enquanto o primeiro é definido pela sua forma de organização, o segundo é um produto da modernização e está em processo de transformação e adaptação permanente. Ou seja, o que está em jogo são: comportamento e uso do território; o conjunto de atividades realizadas em certo contexto e; o setor da população envolvida essencialmente pela atividade.

O que vem a destacar nas reflexões miltonianas, que envolvem as discussões sobre esses subsistemas, são análises de uma periodização que representam a modernização, isto é, a “generalização de uma inovação vinda de um período anterior ou da fase imediatamente precedente (SANTOS, 2004, p. 31)”.

O circuito superior e a forma de organização do território

Segundo Santos (2004, p. 22), este subsistema “originou-se diretamente da modernização tecnológica e seus elementos mais representativos hoje são os monopólios. O essencial de suas relações ocorre fora da cidade e da região que os abrigam e tem por cenário o país ou o exterior”. Os elementos que constituem este circuito são: “Bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores” (p. 40).

O autor identifica (p. 43-48) as seguintes características deste circuito:

Utiliza uma tecnologia importada e de alto nível, uma tecnologia de 'capital intensivo', imitativo; as suas atividades manipulam grandes volumes de mercadorias, embora haja também a mobilidade de quantidades reduzida daquelas empresas especializadas onde os preços são muito altos devido à qualidade do produto oferecido e de sua demanda e clientelas específicas; os capitais são volumosos em relação à tecnologia utilizada; o emprego é resultado dessas variáveis; emprega um número importante de estrangeiros, variável segundo o grau de industrialização e a modernização do país; seus preços são geralmente fixos, onde o limite inferior não pode estar muito abaixo dos preços de mercado, sob pena de colocar em risco o futuro de firma, e as manipulações dos preços supõem uma margem de lucro contabilizável por longos prazos; acumula capitais indispensáveis à continuidade das atividades e sua renovação em função dos progressos técnicos; o lucro corresponde ao volume de produção e não por unidade; quanto às atividades: dispõem do crédito bancário; está embasada na publicidade, a fim de modificar gostos e deformar perfil de demanda; seus custos fixos importantes aumentam com o porte da firma para cada lugar e ramo de fabricação; a reutilização de bens de consumo duráveis é quase nulo; usufruem direta ou indiretamente da ajuda governamental; tende a controlar a economia por inteiro; aquelas realizadas localmente não integram-se numa outra cidade de nível superior, no país ou no exterior; o funcionamento baseia-se nas necessidades de uma produção 'capital intensivo' local ou exógena; o consumo é seletivo embora haja o uso dos meios de publicidade suficientes para criar novos gostos e atrair clientela; e os elementos de sua articulação serão buscados fora da cidade e de sua região.

As materializações do circuito superior expressas no complexo portuário de Santana têm exigido reestruturações infraestruturais de seu parque de mobilidade e ancoragem portuário para atender não somente as exigências para a exportação de *commodities*, mas também impelindo suas ampliações e modernizações técnicas e tecnológicas portuárias. Portanto, os portos, enquanto estrutura fixa, são fundamentais para que ocorra maior densidade de fluxo, intensidade de fluidez das mercadorias e articulação do capital.

O circuito inferior como produto da modernização do território

Este subsistema é “formado de atividades de pequena dimensão e interessado principalmente às populações pobres, é bem enraizado e mantém relações privilegiadas com sua região” (SANTOS, 2004, p. 22). Para o autor, este é um elemento indispensável à apreensão da realidade urbana e para encontrar medidas para atribuir uma produtividade mais elevada, garantir um crescimento sustentado e conservar sua função de fornecedor de empregos.

Os elementos que integram este circuito são “formas de fabricação não-capital intensivo, serviços não modernos-fornecidos 'à varejo' e pelo comércio não moderno e de pequena dimensão” (p. 40).

Quanto às suas características, o autor identifica (p. 43-48) as seguintes:

Utiliza 'trabalho intensivo' e frequentemente local ou localmente adaptado ou recriado, com um potencial de criação considerável; quanto à suas atividades: são baseadas simultaneamente no crédito e no dinheiro líquido, sendo o crédito com uma larga porcentagem de ser pessoal direto, indispensável para o trabalho das pessoas sem possibilidades de acumular; tanto no comércio quanto na fabricação, trabalham com pequenas quantidades; aquelas com 'trabalho intensivo' utilizam capitais reduzidos e podem dispensar uma organização burocrática; a reutilização de bens duráveis é uma das suas bases; não dispõem de apoio governamental e frequentemente são perseguidas; não necessita de um overhead capital para sua instalação; tende a ser controlado, subordinado, dependente; o emprego é resultado dessas variáveis, onde raramente é permanente e sua remuneração situa-se com frequência no limite ou abaixo do mínimo vital; o contrato assume a forma de acordo pessoal entre patrão e empregado; a média de ocupados por unidade de produção é baixa, mas o número total de pessoas ocupadas é considerável; os preços regateados, pechinchados, são regras, e as margens de oscilação dos preços são muito importantes; o prazo curto é o que prevalece; a acumulação de capital não se constitui a primeira preocupação, ou não há tal preocupação. Trata-se de sobreviver e assegurar a vida cotidiana da família, bem como tomar parte de certas formas de consumo particulares à vida moderna; o resultado total do controle de preços neste subsistema é pequeno e a margem de lucro por unidade é elevada devido ao grande número de intermediários entre o fornecedor e o consumidor final; a publicidade não é necessária, graças aos contatos da clientela e à margem de lucro vai diretamente para a subsistência do agente e sua família; o seu funcionamento apoia-se no consumo, resulta da demanda; sua integração ocorre na escala local; os elementos de sua articulação encontram-se na cidade e sua região.

Para Porto e Theis (2015), este circuito é bem perceptível nas articulações da economia local amazônica, onde ribeirinhos interagem com seu espaço e seus produtos produzidos com as cidades ribeirinhas.

Porto (2020) identifica os principais eixos de articulações espaciais terrestres no espaço amapaense construídos após a segunda metade do século XX, são eles: a construção da BR-210, da ferrovia e do porto de Santana que conectaram o centro-oeste amapaense detentor de riquezas minerais ao cenário global em um primeiro momento (1950-1970); a construção da BR-156, conectando Macapá a Oiapoque (1985) e a Laranjal do Jari (1991); a ampliação do porto de Santana (1996); a pavimentação do trecho norte da BR-156 (Macapá-Oiapoque) após 2010; a construção da ponte

binacional no rio Oiapoque (2010) ; a instalação da banda larga via fibra ótica vinda da Guiana Francesa (2014); a construção do linhão de Tucuruí (2014); e a construção do porto graneleiro em Santana (2014).

Sobre as articulações com a fronteira setentrional, Amapá/Guiana Francesa, notadamente após a década de 1990, a intenção de interação espacial é explicada pela movimentação de brasileiros em busca de ouro na região da fronteira tanto do lado brasileiro, quanto francês. Observe-se, também a contemporaneidade do movimento pela criação do bloco da União Europeia (1992), a assinatura do Acordo-Quadro Brasil-França, as obras de asfaltamento da BR-156 na direção da fronteira, a construção da ponte sobre o rio Oiapoque e a inserção da Guiana Francesa nos programas da União Europeia (INTERREG), o Programa da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul- Americana – IIRSA¹; o Programa de Aceleração do Crescimento brasileiro (PAC); como também, pelas expectativas criadas por uma integração Brasil/França ou Mercosul/ União Europeia, que atraíram brasileiros por melhores condições econômicas.

Entre redes e interações espaciais: os portos e as articulações globais

O atual período da globalização é permeado de muitas interações espaciais² que podem alcançar todo o planeta, onde os portos possuem um papel de destaque, já que compõem a responsabilidade de movimentação de grande parte das mercadorias nacionais e internacionais.

Esses portos propiciam uma relação contraditória e complexa nas cidades portuárias, sejam de ordem econômica, dinâmicas globais, evolução tecnológica, desenvolvimento logístico, surgimento e posicionamentos de novos atores portuários, transformações no sistema marítimo internacional, bem como as características locais de cada cidade portuária (MONIÉ; VASCONCELOS, 2012). Já os autores James Bird (1963), André Vigarié (1979) e Brian Hoyle (1989) assinalam que as atividades portuárias estão estreitamente relacionadas com o desenvolvimento das cidades na qual fazem parte.

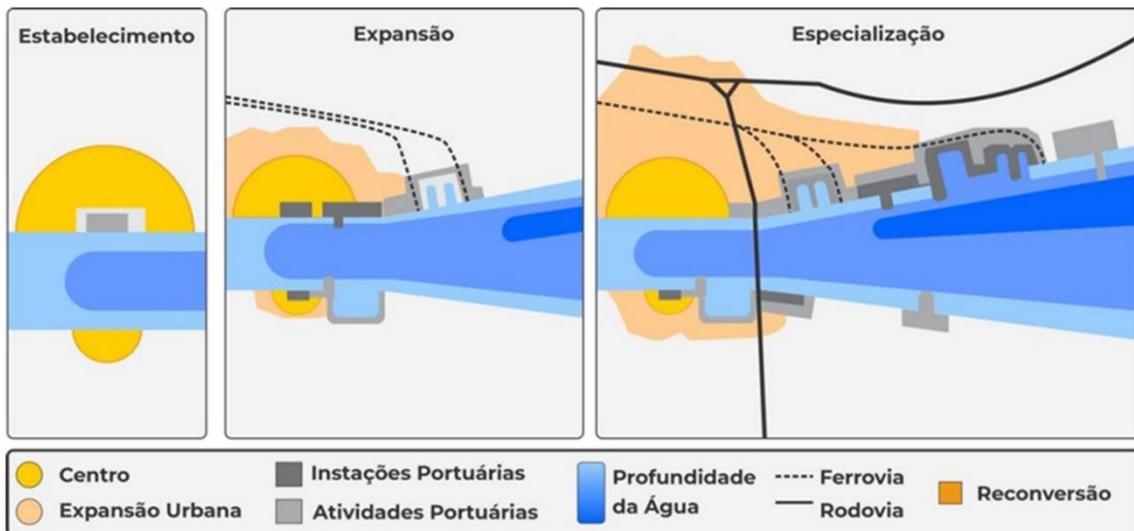
Devido a tais considerações, Bird (1963) cria o modelo Aniport (Figura 02) para analisar a natureza e a evolução histórica da relação entre os desempenhos portuários

¹ Sobre o assunto vide: Porto e Santos (2012), Porto e Superti (2012), Santos (2013), Superti (2011; 2013) e Silva (2013).

² As *interações espaciais* se referem a um amplo e complexo conjunto de deslocamento de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico (CORRÊA, 1997).

e urbanos, sistematizando em três etapas de análise: estabelecimento, expansão e especialização.

Figura 02 - Modelo Anyport de Bird



Fonte: Rodrigue, Comtois e Slack (2006, p. 132).

Nessa mesma discussão, o geógrafo Hoyle (1989) contribui com o modelo cronológico de análise da evolução da interface cidade-porto (Quadro 01), dividido em cinco fases porto-cidade, que são: primitiva, expansão, industrial moderno, recuo da frente marítima e remodelação da front marítima.

Quadro 01 – Modelo cronológico de análise da evolução da interface cidade-porto

ETAPA	SÍMBOLO		PERÍODO	CARACTERÍSTICAS
	CIDADE	PORTO		
I - Porto-Cidade primitivos			I - Antiguidade/ Medieval até o século XIX	I - Intima associação espacial e funcional entre cidade e porto
II - Porto-Cidade em Expansão			II - Século XIX - início do século XX	II - Rápido crescimento comercial/industrial, orças de crescimento para o porto desenvolver-se mais além do limite com a cidade, com cais linear indústrias de carga fracionada
III - Porto-Cidade Industrial Moderno			III - Metade do século XX	III - O crescimento industrial (especialmente as refinarias) e a introdução de contêineres /ro-ro (rolf-on/rolf-off) impõe ao porto a necessidade mais espaços
IV - Recuo da Fronte Marítima			IV - 1960/ 1980	IV - As mudanças na tecnologia marítima induzir o crescimento das áreas de desenvolvimento industrial e marítimos separadas
V - Remodelação da front marítima (waterfront)			V - 1970/ 1990	V - O porto moderno consome grandes áreas (de terra/mar); renovação urbana do núcleo original

Fonte: Hoyle (1989).

Hoyle (1989) assevera que inicialmente a relação entre as cidades e os portos eram de um vínculo físico/morfológico e funcional de beneficiamento mútuo, período compreendido entre da Antiguidade até o século XIX e denominado de porto cidade primitivo. A segunda etapa é marcada pela expansão do porto-cidade, que ocorre até o início do século XX e está amplamente ligada ao crescimento das atividades industriais, propiciando a circulação de mercadorias em todas as escalas e é nesta fase que se tem a transição para os navios de casco de aço e movidos a vapor, promovendo um transporte mais seguro, além do aumento considerável do volume de cargas (VIGARIÉ, 1979). Para Bird (1963), o momento de expansão dos portos marca o início do distanciamento do porto com a cidade.

Hoyle (1989) continua sua análise sobre a evolução temporal das cidades portuárias destacando a fase “industrial moderno”, que ocorre em meados do século XX, caracterizando como um momento de crescimento da indústria, que necessitava de áreas portuárias e retroportuárias bem mais amplas para a introdução dos contêineres. A quarta fase, descrita como “recuo da front marítima” e última fase “remodelação da frente marítima”, dispostas nas últimas décadas do século XX, são

marcadas pelo aprofundamento da globalização, trazendo novos padrões de organização para as cidades portuárias.

Esses novos padrões de organização exigem uma sincronização da produção, do transporte e da distribuição, onde os portos passam a compor uma rede logística que obtenha mais flexibilidade operacional e possibilite menos rugosidades espaciais e funcionais (MONIÉ, 2011).

Monié e Vasconcelos (2012, p. 8) contribuem, assinalando que:

[...] A interface portuária é submetida ao imperativo de fluidez do supply chain management num ambiente de concorrência crescente entre portos por captação de mercadorias. Por esta razão, as reformas portuárias dos anos 1980 e 1990 promovem medidas de ordem institucional, administrativa, gerencial e operacional visando à inserção competitiva dos portos nas redes intermodais do transporte mundial.

No Brasil esta última fase é verificada através da internacionalização da economia, onde Rocha (2019) salienta que é, sobretudo, com a exportação de *commodities*, e também no aumento das importações que os portos passam a ser muitos mais acionados por conta do aumento do fluxo de cargas.

Desta forma, a Amazônia também é acionada e muitas cidades portuárias da região, a exemplo de Santana no estado do Amapá, passam a compor a crescente concorrência de terminais monofuncionais que captam fluxos de *commodities* oriundos das fronteiras de acumulação do planalto central e da bacia amazônica. Ou seja, há uma intensa articulação entre a região a um complexo sistema de redes internacionais; bem como, há outras articulações espaciais a outras redes, também complexas por conta de suas informalidades e porosidades regionais.

Assim, a categoria rede deve ser explicitada com a finalidade de detectar novas funcionalidades do território, onde a “circulação e comunicação que contribuem para modelar o quadro espaço-temporal que é todo o território. Essas redes são inseparáveis dos modos de produção dos quais asseguram a mobilidade espacial” (RAFFESTIN, 1993, p. 204).

Concernente a isso, a rede passa a ser um objeto técnico relevante, visto que está diretamente ligada com a logística da mobilidade e fluidez do escoamento de *commodities* a nível global. Fazendo uso da perspectiva da rede como objeto técnico, Raffestin (1993) afirma que esta é “um meio de produzir território”. Dias (1995, p. 158) corrobora acentuando que as redes são:

formas de articulação entre o local e o global, entre o particular e o universal, entre o uno e o diverso, nas interconexões das identidades dos atores com o pluralismo. Enfim trata-se de buscar os significados dos movimentos sociais num mundo que se apresenta cada vez mais como interdependente, intercomunicativo, no qual, surge um número cada vez maior de movimentos de caráter transnacional [...].

Devido a necessidade de dar-se mais concretude nessas buscas, sejam pelas articulações entre o local e o global, ou pelos significados dos movimentos sociais, ambos presentes nas relações porto-cidade, faz-se então prudente pontuar a diversidade das redes expressa segundo Machado (1998, p. 46) nas seguintes classificações “I – naturais: rede fluvial e rede de caminhos; II – infraestrutura ou técnicas: transporte e comunicação; III – transacionais: poder econômico-político; e IV: informacionais: cognitivas”.

Observando tais classificações e a grande diversidade apresentada pelo conceito de redes, considera-se pertinente expressar a afirmação de Dias (1995), onde a rede possui a propriedade de conexidade, quer dizer, através da conexão de seus nós ela pode solidarizar ou excluir, assim como promover a ordem e a desordem. Logo, a rede é uma forma particular de organização, e no âmbito dos processos de integração, de desintegração e de exclusão espacial ela emerge como um instrumento que viabiliza duas estratégias: circular e comunicar.

Neste sentido, percebe-se que a relação porto-cidade é uma relação de poder contraditória, que beneficia e marginaliza territórios, a exemplo dos investimentos infraestruturais nos portos, que, por outro lado, antagonizam o abandono e sucateamento da estrutura urbana da cidade.

Desta forma, Harvey (2005) justifica tais fatos através dos Ajustes Espaciais aplicados para (re)funcionalizar os territórios, logo, as “redefinições externamente impostas de regiões e territórios dentro e entre os quais ocorre o fluxo contínuo do processo social” (p. 142), que também pode ser expresso como “a criação de condições para que o capital se manifeste e ganhe movimento no espaço” (COUTO, 2007, p. 26).

Ademais, os ajustes espaciais voltados para a relação porto-cidade, serão visualizados nas formas de financiamentos (públicos e privados), nos incentivos (fiscais e hídricos), nos investimentos infraestruturais da logística portuária, nas concessões de terras (que promovem antecipação, seletividade e marginalização espacial) e nas autorizações para construção de portos privados em diversas regiões do país.

Por fim, os ajustes apontados foram necessários para a inversão da visão sobre as áreas portuárias no Brasil, pois estas eram concebidas como meros componentes logísticos, mas com a ação dos ajustes espaciais (acionando e dinamizando territórios), o interesse foi remodelado na forma de eixos de articulação nacional-global, por meio de fluxos materiais e imateriais intra/extraescalar, que estão presentes nas relações porto-cidade.

Políticas territoriais: integração na Amazônia após o final do século XX

Na segunda metade da década de 1990, foi lançado o Programa Avança Brasil, visando estimular o retorno da concorrência do Brasil no cenário internacional, mediante investimentos em infraestruturas portuárias, rodoviárias, ferroviárias energéticas e aeroviárias, os Eixos Nacionais de Desenvolvimento³.

No primeiro decênio do século XXI, foi elaborado o IIRSA (Figura 3)⁴, sendo que o Estado do Amapá, com projetos infraestruturais no eixo norte da rodovia BR 156, visando a integração com a Guiana Francesa, integra dois eixos deste programa: O Eixo das Guianas e o Eixo do Amazonas.

Em 2004, o Porto de Santana deixou de integrar o portfólio do IIRSA, por conta de retirada da governança federal para se exercer a governança municipal. Mantendo os projetos de pavimentação da BR e da construção da ponte binacional sobre o rio Oiapoque.

³ Sobre o assunto vide: Fearnside e Laurence (2002); Porto e Superti (2012), Santos (2013) Superti (2011; 2013) e Silva (2013).

⁴ A IIRSA em 2011 foi incorporada ao Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN). O COSIPLAN compõe o bloco União das Nações Sul-Americanas (UNASUL). Este bloco foi criado em 2008 e entrou em vigor em 2011, onde todos 12 países da América do Sul assinaram o tratado. Em abril de 2018, o Brasil suspendeu sua participação na UNASUL, passando a compor o Foro para o Progresso da América do Sul (PROSUL) em março de 2019, através da assinatura da Declaração Presidencial sobre a Renovação e o Fortalecimento da Integração na América do Sul. Sobre o assunto vide: o site da IIRSA e PLANALTO (2019).

Figura 03 – Eixos de Integração Sul americana – IIRSA



Fonte: <http://www.datuopinion.com/iirsa>.

O Brasil, no início do século XXI, entra num cenário de modificação de sentido das políticas territoriais, com o intuito de se ajustar às transformações ocorridas na globalização, nas reformas do Estado territorial e das incertezas de paradigmas das políticas públicas após a crise e o fim do Estado Desenvolvimentista (RUCKERT, 2007).

Segundo Castro (2017, p. 19) são resgatados pelo Estado, por meio de suas políticas, os processos de intervenção via planejamento do desenvolvimento, voltados ao agenciamento de grandes grupos do país e do exterior. Ela afirma ainda que, nas últimas décadas do século XXI, as políticas nacionais para a Amazônia impulsionaram programas neodesenvolvimentistas com fortes investimentos em infraestrutura.

É nesse contexto que muitas cidades, inclusive as cidades-porto da Amazônia, são acionadas para atender a lógica do capital global, e várias políticas territoriais são implementadas, em destaque neste trabalho as do setor portuário, para responder às necessidades dos atores hegemônicos e dar mobilidade às ações do capital, embora venham acompanhadas de vários conflitos nos territórios em questão. É o que Rocha (2019, p. 92) colabora destacando:

[...] que as cidades não se modificam simplesmente ao acaso. Na realidade, são reflexos das necessidades reclamadas pela economia e pela sociedade em dados momentos históricos. Assim, são um acúmulo desses tempos históricos e associados a contextos locais, nacionais e até mundiais.

Já Monié e Vasconcelos (2012, p. 1), contribuem acentuando como se dá a relação porto-cidade dentro desta lógica:

Nas cidades portuárias, porto e cidade constituem um sistema cujas interações e complementaridades variam no tempo sob influência das dinâmicas produtivas, tecnológicas, sociais e urbanas. Tanto as mudanças nas atividades e infraestruturas portuárias implicam novos posicionamentos frente ao espaço (urbano-)portuário; quanto o desenvolvimento e crescimento urbano também levam a uma nova postura da cidade em relação à presença do porto.

Nesse sentido, o Estado, além de ter a função de garantir a reprodução capitalista, também exerce a função de legitimador da ordem social e da sua própria existência, ou seja, procura adotar medidas que lhe garantam o apoio da população para poder exercer suas funções no processo de reprodução do capital (FIGUEIREDO; MOREIRA, 2019) claramente descritas por meio de políticas de infraestrutura para a Amazônia, como por exemplo “hidrovias, ferrovias, pavimentação de rodovias, usinas hidrelétricas, construção e reestruturação de portos” (p. 78).

Segundo Rodrigues et al. (2020) o Estado esteve funcionalmente apoiando, mediando, legitimando, planejando, zoneando e financiando grandes projetos de infraestrutura na Amazônia, destacando-se:

i) rodovias: BR-010 (Belém-Brasília), Br-230 (Transamazônica), BR-163 (Cuiabá-Santarém), BR-364 (Cuiabá-Porto Velho), BR-319 (Porto Velho-Manaus); ii) Ferrovia: Ferrovia Carajás-Itaqui; iii) hidrelétricas: Coaracy- Nunes (1975), Curuá-Una (1977), Tucuruí (1984), Balbina (1987), Manso (1987), Samuel (1988), Lajeado (1999), Peixe Angelical (2006), São Salvador (2008), Dardanelos (2011), Rondon II (2011), Estreito (2012), Santo Antônio (2011), Jirau (2013), Santo Antônio (2014), Ferreira Gomes (2014), Santo Antônio do Jari (2014), Cachoeira Caldeirão (2016), Teles Pires (2014), Belo Monte (2015), São Manoel (2017) e Sinop (2019) (FEARNSIDE, 2019); iv) Portos: de Santarém, Vila do Conde, de Porto Velho e de Santana (p. 87).

No que se refere às políticas territoriais portuárias, elas são permeadas de ajustes espaciais, e são “visualizados por meio de financiamentos públicos, incentivos hídricos e fiscais, investimentos nas infraestruturas portuárias (públicas e privadas) e

na constituição de leis e decretos que possibilitem segurança jurídica ao setor empresarial” (RODRIGUES et al., 2020).

Desta forma, duas políticas territoriais que reverberam na Amazônia foram destacadas neste trabalho por conta da sua amplitude na região. A primeira é o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a segunda é a Nova Lei de Portos (Lei nº 12.815 de 2013). Ambas contribuíram para integrar a região aos circuitos produtivos globais, quando se observa a relevância que disponibilizaram para o aumento da exportação de *commodities*, planejamento e execução de grandes projetos de infraestrutura e dando condições reais e legais para a chegada das corporações transnacionais.

O PAC propiciou grandes investimentos infraestruturais nas áreas portuárias. Os autores Gobbi, Carraro e Furlan (2015) ressaltam que R\$ 5,27 bilhões foram destinados para obras de dragagem, infraestrutura portuária e serviço de inteligência logística, em 24 portos. Eles enfatizam ainda que, entre 2007 e 2014, os recursos alcançaram a marca de 132,3 bilhões de reais, especificamente para as infraestruturas portuária e de transporte rodoviário, ferroviário, hidroviário e aeroviário, impactando diretamente muitos territórios, logo, também muitas cidades portuárias.

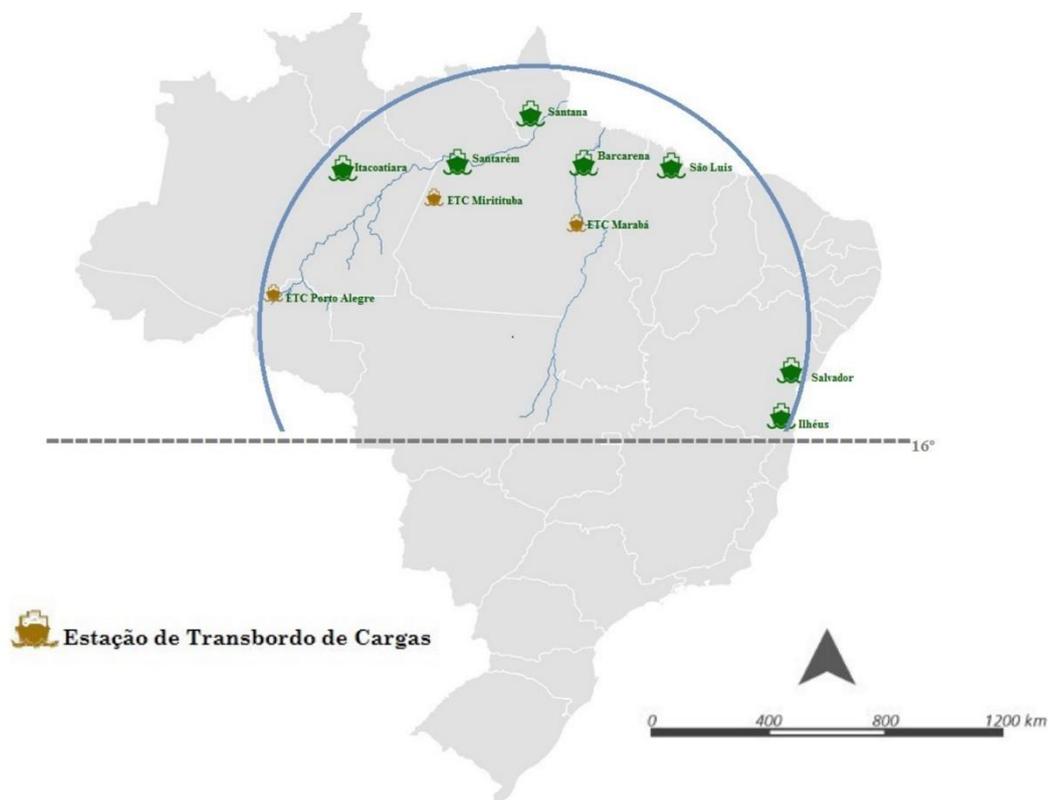
No que tange para a Nova Lei dos Portos, Lei nº 12.815/2013, sua relevância se dá pelas grandes mudanças normativas que propiciaram transformações significativas nas relações porto-cidade, posto que, esta concede a abertura legal para a instalação dos Terminais de Usos Privativos (TUP's), logo, o aumento de número de novos portos, bem como a chegada de novas corporações privadas, acompanham as novas áreas acionadas pelo capital na logística do transporte e armazenamento para escoamento da exportação *commodities* na nova fronteira de expansão do agronegócio.

Dentro desse contexto, a Amazônia é percebida e tratada pelos agentes do capital e pelo Estado como a nova fronteira de expansão da produção de grãos e, como consequência a isso, soma-se a essas políticas territoriais outras estratégias de consolidação desta visão, que são a criação do Projeto Arco Norte¹ e dos Corredores Logísticos Estratégicos: complexo de Soja e Milho. Estes projetos apontam para uma alternativa para redução do tempo de escoamento, mais competitividade no mercado global e consequentemente maior lucro.

¹ O Arco Norte compreende eixos de transporte que levam a portos situados acima do paralelo 16° S (BRASIL, 2016, p. 09). Arco Norte, “aqui delimitado como o sistema de transportes, em seus vários modos, responsável pelo escoamento de cargas e insumos com a utilização dos portos ao norte do Brasil, desde Porto Velho, em Rondônia, passando pelos Estados do Amazonas, Amapá e Pará, até o sistema portuário de São Luís, no Maranhão” (BRASIL, 2016, p. 15).

O projeto Arco Norte (Figura 04) para Rodrigues (2018) é um programa político, de Estado (com alianças e lógicas capitalistas); um vetor logístico e um corredor de transporte e movimentação de mercadorias.

Figura 04 - Corredor portuário Arco Norte



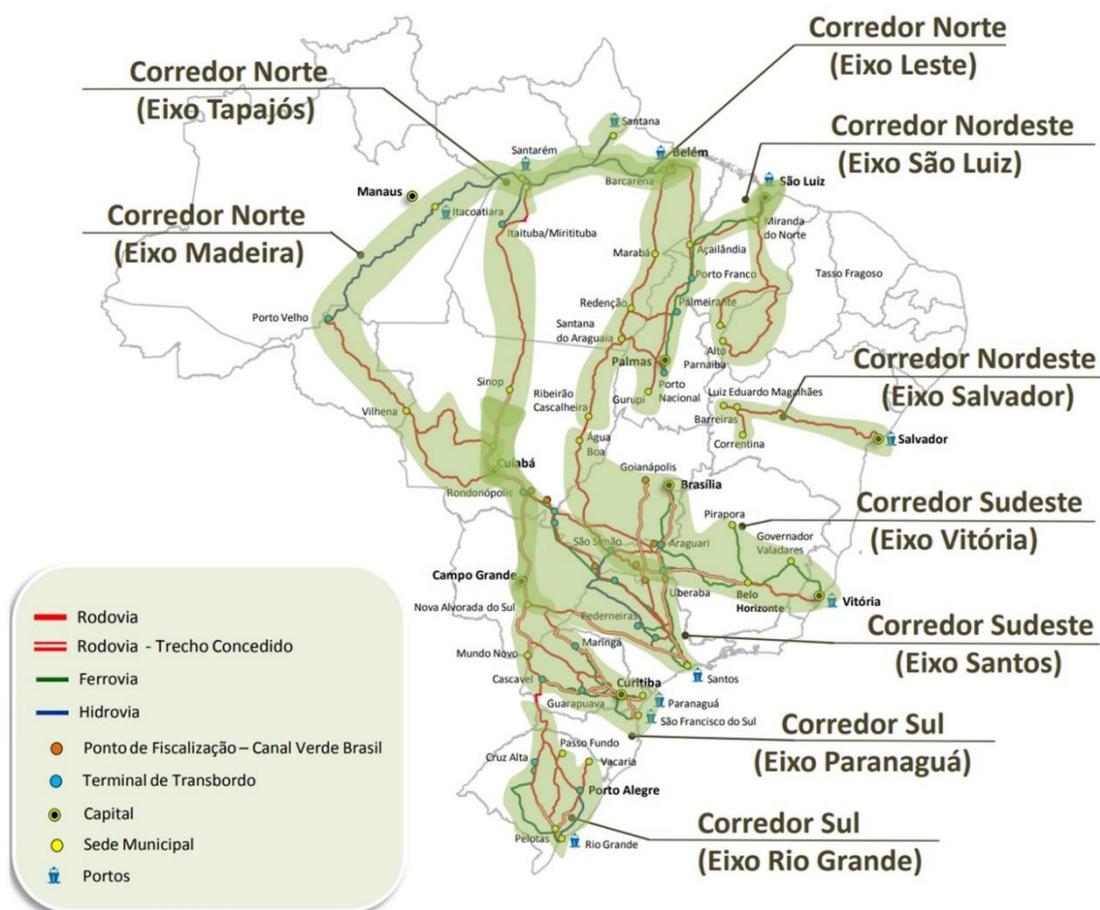
Fonte: MAPA (2018 apud PEREIRA; BOTTER; ROBLES; 2020, p. 229).

Acrescente a isso, este projeto está estreitamente ligado ao setor do agronegócio, contribuindo para uma melhor movimentação entre local, nacional e global, maior conexão ao circuito produtivo-financeiro internacional, de bancos e fundos, bem como uma cadeia global de valor e de *commodities*.

No que se refere aos Corredores Logísticos Estratégicos: complexo de Soja e Milho (Figura 05), este projeto emerge em 2017, tendo como uma das suas finalidades apresentar nove eixos de deslocamento dos principais produtos da economia brasileira (soja e milho; petróleo e combustíveis; minério de Ferro; açúcar; carne; e Automóvel), divididos em quatro corredores: norte, sul, sudeste e nordeste, sendo que

o corredor norte é o próprio Arco Norte, ou seja, há uma total sinergia entre estes projetos.

Figura 05 - Corredores Logísticos Estratégicos: complexo de Soja e Milho



Fonte: Brasil (2017a).

Segundo Brasil (2017a, p. 14) os Corredores Logísticos incorporam também:

[..] uma visão de análise a partir dos principais fluxos de cargas e suas necessidades de deslocamento entre as regiões produtoras e consumidoras, internas ou externas (neste caso os limites são os portos por onde são exportadas), sendo o processo analisado como um todo, considerando os diversos modos de transporte envolvidos e seus pontos de conexão e eventuais transbordos.

Dentro dos Corredores Logísticos Estratégicos o corredor norte é dividido em três eixos, que são: eixo Tapajós, eixo Madeira e eixo Leste, com a utilização de modais

rodoviários (64%), ferroviários (10%) e hidroviários (24%) e mais 5 complexos portuários. É relevante acrescentar que o corredor norte é que o possui maior utilização do modal hidroviário, se comparado com o do sul (4%), sudeste (5%) e nordeste, que não apresenta porcentagem na utilização deste modal (BRASIL, 2017).

Neste sentido, é válido dizer que o Complexo Portuário de Santana (CPS) está localizado no Corredor Logístico Estratégico Norte, quer dizer, se beneficia de vantagens² como multimodalidade e economia de escala. Esses fatos são expostos em estudo recentes que comprovam que:

[...] na exportação da soja pelo porto de Santana até Roterdã, na Holanda, o frete custa cerca de US\$75/ton, enquanto partindo do Paraná via Porto de Paranaguá o frete para mesmo trecho importa em US\$125/ton. Já em relação a Mato Grosso com a mesma logística do Paraná o custo do frete corresponde a US\$185/ton (AMAPÁ, 2019, p. 45).

Desta forma o CPS insere-se como mais uma alternativa logística (transporte, armazenamento, escoamento, transbordo, recebimento e uso de produtos, insumos e/ou mercadorias relacionadas às atividades comerciais) para produção de grãos, assim como para o escoamento, quer dizer, forma-se uma condição estratégica para movimento e mobilidade no espaço, implicando diretamente na redução do tempo de escoamento, que por consequência trará maior lucro e competitividade no mercado global de *commodities*.

Quanto à função portuária de Santana, enquanto relação porto-cidade, é de extrema relevância na rede urbana local, regional e global, apresentado nas seguintes escalas: *local*: Mobilidade de pessoas, articulação e comercialização de produtos oriundos, das vilas e dos municípios ribeirinhos localizados na foz do rio Amazonas e da margem oriental do arquipélago marajoara e às suas relações e influências para as reações espaciais no espaço amapaense (SARDINHA; COUTO; LOMBA, 2021), como rota de passagem e ponto de distribuição (PORTO, 2003); *regional*: Mobilidade de pessoas, articulação e comercialização de produtos com localidades e cidades dos Estados do Pará e Amazonas; *Nacional*: Articulação de transporte de produtos do agronegócio (Soja), oriundos do Estado de Mato Grosso; *Internacional*: Articulação de

² Chelala e Chelala (2019) ressaltam as visíveis vantagens na utilização da multimodal Arco Norte, que são expressas primeiramente na diminuição da distância percorrida até os portos de Santos e Paranaguá, que passam de 2.300 km (utilizando o modal rodoviário) para 1.100km (em média) que são substituídos por 820 km de curso fluvial. Outra vantagem é que a utilização de um comboio de doze barcas consegue transportar 33.600 toneladas de grãos de uma única vez, o que substituiria 900 carretas via sistema rodoviário.

transporte de *commodities*, atuando nas exportações de produtos oriundos do Estado do Amapá, Pará ou de Mato Grosso, na comercialização de produtos importados pela Área de Livre Comércio de Macapá e Santana ou nas expectativas da transfronteirização com a Guiana Francês (PORTO, 2020).

Considerações finais

Partindo do pressuposto que o ponto de conexão entre os sistemas dos circuitos superior e inferior amapaense é materializado no complexo portuário de Santana, as dinâmicas espaciais oriundas deste complexo se expressam em diversas escalas territoriais; comportamentos econômicos no território; fluxos e fluidez de pessoas e produtos; na sua participação em políticas de articulações espaciais desde a local ao internacional; bem como corroborando para a se identificar a função do Amapá na economia-mundo.

As interações decorrentes de suas configurações e movimentações das logísticas estabelecidas; executadas nas escalas regional, nas expectativas de uma economia transfronteiriça; na construção da balança comercial do Estado e; a sua participação em políticas de instalação ou modernização de suas infraestruturas tanto em escalas nacionais e internacionais, fazem deste complexo portuário, estratégico.

A sua importância, enquanto circuito superior, por exemplo, tem exigido reestruturações infraestruturais de seu parque de mobilidade e ancoragem portuário para atender não somente as exigências para a exportação de *commodities*. O complexo portuário é fundamental para a consolidação de políticas territoriais sobre as articulações em redes nacionais e internacionais a exemplo das propostas de investimentos (PAC, IIRSA e INTERREG) ao impelir suas ampliações e modernizações técnicas e tecnológicas portuárias.

Quanto ao circuito inferior, as articulações ocorrem na economia local amazônica, com ribeirinhos interagindo neste espaço em mobilidades populacionais comercialização de seus produtos produzidos com as cidades ribeirinhas; bem como com a sua articulação com a fronteira Brasil/França, seja como rota de passagem populacional ou ponto de distribuição de produtos pelo comércio amapaense.

Enfim, as articulações estimuladas a partir do complexo portuário de Santana, na foz do maior rio do mundo; com uma capacidade de calado natural elevada; com vantagem comparativa de localização em relação aos principais centros econômicos mundiais; faz deste sistema de engenharia estratégica, embora ainda seja tratada como periférica!

Referências

BIRD, J. **The development of any port in the major sea ports of the United Kingdom**. London: Hutchinson & Co, 1963.

BRASIL. Lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013. **Dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários**, 2013.

BRASIL. Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. **Corredores Logísticos Estratégicos: Complexo de Soja e Milho /Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil**. Brasília: MTPA, 2017a.

BRASIL. **Plano Mestre: Complexo Portuário de Santana**. Brasília: 2017b.

BRAUDEL, F. F. **Civilização material, economia e capitalismo: Séculos XV-XVII**. 3. v. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CASTRO, E. M. R. Amazônia na Encruzilhada: saque colonial e lutas de resistência. In: CASTRO, E. M. R. (Org.). **Territórios em transformação na Amazônia** - saberes, rupturas e resistências. Belém: NAEA, 2017. p. 19-48.

CORRÊA, R. L. Interações Espaciais. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Explorações Geográficas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 279-318.

COSTA, J. M.; SOUZA, L. R.; NETO, J. S. C. Informalidade no ambiente construído e segregação socioespacial no Platô das Guianas: o caso de Santana no Amapá e de Caiena na Guiana Francesa. **Confins**, n. 31, 2017. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/confins/11917>>. Acesso em: 12 jan. 2021.

COUTO, M. E. A. Os Ajustes Espaciais: a expansão das redes e a mobilidade informacional no cenário amapaense. In: PORTO, J. L. R.; et.al. (Orgs.). **Condicionantes construídos: reflexões sobre as transformações espaciais amapaenses**. Macapá: Jadson Porto, 2007.

DIAS, L. C. Redes: emergências e organização. In: CASTRO, I. E., GOMES, P. C. C. e CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 141-162.

FEARNSIDE, P. M. Os impactos socioambientais das barragens amazônicas brasileiras. **Xapuri socioambiental**, Formosa, p. 259-289, 2019.

FEARNSIDE, P. M.; LAURENCE, W. F. O futuro da Amazônia: Os impactos do Programa Avança Brasil. **Revista Ciência Hoje**, p. 61-65, mai. 2002.

FIGUEIREDO, N. R.; MOREIRA, I. T. Estado, políticas públicas e territórios rurais. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v. 13, n. 1, p. 76-95, 2019.

GOBBI, G.; CARRARO, I. R.; FURLAN, J. Análise do setor portuário brasileiro: deficiências, transformações e melhorias. **Espacios**, Caracas, v. 36, n. 5, p. 5-20, 2015.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HOYLE, B. The port-city interface: trends, problems, and examples. **Geoforum**, Amsterdã, n. 4, p. 429-435, 1989.

Geopolítica e Integração Regional na América Latina

Complexo portuário de Santana (Amapá-Brasil): da interação regional à conexão internacional

DOI: 10.23899/9786589284109.111

IIRSA. Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana. Disponível em: <www.iirsa.org>. Acesso em: abr. 2021.

MACHADO, L. O. Fronteiras, Redes. In: STROHAECKER, T. M. et al. (Orgs.). **Fronteiras e Espaço Global**. Porto Alegre: AGB, 1998.

MONIÉ, F. Globalização, modernização do sistema portuário e relações cidade/porto no Brasil. In: SILVEIRA, M. R. (Org.). **Geografia dos transportes, circulação e logística no Brasil**. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 299-330.

MONIÉ, F.; VASCONCELOS, F. N. Portos, cidades e regiões: novas problemáticas, abordagens renovadas. **Confins**, v. 15, 2012.

PIRILIO, P. **A arte do motor**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

PORTO, J. L. R. **Amapá: Principais Transformações Econômicas e Institucionais - 1943 a 2000**. Macapá: SETEC, 2003.

PORTO, J. L. R. **Desenvolvimento Geográfico Desigual da faixa de fronteira da Amazônia setentrional brasileira: reformas da condição fronteiriça amapaense (1943-2013)**. Curitiba: UNIEDUSUL, 2020.

PORTO, J. L. R.; SANTOS, P. G. S. Reconstrução da fronteira amapaense: da defesa aos novos usos da linde Amapá Guiana Francesa. In: SILVEIRA, E. D. da; CAMARGO, S. A. F. de (Orgs.). **Socioambientalismo de Fronteiras**. Curitiba: Juruá, 2012. p. 101-112.

PORTO, J. L. R.; SUPERTI, E. Ajustes espaciais na fronteira da Amazônia Setentrional Brasileira: políticas públicas e interações do Platô das Guianas. **Documentos y Aportes en Administración Pública y Gestión Estatal**, v. 19, p. 75-98, 2012.

PORTO, J. L. R.; THEIS, I. M. Circuitos da Economia na fronteira amapaense: um híbrido de subsistemas para a sua reorganização espacial. **Revista Labor & Engenharia**, v. 9, n. 2, p. 101-114, abr./jun. 2015.

Presidente assina declaração para renovar integração na América do Sul. **Planalto**. 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2019/03/presidente-assina-declaracao-para-renovar-a-integracao-na-america-do-sul>>.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo, Ática, 1993.

ROCHA, J. M. A conflagração do espaço: a tensa relação porto-cidade no planejamento urbano. **Estudos Avançados**, v. 33, n. 95, p. 91-112, 2019. Disponível em: <http://scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142019000100091>. Acesso em: 11 jan. 2021.

RODRIGUE, J. P.; COMTOIS, C.; SLACK, B. **The Geography of Transport Systems**. Long Island: Hofstra University, 2006.

RODRIGUES, J. C. **O Estado a contrapelo: lógica, estratégias e efeitos de complexos portuários no Oeste do Pará**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental). Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

RODRIGUES, J. C. et al. Produção territorial portuária na Amazônia: ajustes, ordenamentos e práticas espaciais face a produção do complexo portuário de Santana, Amapá, Brasil. **Revista Tamoios**, v. 16, n. 3, p. 85-113, 2020.

Geopolítica e Integração Regional na América Latina

Complexo portuário de Santana (Amapá-Brasil): da interação regional à conexão internacional

DOI: 10.23899/9786589284109.111

RUCKERT, A. A. A Política Nacional de Ordenamento Territorial, Brasil. **Scripta Nova**, Barcelona, v. 7, p. 01-20, 2007.

SANTOS, M. **O espaço dividido**. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**. Território e sociedade no início do século XXI. 5. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2003.

SANTOS, P. G. S. **A (ultra)periferia do Platô das Guianas**: Novos planejamentos para novos usos da fronteira Amapá-Guiana Francesa (1992-2012). Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2013.

SARDINHA, J. C. S.; COUTO, M. E. A.; LOMBA, R. M. **Complexo Portuário de Santana**: políticas territoriais e a contraditória e complexa relação porto-cidade. Macapá: PPGMDR/UNIFAP, 2021. (Trabalho apresentado na disciplina Tópicos Especiais – Leitura Dirigida do Mestrado em Desenvolvimento Regional da UNIFAP).

SILVA, G. V. **A cooperação transfronteiriça entre Brasil e França**: Ensaio e expectativas neste no século XXI. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SUPERTI, E. Políticas públicas e integração sul americana das fronteiras internacionais da Amazônia brasileira. **Novos Cadernos NAEA**, v. 2, n. 14, p. 32-48, 2011.

SUPERTI, E. As Fronteiras Internacionais da Amazônia Brasileira no Contexto das Políticas Públicas de Integração Sul-Americana. In: PORTO, J. L. R.; NASCIMENTO, D. M. (Orgs.). **Dinâmicas Periférico-Estratégicas da Fronteira da Amazônia Setentrional**: Das Políticas Públicas e Redes Institucionais à Integração Espacial. Rio de Janeiro: Publit, 2013. p. 91-109.

VIGARIÉ, A. **Ports de commerce et vie littorale**. Paris: Hachette, 1979.

WALLERSTEIN, I. **El sistema mundial**: La agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea em siglo XVI. México: Siglo XXI editores, 1991.

Marxismo e integração indo-americana: possibilidades e perspectivas na obra de José Carlos Mariátegui

Vinícius Oliveira Santos*

Introdução

Tendo em vista a vasta e aprofundada obra teórica do peruano José Carlos Mariátegui, a inteireza de sua contribuição é praticamente desconhecida e pouco estudada no Brasil. Dos seus escritos completos, apenas uma pequeníssima parte foi traduzida e publicada no contexto editorial brasileiro. Ao mesmo tempo, Mariátegui quase nunca figura como referência marcante nos cursos acadêmicos nacionais que tratam das temáticas latino-americanas, do marxismo, ou da sociopolítica anti-imperialista. Embora existam necessárias e importantes exceções que assentam Mariátegui em uma posição que faz jus à sua envergadura intelectual, é possível notar a sua pouca dispersão no contexto científico deste país.

Em contrapartida, em outros países, Mariátegui é considerado um dos maiores pensadores da inteligência latino-americana (ZÚÑIGA, 2005). A importância de seu pensamento reside na compreensão ampla e aprofundada sobre os problemas políticos estruturais que envolvem o subcontinente latino-americano, realizando abordagens precisas relacionadas às especificidades históricas ali presentes. A interpretação histórica do autor é realizada a partir da análise política e econômica, sempre pautada em um conhecimento da própria realidade local, elemento que marca, necessariamente, uma posição política indigenista. Ao mesmo tempo, a partir de sua fundamentação calcada no materialismo histórico-dialético, a teoria mariateguiana se afasta do dogmatismo ortodoxo eurocêntrico – presente em diversos estudos de sua época – que desconsiderava as especificidades latino-americanas nas análises teóricas e nos programas de ação política.

* Professor de Sociologia da Universidade Federal de Goiás (em transição para Universidade Federal de Catalão). Doutor e Mestre pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Autor do livro *Trabalho imaterial e Teoria do Valor em Marx*.

E-mail: vinicius.oliv@yahoo.com.br

É importante ressaltar que o vigor das inferências de Mariátegui extrapola o contexto latino-americano, indicando ressonâncias em aspectos universais das ciências humanas. É neste sentido que Michael Löwy afirma que “José Carlos Mariátegui é não somente o mais importante e inventivo dos marxistas latino-americanos, mas também um pensador, cuja obra, por sua força e originalidade, tem um significado universal” (LÖWY, 1999, não paginado).

O objetivo principal deste artigo é apresentar os principais elementos da teoria de José Carlos Mariátegui que municiam interpretações elucidativas a respeito da necessidade de uma auto-visão e de uma ação política conjunta no contexto da América Latina. Assim, discutiremos as noções mariateguianas de marxismo indígena, dos problemas sociais dos povos indo-americanos, e do socialismo indo-americano como alternativa às degradações imperialistas impostas aos povos locais.

O caráter eminentemente teórico deste artigo remete ao levantamento bibliográfico e à revisão bibliográfica como os únicos procedimentos técnicos de pesquisa.

O marxismo indígena de Mariátegui

Os biógrafos de Mariátegui são unânimes ao salientar a importância de seu exílio na Itália (1919 – 1923) como momento central em seu processo de amadurecimento intelectual. Neste período, o autor se aproxima dos efeitos das intensas mudanças sociais desenvolvidas no período: as ocupações de fábrica, o aquecimento revolucionário provocado pela intensificação das lutas de classes, a ascensão do fascismo, e os impactos iniciais da revolução russa, e a formação do partido comunista italiano. Leila Escorsin identifica tal momento como “uma experiência teórico-política extraordinária” (ESCORSIM, 2006, p. 79).

Desta maneira, através de um profundo contato com a produção operária nos campos teórico, político, cultural e jornalístico, a envergadura intelectual de Mariátegui se adensa dentro do marxismo, de modo que, ao retornar ao Peru, o autor se autodeclarava marxista. Além disso, a experiência política adquirida foi fundamental para a formação do Partido Socialista Peruano, bem como da Central Geral dos Trabalhadores do Peru. No entanto, os marcos do marxismo mariateguiano seguiam construções extremamente particulares em relação às vertentes predominantes da época.

A mais evidente especificidade que marca a originalidade promovida por Mariátegui no campo do marxismo é o posicionamento da questão indígena como um

aspecto essencial do debate marxista. Ele o faz a partir de dois corolários básicos: em primeiro lugar, a rejeição do eurocentrismo que desdenha e desconsidera as cosmovisões e modos de vida indígenas¹; em segundo lugar, o despreço pelo chamado excepcionalismo indo-americano, corrente que preconizava um extremismo endógeno, desprezando outros saberes.

Jean Tible (2013), um dos mais eminentes estudiosos das conexões entre as perspectivas indigenistas e marxistas no Brasil, identifica que Mariátegui “indigeniza” Marx ao realizar uma espécie de “descentralização” do marxismo, superando não o método marxista, mas a perspectiva europeia, eurocêntrica ou eurocentrada. Além disso, desloca a aposta de sujeito revolucionário do proletariado modernizado para os camponeses indígenas (indianismo revolucionário).

Logo, o primeiro elemento mariateguiano que embasa uma compreensão sobre a unidade entre povos latino-americanos trata-se da origem indígena dos povos originários que incide em uma situação comum da população local após a invasão europeia colonial. Tal postulado, somado à incorporação da perspectiva marxista enquanto método de análise, permitiu que Mariátegui elaborasse conclusões inovadoras para o estudo das questões latino-americanas.

Contrariando as tendências epistemológicas de sua época – tanto aquelas inseridas no marxismo ortodoxo que desconsiderava as particularidades locais em nome de um proletariado fabril dos moldes europeus, quanto as noções fundamentadas em um indianismo unilateral – o pensador peruano elabora uma nova compreensão para o chamado “o problema do índio” gerado pelo processo colonizador nas sociedades indo-americanas.

Para tratar do problema do índio, ou seja, os inúmeros problemas de cunho social impostos às populações tradicionais da América Latina, Mariátegui (2008) se contrapõe, principalmente, às seguintes interpretações latentes nas formulações teóricas e populares de sua época:

1. O problema do índio seria um problema étnico a ser resolvido com a miscigenação. Trata-se de um ideário imperialista do ocidente branco, de cunho predominantemente culturalista, que promovia um elogio à miscigenação e a enxergava com caracteres harmoniosos e geradores de uma identidade nacional.

¹ “Cosmovisão” aqui empregada no sentido de é um conjunto ordenado de valores, crenças, impressões, sentimentos e concepções de natureza preponderantemente intuitiva. As cosmovisões indígenas consideram o universo em sua totalidade e inserem o ser humano em uma complexa rede de relações que envolvem os seres, naturais e sobrenaturais, integrando a vida como um todo.

2. O problema do índio se originaria por desvios de cunho moral. Há, neste argumento, a ideia de que os conflitos promovidos contra os indígenas seriam motivados por desvios de conduta dos agressores. Segundo Mariátegui, esta seria uma concepção liberal que cristaliza uma forma infrutífera de combater o massacre indígena e a desapropriação.

3. O problema indígena seria de cunho religioso, isto é, caso os indígenas professassem a fé cristã, seus problemas seriam amenizados. O autor rebate tal perspectiva indicando o fato de que a conversão ao cristianismo não modificou a sorte dos indígenas.

4. O problema do índio teria como fator determinante a falta de educação formal (escolarização). De acordo com Mariátegui, os métodos pedagógicos estão imbricados com as fundamentações sociais e políticas. Logo, uma educação branca nunca transformaria positivamente o problema indígena.

A hipótese de Mariátegui pode ser sintetizada na afirmação de que o problema indígena deveria ser encarado a partir de termos sociais, econômicos e políticos impostos a ferro e fogo pela cultura e pelo modo de produção capitalista². Longe de interpretar que se trata de um problema do passado, mas sim um problema do presente, é necessário apontar que as graves consequências materiais e morais imputadas nos povos indo-americanos são de ordem das relações concretas, identificando-se, primeiramente, com a questão da propriedade da terra:

A solução do problema do índio tem que ser uma solução social. Seus realizadores devem ser os próprios índios [...] Não nos contentemos em reivindicar o direito do índio à educação, à cultura, ao progresso, ao amor e ao céu. Começamos por reivindicar, categoricamente, seu direito à terra (MARIÁTEGUI, 2008, p. 67).

Com isto, o autor resgata uma hipótese marxista central segundo a qual a instauração do modo de produção capitalista pressupõe a expropriação de populações tradicionais que promove a separação entre trabalhadores e o principal meio de produção (propriedade da terra). Por tal razão, a reivindicação perfeitamente materialista citada acima demonstra que Mariátegui pensa o passado pré-colombiano como uma raiz histórica necessária para a formação e compreensão contemporânea

² “O problema indígena já não admite a mistificação a que perpetuamente o submeteu uma turba de advogados e literatos, consciente ou inconscientemente mancomunados com os interesses da casta latifundiária. A miséria moral e material da raça indígena aparece muito claramente como uma simples consequência do regime econômico e social que sobre ela pesa há séculos” (MARIÁTEGUI, 2008, p. 54).

dos povos indo-americanos, sendo importante a formulação de uma nova forma de agir mediante a consolidação da sociedade capitalista:

Fica, pois, esclarecido que da civilização incaica nos preocupa mais o que permaneceu do que o que morreu. O problema do nosso tempo não é saber como foi o Peru. É, sim, saber como é o Peru. O passado nos interessa na medida em que pode nos servir para explicar o presente. As gerações construtivas sentem o passado como uma raiz, como uma causa. Jamais o sentem como um programa (MARIÁTEGUI, 2008, p. 317-318).

Se os povos indo-americanos padecem dos males originados pelo mesmo problema (a expropriação forçada do acesso à terra pelos colonizadores europeus), a reivindicação geral e fundamental, de acordo com o autor, se assenta na restituição fundiária dos povos originários, tema central da teoria mariateguiana que discutiremos no item que se segue.

A questão indígena e o problema da terra nos países latino-americanos

O problema que origina as situações de desigualdade nos povos latino-americanos está conectado com a questão agrária. Dentro da obra de Mariátegui, a principal temática que fundamenta uma noção integrativa no contexto latino-americano se refere aos debates promovidos a partir da explanação da situação comum dos povos indo-americanos em relação à propriedade da terra. A abordagem de tais elementos é necessária pela razão evidente de que a reivindicação agrária seria a base do socialismo indo-americano, que constitui a proposta de ação política do autor tendo em vista uma unidade reivindicatória dos povos ameríndios³.

Tal questão não envolve apenas uma preocupação materialista, incidindo também em aspectos de caráter tradicional balizadores da população latino-americana. A correlação entre tais povos à terra tem imbricações históricas referenciadas nos caracteres de tradição. Tal seria o fulcro principal para a análise da questão indígena x problema da terra nos países ameríndios:

A terra sempre foi toda a alegria do índio. O índio desposou a terra. Sente que 'a vida vem da terra' e volta à terra. Finalmente, o índio pode ser indiferente a tudo, menos à posse da terra que suas mãos e seu alento lavraram e fecundaram religiosamente (MARIÁTEGUI, 2008, p. 63).

³ Embora Mariátegui frequentemente se refira à população peruana – os povos herdeiros da civilização Inca –, é possível que vários paralelos sejam traçados também com as diversas populações que compõem os demais países indo-americanos.

As sociedades indo-americanas eram baseadas na propriedade comum da terra. Embora não houvesse uma noção de propriedade posta em termos eurocentrados, é notória a relação de profunda integração entre tais povos e posse da terra para as mais variadas atividades e funções sociais. Isso remonta a uma forma de sociabilidade estruturada a partir de relações sociais de produção, coletivas, comunais, que são o fundamento das demais áreas da vida espiritual, familiar, cultural etc.

Logo, a integração entre humanidade e natureza nessas sociedades, perpassa, necessariamente, pela proximidade com o uso livre, irrestrito e ampliado da terra. No entanto, a terra, além de constituir o acesso às profundezas espirituais do índio, também constituía e constitui o fulcro da disputa entre as classes sociais estabelecidas no contexto latino-americano. A colonização europeia, que unifica a situação de muitas centenas de povos diferentes entre si, deve ser entendida, primeiramente, do ponto de vista da expropriação indígena, e a consequente separação entre os povos indo-americanos e seus territórios ancestrais.

O tipo fundiário promovido historicamente pela colonização, imposto coercitivamente através de violências e abusos das mais variadas ordens, é o latifúndio em constante expansão. Com isso, o processo de expropriação não remete a um fenômeno isolado no passado colonial, mas uma característica da sociedade capitalista que segue avançando, com algumas particularidades, no tempo histórico dos dias atuais em todas as sociedades latino-americanas.

A propriedade comum da terra, relação social básica dos povos indo-americanos, é constantemente destruída por um duplo processo: expansão latifundiária e desenvolvimento técnico nas atividades de agricultura e extração. Assim, segundo Mariátegui (2008) a expansão do latifúndio não pode ser vista apenas como uma expansão de grande porção de terra sob a insígnia da propriedade privada, mas como uma grande empresa capitalista de produção agrícola. O latifúndio agrícola também possui caráter de sociabilidade técnica no que se refere à industrialização da agricultura: técnicas avançadas de cultivo, uso da maquinaria, utilização racional de desenvolvimentos da indústria química, entre outras, que carregam enormes consequências destrutivas às populações locais.

O pensamento mariateguiano é muito preciso no sentido de identificar o problema indígena e propor a luta pela terra como aspecto principal da luta nas sociedades erigidas em territórios indo-americanos. Com isso, coloca-se o indígena como sujeito reivindicatório principal:

O problema indígena se identifica com o problema da terra. A ignorância, o atraso e a miséria dos indígenas não são, repetimos, senão a consequência de sua servidão. O latifúndio feudal mantém a exploração e a dominação absolutas das massas indígenas pela classe proprietária. A luta dos índios contra os “gamonais” baseou-se invariavelmente na defesa de suas terras contra a absorção e o despojo. Existe, portanto, uma instintiva e profunda reivindicação indígena: a reivindicação pela terra. Dar um caráter organizado, sistemático, definitivo, a esta reivindicação, é a tarefa que temos o dever de realizar ativamente (MARIÁTEGUI, 1991, não paginado).

Mariátegui identifica que a instauração do latifúndio na América do Sul se deu por razões de ordens diversas quando comparadas com a promoção do latifúndio em solo. Embora a política de cercamentos, que inaugura a forma de propriedade capitalista do solo em países como a Inglaterra, também tenha a expropriação forçada e violenta dos camponeses como ação central, há uma diferença fundamental que marca os dois lugares.

Em países como Rússia, Inglaterra, França, a produção agrícola capitalista logrou êxito em relação às formas agrícolas das propriedades comunais, pois a capitalização das terras e das técnicas agrícolas representou um aumento imenso de produtividade em relação à atividade camponesa. O clima inóspito, a pouca diversidade biológica, as crises hídricas dificultam a produção tradicional, e estimulam o desenvolvimento capitalista. É por isso que Marx (2013) afirma que a gênese da sociedade capitalista não está nas exuberantes matas tropicais da América, mas sim no clima frio europeu.

No caso da América do Sul, a comparação entre latifúndio e produção tradicional é completamente desfavorável ao latifúndio. Ao contrário do contexto europeu, onde o latifúndio logrou um imenso acréscimo na produtividade, nas terras indo-americanas não houve grande acréscimo na produtividade. Utilizando os dados disponíveis na época, Mariátegui demonstra que produção relativa das comunidades locais não é inferior às produções latifundiárias: “[...] todos os dados disponíveis autorizam a sustentar que os rendimentos dos cultivos das comunidades não são, em média, inferiores aos cultivos dos latifúndios” (MARIÁTEGUI, 2008, p. 98). Logo, a inserção do latifúndio nas terras indo-americanas não se deu por razões de produtividade, mas sim, por motivações relacionadas à dominação política.

Deste modo, Mariátegui antecipa um debate que só muito recentemente é feito no Brasil: a produção, chamada de orgânica, que utiliza sistemas agroecológicos, se mostra mais produtiva que a do agronegócio. Isso se deve à razão segundo a qual a importação da técnica agrícola baseada no latifúndio e na monocultura não faz

sentido ambiental na América do Sul, propiciando o surgimento de pragas e desequilibrando o ambiente natural das culturas⁴.

Por esta razão, quando Mariátegui estabelece a centralidade da questão indígena dentro do debate marxista, notamos que ali residem primorosos elementos que fundamentam, do ponto de vista sociológico e político, noções integrativas das sociedades latino-americanas.

Primeiramente, há a identificação da precariedade universal dos povos indo-americanos a partir de um ensejo comum: a expropriação forçada e violenta que promove a separação entre tais populações e a terra. Em segundo lugar, a explanação de que os problemas oriundos da colonização são de ordem social e política⁵, e requerem uma solução coletiva, universal e comum que restitua a propriedade da terra às populações locais. Em terceiro lugar, a noção segundo a qual, os conhecimentos e as práticas sócio-produtivas endógenas à América Latina não possuem disparidade negativa em relação às práticas europeias, isto é, do ponto de vista da produção agrícola, a efetividade do cultivo tradicional é, muitas vezes, superior à produção latifundiária (relativamente).

A hipótese central deste texto, segundo a qual as indicações de Mariátegui podem ser utilizadas em uma apreensão integrativa da América Latina, se completa com a explanação do que o autor chama de Socialismo Indo-Americano. Trata-se de uma noção própria de que o socialismo no contexto latino-americano deveria resgatar influências das formas sociais comunitárias, coletivas e comunais dos povos indígenas pré-invasão europeia.

O Socialismo Indo-Americano

A nossa análise sobre os textos de Mariátegui se encerra com a apresentação de sua inovadora concepção a respeito de um projeto de sociedade pós-capitalista. Aqui repousam outros elementos mariateguianos que permitem o estabelecimento de uma

⁴ No site da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) é possível encontrar vários estudos que fundamentam tal hipótese, demonstrando que a produção orgânica supera, em produtividade, a produção convencional em várias culturas. Vide, por exemplo, Embrapa (2006, 2019) que são alguns dos vários casos em que o sistema orgânico atinge níveis de produtividade superiores à produção da monocultura.

⁵ “O socialismo nos ensinou a colocar o problema indígena em novos termos. Deixamos de considerá-lo abstratamente como problema étnico ou moral para reconhecê-lo concretamente como problema social, econômico e político. E assim o sentimos, pela primeira vez, esclarecido e demarcado” (MARIÁTEGUI, 2008, p. 54).

noção em relação à integração dos povos da América Latina. Eles perpassam pela crítica ao capitalismo e pelo vislumbre programático de uma sociedade igualitária.

Tanto na perspectiva teórica, quanto na perspectiva da luta cotidiana, o pensador peruano se pautava pela crítica ao modo de produção capitalista. No entanto, o fazia de forma totalmente inversa quando comparado aos marxistas de sua época, que detinham inspirações stalinistas, e, por isso, profundamente etapistas⁶. A inovação de Mariátegui no campo de uma teoria socialista é ter relacionado os preceitos do socialismo com o indigenismo:

Por minha conta, o que afirmo é que, em relação à convergência ou articulação de “indigenismo” e socialismo, ninguém que considere o conteúdo e a essência das coisas pode surpreender-se. O socialismo ordena e define as reivindicações das massas, da classe trabalhadora. E, no Peru, as massas – a classe trabalhadora – são indígenas na proporção de quatro quintos. Nosso socialismo, pois, não seria peruano – sequer seria socialismo – se não se solidarizasse, primeiramente, com as reivindicações indígenas. Nessa atitude, não se esconde nenhum oportunismo. Não se descobre nenhum artifício, se se pensa por dois minutos no que é socialismo. Esta atitude não é postiça, fingida ou astuta. É apenas socialista (MARIÁTEGUI, 2005, p. 110).

Com isso, Mariátegui se diferencia tanto do marxismo ortodoxo, que enxergava como sujeito revolucionário apenas o trabalhador fabril nos moldes eurocentrados, quanto do indigenismo não-marxista, que se pautava apenas pelos particularismos locais como fator propulsor de superação do imperialismo.

O pensamento mariateguiano articula a questão indígena e o socialismo a partir de outros pontos de vista. As formas coletivistas originárias dos povos indo-americanos – que podem ser consideradas como um comunismo antigo –, cujos traços ainda seriam visíveis no grosso da classe trabalhadora local, são formas de sociabilidade que só poderiam se aflorar em uma sociedade eminentemente socializada. Logo, o socialismo, para Mariátegui, deveria ser fortemente arraigado na ancestralidade tradicional dos povos indo-americanos.

Há, portanto, a elaboração de uma concepção segundo a qual as noções indígenas referentes à propriedade coletiva da terra deveriam constituir o fundamento elementar do socialismo latino-americano. Não se trata de um retorno ao

⁶ O “etapismo stalinista” é uma concepção segundo a qual, para alcançar o socialismo, seria necessário o desenvolvimento por etapas determinadas. No caso de “sociedades atrasadas” a classe trabalhadora deveria se aliar com certos setores sociais para promover o desenvolvimento análogo ao capitalismo, para só depois se promover a instauração do socialismo, pois a revolução não poderia ocorrer em nosso continente porque várias condições necessárias ao socialismo estavam ausentes.

passado, mas do resgate das relações originárias dos povos para a superação da desigualdade capitalista e instauração de outra forma social.

Mariátegui (2005), em seus embates teóricos e políticos no contexto peruano, percebeu que as formas de organização mais desenvolvidas dentro do chamado comunismo primitivo estão relacionadas com a sociedade inca, onde a posse da terra e a fruição da produção social eram eminentemente coletivizadas. Logo, deveria haver na construção socialista o resgate do espírito tradicional indígena:

Cremos que, entre as populações “atrasadas”, nenhuma reúne, como a população indígena inca, condições tão favoráveis para o comunismo agrário primitivo, subsistente em estruturas concretas e no profundo espírito coletivista, transforme-se sob a hegemonia da classe proletária, numa das bases mais sólidas da sociedade coletivista preconizada pelo comunismo marxista (MARIÁTEGUI, 1991, p. 244).

Considerações Finais

Embora o autor peruano tenha dado centralidade às questões peruanas, é notória em sua obra a concepção segundo a qual o socialismo latino-americano deveria seguir preceitos originais e próprios, centrados em uma teoria da ação política universal. Deste modo, existem indicações da necessidade de uma ação geral dos povos da América Latina, bem como a preocupação em articular as questões endógenas indo-americanas com as lutas das classes populares ao redor do mundo que estavam embasadas no marxismo revolucionário. A construção de um novo tipo de sociedade, socialista por suposto, não deveria copiar o caminho europeu, mas perpassar por caminhos calcados nas tradições milenares indo-americanas.

Não queremos, certamente, que o socialismo seja na América decalque e cópia. Deve ser criação heroica. Temos que dar vida, com nossa própria realidade, na nossa própria linguagem, ao socialismo indo-americano. Eis uma missão digna de uma geração nova (MARIÁTEGUI, 2005, p. 120).

A título de conclusão do texto em tela, convém mencionar que, a partir das indicações de Mariátegui, o resgate de elementos ancestrais latino-americanos para a construção de um programa societal indo-americano vai além da propriedade coletiva da terra e do usufruto comum dos produtos do trabalho social. Há, também, a problematização entre a expansão social e a destruição da natureza. O socialismo indo-americano de Mariátegui nos permite estabelecer diferentes noções

relacionadas entre a integração de humanidade e natureza, vislumbrando outros contatos entre as formas sociais e as formas naturais. Se o indigenismo pressupõe um contato respeitoso e equilibrado entre a atividade humana e a natureza, o socialismo não poderia desprezar essa potencialidade.

Além disso, se a ação política deve se basear em uma auto-compreensão da realidade ancestral com vistas à preservação de elementos originários, é mister a consideração da antiga integração dos povos latino-americanos. Diversas evidências históricas demonstram que os povos indígenas da América Latina não eram povos isolados, ao contrário do que afirma o discurso dominante. Existiam diversos caminhos de interconexão desses povos, como o chamado Caminho do *Peabiru* que ligava o litoral do sul do Brasil até Cusco, no Peru⁷; trilhas que ligavam o México à América do Sul⁸, bem como a evidência de dispersão de culturas brasileiras em ilhas remotas do Caribe⁹.

Assim, se o socialismo indo-americano é embasado em uma ação social e política que privilegia o resgate de elementos socioculturais tradicionais, a integração latino-americana e a conexão entre seus povos deve ser um aporte da luta contra o imperialismo e contra os efeitos nocivos do modo de produção capitalista.

Referências

BOND, Rosana. Aleixo Garcia: **Algo mais sobre a saga do descobridor dos incas**. Rio de Janeiro: Aimberê, 2014.

CORDIVIOLA, Alfredo. Um itinerário ilustre: o caminho México-Veracruz nas letras coloniais. **Alea**, v. 21, n. 1, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-106X2019000100229&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 mar. 2021.

ESCORSIM, Leila. **Mariátegui**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

LÖWY, Michael. Marxismo e romantismo em Mariátegui. **Revista teoria e debate**. 41. ed. 1999. Disponível em: <<https://teoriaedebate.org.br/1999/05/01/marxismo-e-romantismo-em-mariategui/>>. Acesso em: 27 fev. 2021.

⁷ Este caminho permitiu que o português Aleixo Garcia conhecesse e realizasse saques ao Império Inca antes dos espanhóis, sendo guiados por indígenas carijós. Em lugares de difícil acesso, o caminho foi pavimentado com pedras. Há, até hoje, em alguns trechos a presença de inscrições rupestres, mapas e símbolos astronômicos de origem indígena (BOND, 2014).

⁸ De acordo com Cordiviola (2019), diversos caminhos entre o México e a América do Sul foram traçados a partir do conhecimento de mobilidade dos indígenas locais.

⁹ O portal *Alimentus* da Universidade Federal do Rio Grande do Sul afirma que o abacaxi, uma fruta de morfologia brasileira, foi encontrada por Cristóvão Colombo em sua segunda viagem à América, evidência que prova a dispersão de culturas entre os povos ameríndios.

Geopolítica e Integração Regional na América Latina

Marxismo e integração indo-americana: possibilidades e perspectivas na obra de José Carlos Mariátegui

DOI: 10.23899/9786589284109.132

MARIÁTEGUI, José Carlos. El problema de las razas en la América Latina. In: QUIJANO, A. José Carlos **Mariátegui**: textos básicos. Lima: Fondo de Cultura Económica, 1991.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Por um socialismo indo-americano**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo: Expressão Popular/CLACSO, 2008.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013.

TIBILE, J. José Carlos Mariátegui: Marx e América Indígena. **Cadernos Cemarx**, Campinas, n. 6, p. 97-114, 2013. Disponível em:

<<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/10777>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

ZÚÑIGA. Oscar Raúl Sandoval. El problema de la tierra y la cuestión indígena en la obra siete ensayos de interpretación de la realidad peruana de José Carlos Mariátegui. **Revista Porik An**, Popayan, n. 9, 2005.

Editora CLAE

2021